



Luisa Pressburger Portugal

**Política e Estética da Política na Obra
de Jacques Rancière**
Duas narrativas sobre as manifestações de
2013 no Brasil

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Adriano Pilatti

Rio de Janeiro
Abril de 2016



Luisa Pressburger Portugal

**Política e Estética da Política na Obra
de Jacques Rancière**
**Duas narrativas sobre as manifestações de
2013 no Brasil**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Direito do Departamento de Direito da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Adriano Pilatti

Orientador

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. Luiz Camillo Dolabella Portella Osório de Almeida

Departamento de Filosofia – PUC-Rio

Prof. Auterives Maciel Junior

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Prof^a. Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de
Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2016.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Luisa Pressburger Portugal

Graduou-se em Direito na PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) em 2012. Participou do Programa de Educação Tutorial do Departamento de Direito (PET-JUR).

Ficha Cartográfica

Portugal, Luisa Pressburger

Política e estética da política na obra de Jacques Rancière : duas narrativas sobre as manifestações de 2013 no Brasil / Luisa Pressburger Portugal ; orientador: Adriano Pilatti. – 2016.

124 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2016.

Inclui bibliografia

1. Direito – Teses. 2. Rancière. 3. Jornadas de junho. 4. Manifestações. 5. Política. 6. Estética. I. Pilatti, Adriano. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD: 340

A meu avô e meu herói, Thomaz Miguel Pressburger (*in memoriam*),
que é sempre a minha inspiração.

Agradecimentos

Ao meu orientador, Adriano Pilatti, por ter aceitado ser parte deste trabalho e por toda a ajuda e inspiração que me proporcionou durante este período.

À CAPES e à PUC-Rio, pelo auxílio concedido, sem o qual este trabalho não poderia ter sido realizado.

À minha mãe, Adriana Pressburger Portugal, que se mostrou incrivelmente forte durante um período difícil e me lembrou da força e do afeto que existe em nós; e ao meu pai, Alexandre Portugal, pois seu apoio é sempre imprescindível e incondicional.

Ao professor Auterives Maciel, que foi um mentor e um amigo durante este período.

À Lúcia Baraúna, que sempre esteve presente com suas sábias palavras nos meus momentos de dúvida.

À Elisabeth Simões, sua ajuda foi fundamental para a finalização deste trabalho.

Aos meus queridos amigos da PUC-Rio, que fizeram parte da minha jornada e permitiram que eu fizesse parte de suas jornadas; e aos meus queridos amigos do Colégio São Vicente, com os quais eu sei que posso sempre contar.

Às mulheres fortes de minha família, sempre um exemplo, se mostrando tão corajosas frente a diferentes adversidades.

A todos os professores que participaram da Banca Examinadora, por sua generosidade em contribuírem com suas observações para o aprimoramento deste trabalho.

À Carmen e Anderson, sempre tão dispostos, solícitos e eficazes, e aos demais funcionários deste Departamento. A realização deste trabalho teria sido mais difícil sem vocês.

Resumo

Portugal, Luisa Pressburger; Pilatti, Adriano. **Política e Estética da Política na Obra de Jacques Rancière – Duas narrativas sobre as manifestações de 2013 no Brasil**. Rio de Janeiro, 2016. 124p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Para Jacques Rancière, o político é um encontro de dois processos heterogêneos: a polícia, que é uma lei implícita que determina a distribuição hierárquica dos lugares e das funções dentro de uma sociedade; e a política, um processo de emancipação que consiste em uma ruptura com a lógica policial. O conflito político surge a partir da manifestação de uma nova proposta de divisão do sensível que quer redefinir aqueles que são vistos e aqueles que são invisíveis, aqueles que tem direito a palavra e aqueles que só alcançam o ruído dentro do comum. Nesse sentido, esta é uma disputa pela partilha do sensível, a estética própria da política que se manifesta nos atos de subjetivação que redefinem a organização do comum. À luz dessas ideias, o objetivo deste trabalho será analisar o que ocorreu nas manifestações de junho de 2013 no Brasil e tentar entender em que medida a política se manifestou neste processo. Duas narrativas surgem a partir destes eventos: a narrativa da mídia tradicional e a narrativa dos manifestantes. Elas representam ficções, que, na definição de Rancière, são construções do comum que determinam o dizível, o factível e o possível. Como será argumentado, a ficção da lógica policial é representada pela narrativa da mídia tradicional, enquanto a ficção política é representada pela narrativa dos manifestantes. Assim, o presente trabalho irá contrastar essas duas narrativas, explicitando como cada uma delas aponta para uma proposta específica da partilha do sensível e de que forma o processo político ocorre a partir dessa disputa.

Palavras chave

Rancière; Jornadas de Junho; manifestações; política; estética; partilha do sensível

Abstract

Portugal, Luisa Pressburger; Pilatti, Adriano (Advisor). **Politics and Aesthetics of Politics According to the Work of Jacques Rancière – Two narratives of the 2013 protests in Brazil**. Rio de Janeiro, 2016. 124p. MSc. Dissertation - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

According to Jacques Rancière, the political is the encounter of two distinct process: the police, an implicit law that determines the hierarchical distribution of places and functions inside a society; and the politics, an emancipation process that consists in a rupture with the logic of the police. The political conflict appears through the manifestation of a new proposal of the distribution of the sensible that aims to redefine those visible and those invisible, those that have the right to speak and those that have not. In that sense, this is a dispute about the distribution of the sensible, which is the aesthetics of politics that manifests itself through the acts of subjectivation that redefine the organization of the common. In light of the above, the objective of this dissertation is to analyze the events that took place during the 2013 protests in Brazil and try to comprehend in what ways this can be understood as a political moment. Two narratives appear from those events: the traditional media's narrative and the narrative of the protesters. They represent fictions that, according to Rancière's definition, are conceptions of the common that define the speakable, the feasible and the possible. The argument here supported is that the fiction of the police's logic is represented in the narrative of the traditional media; meanwhile, the protesters' narrative corresponds to the politics' fiction. In conclusion, this dissertation will contrast these two narratives, highlighting the ways in which each of them points towards a different proposal for the distribution of the sensible, and how the political process occurs from this dispute.

Keywords:

Rancière; June Journeys; protests; politics; aesthetics; distribution of the sensible

Sumário

1. Introdução	9
2. Política, estética da política e partilha do sensível	15
2.1. A política como dissenso	16
2.2. A estética da política e suas ficções	29
3. A narrativa da mídia tradicional	37
3.1. Linha do tempo dos protestos	37
3.2. Análise dos jornais	41
3.3. Reflexões sobre a cobertura da mídia tradicional	55
4. A narrativa dos manifestantes	65
4.1. Um outro olhar sobre as Jornadas de Junho	67
4.2. O Movimento Passe Livre	74
4.3. A tática Black Bloc	76
4.4. A presença virtual dos Black Blocs e do Anonymous	87
5. O confronto entre duas ficções	88
5.1. A narrativa da mídia tradicional como ficção policial	92
5.2. A narrativa dos manifestantes como ficção política	97
5.3. O confronto entre as duas ficções	102
6. Conclusão	109
7. Referências bibliográficas	116

1 Introdução

O objetivo do presente trabalho é analisar as manifestações que ocorreram ao longo de 2013 no Brasil. Esse movimento, que ficou conhecido como “Jornadas de Junho”, começou com uma série de protestos pela redução do aumento das tarifas dos transportes coletivos. Já no início do ano, os protestos ocorridos em cidades como Porto Alegre e Goiânia anunciavam o que estava por vir, mas era impossível prever o tamanho e a relevância que essas manifestações alcançariam nos meses seguintes. A partir do mês de junho, com a convocação de protestos em São Paulo pelo Movimento Passe Livre, as manifestações rapidamente ganharam relevância nacional e, em seu ápice, reuniram mais de 1 milhão de pessoas ao redor do país.

Em meio à opinião pública, a violência policial empregada na repressão das manifestações e a presença de grupos considerados radicais dentro destas foram dois dos tópicos que mais provocaram discussões. Em especial, a participação de movimentos anarquistas e a utilização da tática Black Bloc causaram controvérsia sobre a legitimidade dos protestos. Além dessas questões, grande parte do debate sobre estes eventos ocorreu acerca das demandas dos manifestantes, já que, o que aparentemente começou com um protesto sobre a redução da tarifa do transporte público, se expandiu para abarcar reivindicações sobre tópicos os mais diversos possíveis, com a participação de indivíduos que integravam todo o espectro político, desde grupos de extrema direita até os anarquistas mencionados acima. Assim, todas essas questões serão analisadas neste trabalho, na tentativa de determinar de que forma a política se manifestou durante esses acontecimentos.

Mais especificamente, será utilizada a concepção de Jacques Rancière sobre o fenômeno político. Segundo este autor, a política é um dissenso e o processo político caracteriza-se pelo confronto entre duas concepções de mundo distintas: a polícia e a política, que representam duas formas diferentes de percepção do sensível. Assim, durante esse estudo serão destacadas duas narrativas que se constituíram sobre o movimento – a narrativa da mídia tradicional e a narrativa dos manifestantes. Essas narrativas serão identificadas como ficções, conceito de Rancière que significa a construção de uma forma de percepção do real que determina as regras de visibilidade e as possibilidades do comum. Por fim, a ideia

é confrontar essas duas ficções, buscando identificar de que forma a política se manifesta a partir do encontro das duas narrativas, configurando uma nova partilha do sensível.

Para tanto, o estudo está dividido em quatro capítulos, cada um desenvolvendo um aspecto dos elementos em jogo. Assim, no capítulo I apresenta-se o pensamento de Jacques Rancière, para quem o político é um encontro de dois processos heterogêneos. Um que pode ser chamado de polícia, onde há uma distribuição hierárquica dos corpos. Ela pode ser descrita como uma lei implícita que define a contagem das partes dentro de uma sociedade – quais corpos são visíveis e quais são invisíveis, que palavras são entendidas como discurso e que palavras são ouvidas como meros ruídos. O outro processo, a política que, por sua vez, é aquele que se opõe à ordem da polícia, é a subjetivação de uma determinada parte da sociedade que desafia a divisão dos corpos da lógica policial.

Esses processos representam duas formas distintas de percepção do sensível e organização do comum. Nas palavras do autor, o confronto entre esses dois processos é um conflito sobre a partilha do sensível, que é vista como “um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que definem ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência”¹.

Fica evidente, portanto, que há uma disputa central à política e que esta é uma disputa acerca da partilha do sensível. A política é, assim, um determinado modo de agir que busca redefinir aqueles que são vistos e aqueles que são invisíveis, aqueles que têm direito à palavra e aqueles que só alcançam o ruído. O sujeito político não preexiste à política, mas é constituído através de um processo de subjetivação de uma determinada parte da sociedade que desafia a divisão dos corpos da lógica policial. Nessa perspectiva, o dissenso da política significa a inscrição de uma nova ordem, igualitária, na ordem hierarquizada policial.

Pode-se dizer que há uma questão estética central à política, a disputa sobre a partilha do sensível. Trata-se de uma disputa estética na medida em que versa sobre as formas de percepção e vivenciamento do comum de uma sociedade. A estética da política é, assim, aquela que determina as formas de visibilidade dos

1. RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. p. 16

corpos em uma sociedade, as propriedades do espaço e os possíveis do tempo. É nesse sentido que se pode afirmar que o trabalho da política é construir ficções. Ficção, nesse contexto, é a formação de uma determinada percepção do sensível. O real é sempre objeto de uma ficção, de uma construção do espaço que determina o visível, o dizível e o factível, sendo função da política criar uma nova ficção que desafie àquela da ordem policial.

A ficção da ordem policial nega a possibilidade de existência de outras ficções. Isto é o que Rancière chama de consenso, uma forma específica da percepção do sensível em que qualquer excedente é negado. Em oposição, a política se baseia em um dissenso, na criação de uma nova partilha do sensível que desafie a partilha do sensível da ordem policial. A ficção da política é, então, a história do resto da divisão policial que se percebe como parte dos incontados dessa partilha e quer se inscrever dentro dessa ordem.

O capítulo II tem início com uma análise da linha do tempo dessas manifestações, principalmente a partir de junho, quando os protestos ganharam força e adesão nacional. Após o anúncio do aumento da tarifa dos transportes públicos no início do mês, em São Paulo, o Movimento Passe Livre convocou uma manifestação na cidade que reuniu cerca de 5.000 pessoas. Os protestos continuaram nos dias que se seguiram, mas foi a partir das manifestações de 13 de junho que eles ganharam relevância nacional. Relatos de violência policial serviram para angariar simpatia da opinião pública em relação aos protestantes e dar força às manifestações.

No dia 17 de junho, convocações ao redor do país juntaram centenas de milhares de pessoas e sinalizaram um ponto de virada nas manifestações, a partir do qual a sua importância para o cenário nacional não podia mais ser ignorada. Em 19 de junho os prefeitos de São Paulo e do Rio de Janeiro voltaram atrás em relação ao aumento das tarifas dos transportes públicos, causando um efeito dominó que levou outras cidades a seguirem esse exemplo. Mesmo com a revogação do aumento, nesse dia mais de 1 milhão de pessoas se reuniram ao redor do país. Apenas no Rio de Janeiro, 300 mil pessoas marcharam na Avenida Presidente Vargas em direção à Prefeitura.

Essas manifestações, que ficaram conhecidas como as “Jornadas de Junho”, se estenderam pelo resto do ano e deram origem a outros movimentos, como, por exemplo, o “Ocupa Cabral”, formado por um grupo de manifestantes que

praticamente acampou na frente da casa do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. O que começou como um protesto contra o aumento do preço das passagens se transformou em algo muito mais complexo e entender exatamente o que aconteceu nesse período é uma tarefa delicada.

Existem pelo menos duas narrativas sobre os eventos daquele ano. Tem-se de um lado, a história contada pela mídia tradicional, representada pelos jornais de grande circulação, principais canais de televisão e demais grandes redes de comunicação e, do outro lado, a história contada pelos próprios manifestantes, que foi divulgada durante as manifestações através de canais de mídia alternativa que se propagavam pela internet e pelas redes sociais. Após os acontecimentos, foram produzidos artigos, livros e documentários que ilustram o que ocorreu naquele período pelo ponto de vista dos manifestantes, ativistas, mídia-ativistas e demais envolvidos. Distinguir como essas duas histórias se relacionam e em que elas diferem é fundamental para entender o significado das Jornadas de Junho.

Ainda no capítulo II, será apresentada a narrativa da mídia tradicional, que será aqui representada principalmente pelos jornais O Globo e Folha de São Paulo. De início, esta não mostrou apoio às manifestações. Quando os primeiros protestos, organizados pelo Movimento Passe Livre, começaram a ganhar relevância em São Paulo, a mídia os noticiou como atos de vandalismo e violência. Por exemplo, na manchete da edição de 12 de junho, do jornal O Globo lia-se: “A marcha da insensatez”.

No entanto, à medida que os relatos de violência policial se tornaram mais frequentes e foram divulgados através de vídeos e imagens na internet, tanto por canais de mídia alternativa quanto por redes sociais como o Facebook, a cobertura da mídia tradicional foi mudando de tom e começou a dar mais atenção à ação da polícia. A manchete da Folha de São Paulo no dia 14 de junho declarava: “Polícia reage com violência a protestos e SP vive noite de caos”.

Esta não foi, contudo, a única vez que a mídia tradicional alterou o tom de sua cobertura sobre as manifestações. Depois dos protestos do dia 17 de junho, ela passou a separar os manifestantes em dois grupos distintos. Por um lado, o grupo dos chamados “manifestantes pacíficos” era descrito como jovens desiludidos com a política nacional, que protestavam contra a corrupção e em razão de um sentimento de desapontamento com os políticos em geral e, em especial, com a presidenta Dilma Rousseff. Eram vistos positivamente e o apoio a eles era claro.

Por outro lado, a mídia também falava em um pequeno grupo de indivíduos descritos como “vândalos” ou “radicais”. Esse grupo era sempre retratado de forma desfavorável e suas ações creditadas a uma violência sem sentido. Eles sequer eram vistos como fazendo parte das manifestações, mas como um grupo separado que aparecia no final dos protestos para perturbar o seu andamento tranquilo. É nesse sentido que, na capa de O Globo do dia 21 de junho, uma das fotos que ilustra a reportagem traz a seguinte legenda: "Vandalismo. Misturado aos manifestantes, grupos de radicais cercam e tentam invadir o prédio do Itamaraty".

Quem são esses manifestantes aos quais é negada voz nas reportagens da mídia tradicional é o objeto de análise do capítulo III, no qual será apresentada a sua narrativa sobre esses eventos. Apresentam-se vozes distintas que ajudam a entender quem são os indivíduos e grupos que foram caracterizados como “vândalos” e “radicais”, quais as suas motivações e como eles integraram esses protestos: um relato ficcional em que o autor, movido por suas memórias das manifestações, conta em primeira pessoa sua a história de um jovem que, pela primeira vez, participava desse tipo de movimento; dois artigos retirados da versão online do jornal anarquista “Rolling Thunder”², escritos por um autointitulado "grupelho anônimo e rizomático, ativos nos levantes em Goiânia, Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro” que oferecem um panorama dos acontecimentos do ponto de vista de um autoproclamado grupo de anarquistas; um manifesto escrito pelos participantes do Movimento Passe Livre; um estudo detalhado sobre o movimento Black Bloc, desde as suas origens até os dias atuais e um documentário focado na participação que a tática teve nas manifestações no Brasil; e ainda uma comparação entre a presença virtual dos Black Blocs e dos Anonymous.

O capítulo IV estabelece uma comparação entre as duas ficções, onde será salientado de que forma a política se manifesta no confronto das duas narrativas. O objetivo deste capítulo será determinar de que forma as duas narrativas destacadas acerca das manifestações de 2013 representam duas ficções distintas. Na narrativa da mídia tradicional identifica-se a ficção da ordem policial, na

2. *THE JUNE 2013 uprisings in Brazil – Part I: New alliances, age-old struggles*. Disponível em <http://www.crimethinc.com/texts/atoz/brazilpt1.php>; *THE JUNE 2013 uprisings in Brazil – Part II: Giants and monsters*. Disponível em <http://www.crimethinc.com/texts/atoz/brazilpt2.php>.

medida em que esta separa a sociedade em dois grupos distintos – os “manifestantes pacíficos” e os “vândalos” ou “radicais. Apenas ao primeiro grupo é concedida a prerrogativa de manifestar sua voz no espaço comum. O outro grupo corresponde à parcela dos invisíveis, daqueles que não têm direito à palavra. Suas reivindicações não são reconhecidas dentro do comum da ordem policial.

Nesse sentido, portanto, a narrativa desses manifestantes, aos quais é negada voz dentro da ficção da ordem policial, corresponde à ficção que surge com o ato político. Nesta narrativa, há a subjetivação de um sujeito político, que se percebe como parte dos incontados da divisão policial e tenta inscrever esse excedente dentro da partilha. A política ocorre justamente no confronto entre essas duas histórias, quando a narrativa dos invisíveis da divisão policial se torna parte da história de uma sociedade. Rancière afirma que a política é sempre rara e ocasional, mas que existe uma dinâmica histórica da política que se manifesta através de eventos, memórias, promessas e subjetivações. Os momentos de conflito em que esta se manifesta significam aberturas de novos mundos que moldam a história de uma sociedade, rearranjando a partilha do sensível e criando novas formas de visibilidade e possibilidades do comum.

Na conclusão deste estudo, espera-se que reste claro como os acontecimentos do ano de 2013 representaram a proposta por uma nova partilha do sensível e de que forma do confronto entre duas concepções de mundo distintas, criou-se uma marca na história política do país.

Política, Estética da Política e a Partilha do Sensível

Existem inúmeras maneiras de se pensar as manifestações de 2013 e a forma como elas moldaram a configuração política do país nos anos que se seguiram. Para Adriano Pilatti e Giuseppe Cocco, por exemplo, as Jornadas de Junho foram um momento em que a multidão tomou as ruas e capturou a imaginação do povo, se fazendo presente em toda a sua força constitutiva. Eles descrevem assim esse momento:

“Os levantes de junho fizeram o País tremer e algumas mentes fraquejarem. Afirmaram-se como um movimento potente, autônomo e sem precedentes na escala que alcançou. Para nós, o que de mais inovador e liberador neles se expressou foi a contestação (difusa e confusa, mas vigorosa) de duas dimensões da ‘pólis’: de um lado, a ‘política’ autista e alienada de seus fundamentos constituintes; de outro, o sequestro das cidades pelo projeto autoritário de sociedade-empresa, que comprime as alternativas de sociabilidade na via única e estreita do consumo pago, e submete os pobres ao calvário dos transportes. Uma reivindicação por serviço público gratuito de qualidade desencadeou o movimento; uma contraditória mistura de tentativa de captura midiático-reacionária das manifestações com a indignação civil ante a repressão brutal e a surdez do poder o agigantou.”³

O presente trabalho irá tentar entender esse período através do confronto entre duas narrativas que surgem a partir desses eventos, a narrativa da mídia tradicional e a história contada pelos próprios manifestantes, e de que forma a política se manifesta no conflito entre elas. Para tanto, serão utilizados conceitos desenvolvidos por Jacques Rancière em seus estudos sobre política e estética da política. Em especial, a noção de política como um conflito entre duas concepções de mundo distintas e a tese de que a estética da política corresponde ao seu potencial de construir ficções que desafiem o consenso da ordem policial serão essenciais para o desenvolvimento deste argumento. Esses conceitos serão introduzidos no capítulo que se segue a partir de uma análise da obra de Rancière e, em um momento posterior, serão utilizados na comparação entre as duas narrativas.

3. COCCO, Giuseppe; PILATTI, Adriano. Quem tem medo do poder constituinte? 2013. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/521906-quem-tem-medo-do-poder-constituente>.

2.1

A política como dissenso

Para Jacques Rancière, o político é um encontro de dois processos distintos⁴. O primeiro desses processos pode ser chamado de polícia, a distribuição hierárquica dos lugares e das funções dentro de uma sociedade. Isto significa dizer que, na polícia, há uma tentativa de organizar os corpos de forma que não haja um resto, cada corpo tem seu lugar definido no espaço de acordo com uma função. É o processo pelo qual se opera a agregação de uma comunidade, a organização de seus poderes e a distribuição dos lugares e funções, bem como os sistemas de legitimação dessa distribuição. A polícia é, assim, uma lei implícita que define a contagem das partes dentro de uma sociedade, que define quais corpos são visíveis e quais são invisíveis, que palavras são entendidas como discurso e que palavras são ouvidas como meros ruídos. Não é, portanto, um processo de repressão, mas uma determinada forma de percepção do sensível, em que todos os corpos dividem-se hierarquicamente no espaço.

O segundo processo que forma o político pode ser chamado de política, um processo de emancipação que consiste em uma ruptura com a lógica policial, uma nova proposta de divisão dos corpos que procura inscrever nessa divisão um excedente, que é negado pela polícia. A política é um processo heterogêneo e no seu centro está um dissenso sobre a configuração e a percepção do sensível. A política, portanto, existe como uma força em oposição à ordem policial. É um modo de agir específico, com um sujeito que não preexiste a esse agir, mas apenas se constitui a partir dessa relação. O modo de agir político é, então, uma subjetivação de uma determinada parte da sociedade que desafia a divisão dos corpos da lógica policial.

Verifica-se que tanto a polícia como a política são concepções determinadas de mundo, formas de organização e percepção da realidade de um comum. São diferentes registros que determinam a organização do espaço, do tempo e do possível dentro de uma comunidade. Isto é o que irá ser chamado aqui de partilha do sensível. A partilha do sensível é, nesse sentido, tanto a existência de um

4. “O que é o político? – perguntam-nos. Responderei de modo sucinto: o político é o encontro de dois processos heterogêneos.” RANCIÈRE, Jacques. *Nas margens do político*. p. 69

comum como as divisões que se estabelecem nesse comum. É, nas palavras do autor, “um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que definem ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência”⁵. A partir desse conceito, fica claro que a disputa política, entendida como um confronto à ordem policial, é um conflito sobre essa partilha, uma tentativa de alterar a contagem das partes dentro de uma sociedade, achando um lugar para aqueles que não fazem parte, o resto, o que Rancière chama de a parcela dos sem parcela:

“Proponho agora reservar o nome de política a uma atividade bem determinada e antagônica à primeira: a que rompe a configuração sensível na qual se definem as parcelas e as partes ou sua ausência a partir de um pressuposto que por definição não tem cabimento ali: a de uma parcela dos sem-parcela. Essa ruptura se manifesta por uma série de atos que reconfiguram o espaço onde as partes, as parcelas e as ausências de parcelas se definiam. A atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho.”⁶

O dissenso que é fundamental à política não é, portanto, um desentendimento acerca de interesses diferentes, mas sim um desentendimento sobre duas concepções de mundo distintas. O conflito político surge a partir da manifestação de uma nova proposta de divisão do sensível que quer redefinir aqueles que são vistos e aqueles que são invisíveis, aqueles que têm direito à palavra e aqueles que só alcançam o ruído. Deduz-se desse conceito que a política é um momento excepcional. Rancière é explícito sobre a raridade da política em sua concepção e ao fato de que ela só existe em oposição à polícia. Afirma ele que “nenhuma coisa é em si política”⁷ e segue sua explicação dizendo que a política só existe a partir de um princípio que não lhe é próprio, o da igualdade. Deve-se, assim, examinar tanto o que significa este princípio de igualdade como o porquê deste princípio não ser próprio à política.

Em sua obra “O Mestre Ignorante – Cinco lições sobre a emancipação intelectual”, Rancière se baseia nas experiências de Joseph Jacotot, pedagogo

5. Id., *A partilha do sensível: estética e política*. p. 16

6. Id., *O desentendimento: política e filosofia*. p. 42

7. Ibid., p. 45

francês do século XIX, para definir o que ele entende por esse princípio⁸: há uma igualdade radical de inteligências entre todas as pessoas que viabiliza a existência do conflito. Jacotot defendia que a emancipação individual era um processo de tomada de consciência dessa igualdade de capacidades. Afirmava que o mestre explicador, aquele que se coloca em uma posição intermediária entre o estudante e o saber, apenas embrutece seus alunos. Por outro lado, o mestre ignorante é aquele que emancipa porque não quer impor sua inteligência e seus saberes aos do aluno, mas apenas auxilia este a usar sua própria inteligência para chegar a um conhecimento.

Da mesma forma que o método pedagógico de Jacotot só pode ser concebido a partir desse pressuposto de igualdade entre aluno e mestre, só é possível pensar a lógica da política se considerar-se que há uma igualdade entre todos os seres falantes. A lógica policial determina uma divisão de mundo que enquadra os corpos na categoria daqueles que ordenam e daqueles que devem se submeter. O que ela ignora, porém, é que a própria lógica da ordenação dos corpos depende da igualdade: para que um mande e o outro obedeça, é necessário que o que obedeça compreenda o que está sendo mandado, ou seja, há uma igualdade entre eles:

“Do fato de uma ordem ser compreendida por um inferior pode-se deduzir simplesmente que essa ordem foi bem dada, que quem ordena teve pleno sucesso no seu trabalho próprio e conseqüentemente quem recebe a ordem executará bem o

8. A obra de Jacques Rancière “O Mestre Ignorante – Cinco lições sobre a emancipação intelectual” (RANCIÈRE, Jacques. *O Mestre Ignorante*.) tem como inspiração o trabalho de Joseph Jacotot. O método pedagógico desenvolvido por ele é conhecido como “Ensino Universal” e se baseia na negação da ideia da incapacidade intelectual propagada pelos métodos de ensino tradicionais. Jacotot defende uma igualdade radical de inteligências e propõe a substituição da figura do mestre explicador, como é tradicionalmente entendida a figura do professor, aquele que tem como função intermediar a aprendizagem do aluno, submetendo a inteligência deste a sua própria, pela do mestre ignorante, aquele que só ensina aquilo que ignora, pois na relação do mestre com o aluno deve haver um encontro de vontades, mas não de inteligências. O mestre ignorante deve ser também um mestre emancipador, capaz de fazer o aluno usar sua inteligência. E, para tanto, precisa ele mesmo ser emancipado. Assim, o Ensino Universal é um círculo de emancipação. Todo homem já aprendeu muitas coisas sem um explicador, começando pela sua língua materna. Mas é preciso que seja tomada consciência de tal fenômeno. Assim, Jacotot formulou seu método, segundo o qual qualquer um poderia ensinar qualquer coisa a outra pessoa: aprender algo, não importa o que, e relacionar isso a todo o resto o que se aprender. Tomar consciência da igualdade das inteligências e de como ela atua em todos os atos do espírito humano. Jacotot sustenta que o mito da incapacidade intelectual perpetrado pelos meios tradicionais de educação tem como função manter a ordem social imóvel, ou seja, confinar os indivíduos a papéis sociais predeterminados. O primeiro passo para a emancipação deve ser refletir sobre seu papel social: não há diferentes inteligências e, portanto, a mesma inteligência é usada para os trabalhos manuais e os trabalhos acadêmicos.

seu trabalho que é um prolongamento daquele, de acordo com a divisão entre a simples *aisthesis* e a plenitude da *hexis*. Mas também se pode deduzir uma consequência totalmente desconcertante: se o inferior compreendeu a ordem do superior, é que ele participa da mesma comunidade dos seres falantes, que é, nisso, seu igual. Deduz-se daí, em suma, que a desigualdade dos níveis sociais só funciona por causa da própria igualdade dos seres falantes.”⁹

Como o autor define no prefácio de “O Desentendimento”, o conflito da política não é entre alguém que diz branco e alguém que diz preto, mas entre duas pessoas que dizem branco, mas não conseguem entender que o outro diz a mesma coisa¹⁰, ou seja, são duas partes que compartilham um espaço comum, mas que o percebem de formas diferentes.

Historicamente, os títulos usados para justificar a divisão entre os dominantes e os dominados se baseiam nos princípios da filiação ou da riqueza¹¹. A lógica da *arkhéé*, aquela que delega o exercício do poder de acordo com uma determinada superioridade que devém desses títulos de governo, uma superioridade que precede o próprio poder e que é confirmada por este¹². Assim, a partilha do sensível proposta por esse processo de hierarquização das funções e dos espaços sempre resulta em um resto - aqueles que têm como característica comum não terem nenhum título para governar. A lógica da política desafia essa divisão. Nesse sentido, o conflito político não é apenas um conflito na forma, o embate entre duas concepções de mundo, mas tem um conteúdo específico: ele só é considerado político na medida em que é fudado nesse princípio de igualdade¹³.

-
9. RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento – política e filosofia*. p. 60
 10. “Por desentendimento entenderemos um tipo determinado de situação da palavra: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro. O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura” (Ibid., p. 11).
 11. “A história conheceu dois grandes títulos para governar os homens: um que se deve à filiação humana ou divina, ou seja, a superioridade no nascimento; e outro que se deve a organização das atividades produtoras e reprodutoras da sociedade, ou seja, o poder da riqueza.” (Id., *O ódio à democracia*, p. 62)
 12. Id., *Against an ebbing tide: An interview with Jacques Rancière*. In: BOWMAN, Paul; STAMP, Richard. *Reading Rancière.*, p. 238
 13. “Politics, I argue, has its own universal, its own measure that is equality. The measure never applies directly. It does so only through the enactment of a wrong. However, note very wrong is necessarily political. It has been argued against my theses that there are also anti-democratic forms of protest among the oppressed, shaped by religious fanaticism or ethnic identitarianism and intolerance. (...) But it is clear that in my view a wrong is political when it enacts the basis of political action, which is the mere contingency of equality, which is evidently not the case of 'popular' movements asking for purity of the blood, the power of religion, and so on”. (*The thinking of dissensus: Politics and Aesthetics*. In: BOWMAN, Paul; STAMP, Richard. *Reading Rancière.*, p. 4)

A democracia é então entendida como o meio específico da política, um meio que nega a existência desses títulos. Rancière reconta os sete títulos de governo dos atenienses¹⁴: o poder dos pais sobre os filhos, dos velhos sobre os jovens, dos mestres sobre os escravos, das pessoas bem-nascidas sobre os que não têm nada, dos fortes sobre os fracos, dos sábios sobre os ignorantes e, finalmente, o sétimo título que é o título da escolha dos deuses. Este é o processo do sorteio, que era usado como processo democrático para a escolha dos lugares para o governo: democracia não como o governo de todos, mas como o governo de qualquer um. Democracia é, assim, um governo que se fundamenta na ausência de fundamentos para governar. Esse é o princípio igualitário fundamental para a política, a negação da hierarquia de títulos.

A democracia não é um regime de Estado, mas um modo de subjetivação da política. É um dispositivo que interrompe a ordem policial, propondo uma nova divisão dos corpos. Para tanto, a democracia deve ser definida como uma comunidade em que “povo” adquire um significado específico. Para Rancière, o termo “povo” comporta dois significados opostos: dentro da lógica policial, povo é entendido como *ethnos*, um conjunto de corpos que são agrupados por terem a mesma origem e terem nascido no mesmo território. Esse é o povo da lógica policial, aquele que está dividido em termos de etnia, de funções, de religiões. É uma divisão que se baseia em nomes exatos, na qual cada corpo ocupa um lugar predeterminado. Por outro lado, dentro da disputa política, povo pode ser

-
14. “Estando admitido que em toda cidade há governantes e governados, homens que exercem a *arkhé*, homens que obedecem a seu poder, o ateniense dedica-se a recensar os títulos para ocupar uma posição ou outra tanto nas cidades quanto nas casas. Esses títulos são sete. Quatro se apresentam como diferenças que dizem respeito ao nascimento: naturalmente comandam aqueles que nasceram antes ou melhor. Esse é o poder dos pais sobre os filhos, dos velhos sobre os jovens, dos mestres sobre os escravos ou das pessoas bem-nascidas sobre os sem-nada. Seguem-se dois outros princípios que se valem da natureza e não do nascimento. Em primeiro lugar, a ‘lei da natureza’ celebrada por Píndaro, o poder dos mais fortes sobre os menos fortes. Decerto esse título se presta a controvérsias: como definir o mais forte? *Górgias*, que mostra toda a indeterminação do termo, conclui que esse poder só pode ser entendido de maneira adequada se for identificado com a virtude dos que sabem. E esse é precisamente o sexto título recensado: o poder que cumpre a lei da natureza, é claro, a autoridade dos sábios sobre os ignorantes. Todos esses títulos preenchem as duas condições requeridas: primeiro, definem uma hierarquia de posições; segundo, definem-na em continuidade com a natureza – por intermédio das relações familiares e sociais no caso dos primeiros, direta no caso dos últimos (...).
 “Aqui começa a política. Mas é aqui também que ela encontra, no caminho que procura separar a excelência própria do direito de nascimento, um objeto estranho, um sétimo título para ocupar os lugares de superior e de inferior, um título que não é o título e que, no entanto, como diz o ateniense, consideramos o mais justo: o título de autoridade “amado dos deuses”, a escolha do deus acaso, o sorteio, que é o procedimento democrático pelo qual um povo de iguais decide a distribuição dos lugares” (Id., *O ódio à democracia*, pp. 54, 55)

entendido como o *demos*, o povo considerado como a parte suplementar da comunidade, aqueles que são incontados¹⁵. *Demos* é o povo quando reconhecida a falha na divisão do sensível - não mais o conjunto de corpos previamente organizados, mas aqueles corpos que se reconhecem como resto e desafiam esta posição. Assim, o litígio da política se reflete na democracia como a disputa entre esses dois entendimentos de povo: a tentativa do *demos* de se inscrever no lugar do *ethnos*.

O processo de subjetivação do sujeito político passa por aí: da mesma forma que a democracia é o título de governo que nega qualquer título, a subjetivação do sujeito político é um processo de criação de uma identidade que começa com a negação de outra. A lógica igualitária só se torna política quando confronta a desigualdade da ordem hierarquizada da *arkhé*. Rancière usa o caso do julgamento de Auguste Blanqui, em 1832, como momento exemplar desse processo:

“Instado pelo presidente do tribunal a declinar sua profissão, ele responde simplesmente: 'proletário'. A essa resposta o presidente objeta de pronto: 'Isso não é profissão', para logo ouvir o acusado replicar: 'É a profissão de trinta milhões de franceses que vivem de seu trabalho e que são privados de seus direitos políticos'. O que faz o presidente permitir que o escrivão anote essa nova 'profissão'. Nessas duas réplicas pode-se resumir todo o conflito entre a política e a polícia. Tudo aí se liga à dupla acepção de uma mesma palavra, *profissão*. Para o promotor, encarnada à lógica policial, profissão significa ofício: a atividade que situa um corpo em seu lugar e em sua função. (...) Blanqui dá à mesma palavra uma acepção diferente: uma profissão é uma confissão, uma declaração de pertencimento a um coletivo. (...) São a classe dos incontados que só existe na própria declaração pela qual eles se contam como os que não são contados.”¹⁶

Esse é, portanto, o dissenso da política: a inscrição de uma nova ordem igualitária na ordem hierarquizada policial. O dano que institui o litígio político é o momento de confronto entre essas duas configurações do sensível, o ponto em que a subjetivação se torna política por tentar inscrever o ideal de igualdade dentro da lógica policial. Esse conflito é a recontagem dos corpos, não mais de acordo com seus lugares e funções, mas de acordo com esse princípio de igualdade que funda a política.

Se há uma igualdade fundamental entre todos os seres falantes, o que está em disputa então é o que quer dizer falar. O conflito político se dá sobre a posição

15. Id., *The thinking of dissensus: Politics and Aesthetics*. In: BOWMAN, Paul; STAMP, Richard. *Reading Rancière*. p. 5.

16. Id., *O desentendimento: política e filosofia*, pp. 49, 50.

dos que falam e o que significa sua fala. Com isso se quer dizer que não é a mera capacidade de fala que está na base do conflito político, mas a capacidade de exprimir um determinado discurso por meio dela.

Rancière inicia seu livro “O Desentendimento” citando o Livro I da “Política” de Aristóteles para introduzir o conceito do *logos*: a natureza política do homem devém da sua capacidade de distinguir entre o bem e o mal, do justo e do injusto e expressar isto por meio da palavra. O *logos* é a palavra capaz de manifestar esses sentimentos. Mas, Rancière argumenta: a posse do *logos* não é universal. Esse é o erro de cálculo que está no centro da disputa política. A uma parte da população, seja por títulos de nascimento ou de riqueza, é dada a capacidade de perceber e expressar sua dor e seu prazer em termos de bem e mal, ou seja, em uma conotação pública. Já à outra parte, o povo, que não tem nenhum título próprio, não é dada a capacidade de produzir este discurso. Esse é o espaço entre a mera fala e o *logos*, a capacidade de se fazer entender dentro de um comum. A política é, portanto, a subversão dessa ordem, a disputa pela posse do *logos*.

Rancière conta o caso da secessão dos plebeus romanos no Aventino¹⁷. Para ele, toda a questão girava em torno do uso da palavra: para os patrícios era impossível conceber um lugar de discussão comum com os plebeus porque estes não eram reconhecidos como seres falantes, no sentido estrito de que a eles não era dada a posse do *logos*. Eles eram seres sem nome, sem lugar na *polis* e, enquanto tais, não podiam participar das discussões dentro da cidade. Os plebeus, reunidos no Aventino, resolvem se rebelar dessa situação, mas, ao invés de pegarem em armas contra os seus dominadores, eles decidem fundar uma nova ordem. Nessa nova ordem, são eles seres falantes, recriando ritos dos patrícios: delegam alguém para ir falar com o oráculo, celebram apoteoses e outorgam-se representantes. Nesse momento, ao se afirmarem como seres falantes, se inscrevem em uma nova partilha do sensível. É a afirmação de uma nova identidade e a atualização do princípio de igualdade que caracterizam o conflito político.

Define-se, assim, que a partilha do sensível é a divisão polêmica das partes dentro de uma sociedade e que a política é o processo de contestação dessa

17. Rancière apresenta a análise que Pierre-Simon Ballanche fez ao reinterpretar o relato de Tito Lívio (Ibid., p. 36).

divisão através da atualização de um princípio de igualdade que tem por objetivo inserir dentro da partilha aqueles que são considerados seus excedentes.

A igualdade é, portanto, pressuposto da política. Só existe política porque existe uma igualdade entre todos os seres falantes, ainda que a ordem da *arkhé* negue essa igualdade ao dividir os corpos de acordo com seus títulos de poder. Porém, como foi aludido anteriormente, Rancière afirma que esse princípio de igualdade não é próprio da política. O que ele quer dizer com isso é que a política não é nem o movimento que aplica essa igualdade nem o movimento que tem como objetivo final essa igualdade. Repete-se: o princípio de igualdade é um pressuposto da política. Mas a igualdade por si só é um vazio apolítico. Volta-se ao exemplo dos plebeus e dos patrícios: a igualdade deles se traduz em um título de liberdade. Os plebeus, assim como os patrícios, são livres. O problema só começa quando os plebeus percebem que o único título que lhes pertence, a liberdade, não é um título próprio. A subjetivação política é a percepção de que a liberdade não é uma propriedade do povo, mas a falta de propriedade que o define como uma massa indistinta que não tem nenhuma qualidade além da qualidade dos que não têm qualidade (ou seja, a liberdade). Este é o dano que inicia o litígio político, o momento em que a lógica igualitária se choca com a lógica policial. Nesse sentido, portanto, é que a igualdade é o pressuposto da política, porém não é o seu próprio. A política não está na igualdade, mas no conflito entre o princípio de igualdade e o princípio da *arkhé*. Se há um próprio da política é o seu sujeito. E esse sujeito político não preexiste à política, ele se define por um agir específico: é o sujeito que se constitui por um tomar parte em um modo de agir. Como foi dito, é o sujeito que verifica o princípio de igualdade dentro da lógica policial.

“O povo nada mais é do que a massa indiferenciada daqueles que não têm nenhum título positivo – nem riqueza, nem virtude – mas que, no entanto, têm reconhecida a mesma liberdade que aqueles que os possuem. A gente do povo é de fato simplesmente livre *como* os outros. Ora, é dessa simples identidade com aqueles que, por outro lado, lhes são em tudo superiores que eles tiram um título específico. O *demos* atribui-se, como sua parcela própria, a igualdade que pertence a todos os cidadãos. E, com isso, essa parte que não é parte identifica seu nome – o nome da massa indistinta dos homens sem qualidade – com o nome da própria comunidade. Isso porque a liberdade – que é simplesmente a qualidade daqueles que não têm nenhuma outra (nem mérito, nem riqueza) – é ao mesmo tempo contada como virtude comum. (...). Quem não tem parcela – os pobres da Antiguidade, o Terceiro Estado ou o proletariado moderno – não pode mesmo ter outra parcela a não ser nada ou tudo. Mas é também mediante a existência dessa parcela dos sem-parcela, desse nada que é tudo, que a comunidade existe enquanto comunidade

política, ou seja, enquanto dividida por um litígio fundamental, por um litígio que afeta a contagem de suas partes antes mesmo de afetar seus 'direitos'. O povo não é uma classe entre outras. É a classe do dano que causa dano à comunidade e a institui como 'comunidade' do justo e do injusto”¹⁸

A partir dessa ideia, Rancière discorda de qualquer teoria que conceba uma “política pura”¹⁹. Para ele, a política é, por definição, impura. Nenhuma coisa é em si política, mas qualquer coisa pode vir a sê-lo desde que haja o encontro de duas lógicas²⁰. Não há um modo de vida político: pensar em um modo de vida político é pensar no registro da polícia, tentando achar espaços determinados para o exercício de uma ação. É importante fazer essa distinção: o agir político não é um modo de vida, mas a subjetivação de um dano, ou seja, o momento de choque entre duas concepções diferentes da partilha do sensível. Isto significa dizer que esse agir só existe enquanto houver o conflito e que o sujeito político só existe enquanto houver ruptura com a lógica da *arkhé*.

Pelo que foi exposto acima é possível entender o que Rancière quer dizer, quando afirma que a existência da política não é necessária e que “ela surge como um acidente sempre provisório na história das formas de dominação”²¹. É um acidente porque é uma ruptura com a ordem normal das coisas, que é a ordem hierarquizada da *arkhé*; provisória porque só existe enquanto existir o conflito. Por fim, afirmar que a existência da política não é necessária significa dizer que, a ordem policial existe sem a política, mas que o contrário não é verdadeiro: a política só existe em oposição à ordem policial.

É a partir desse raciocínio que Rancière denuncia a filosofia política como o fim da política. Para ele, a filosofia política é sempre uma resposta posterior a uma política já existente, que quer corrigir o paradoxo democrático, o duplo aspecto da política²². Assim, o grande problema da filosofia política é tentar

18. Ibid., p. 24.

19. “There is no 'pure' politics. I wrote 'Ten Theses on Politics' primarily as a critique of the Arendtian idea of a specific political sphere and a political way of life”. (Id., *The thinking of dissensus: Politics and Aesthetics*. In: BOWMAN, Paul; STAMP, Richard. *Reading Rancière*. p. 3)

20. Id., op. cit., p. 45.

21. “Tese 6: Se a política é o traçado de uma diferença que se dissolve com a distribuição das partes e das partes sociais que lhe cabem, então a sua existência não é necessária; ela surge como um acidente sempre provisório na história das formas de dominação. Pelo que, o litígio político tem por objeto essencial a própria existência da política” (Id., *Nas margens do político*. p. 145)

22. “Face ao impensável nó político do igual e do desigual, define-se o programa da filosofia política, ou melhor, da política dos filósofos: realizar a essência verdadeira da política, da qual

pensar a política a partir de um princípio que lhe seja próprio. A radicalidade da política é não ter um fundamento próprio: se a igualdade é seu pressuposto, esta só se torna política através do dano que a expõe como vazio apolítico. A política existe na distância entre esses dois mundos, o mundo da lógica igualitária e o mundo policial. A filosofia política, ao tentar achar um fundamento próprio da política, quer suprimir essa distância, transformar a política na essência da comunidade.

Ao não admitir esse duplo da política, a filosofia política aproxima a atividade política da atividade policial, duas formas de determinação de um sensível incontestável. Rancière retraça essa ideia até a *politeia* proposta por Platão, que se opunha às *politeiai*: a *politeia* é o "um" que se opõe aos muitos das *politeiai*, as facções e os governos em conflito. A *politeia* é o princípio de unidade e interioridade de uma comunidade. Da mesma forma, a política da filosofia política rechaça a ideia do múltiplo que o dano afirma na política. Não há dano se toda a manifestação de vida de uma sociedade vem de um princípio único de interioridade. O que há, portanto, é uma identificação da política e da polícia, a ideia da política como esse princípio de organização de uma sociedade. Mas ainda há um problema a ser enfrentado pela filosofia política: ela precisa encontrar uma resposta para o paradoxo político, ou seja, para a parcela dos sem parcela, o excedente que a política inscreve na ordem policial. São nas diferentes formas de achar uma solução para esse paradoxo que se dividem as três formas de filosofia política identificadas por Rancière: a *arquipolítica*, a *parapolítica* e a *metapolítica*.

A *arquipolítica* é a estratégia platônica - substituir a configuração democrática da política sem deixar nenhum espaço vazio. Quer dizer, a solução da *arquipolítica* para o paradoxo da parcela dos sem parcela é uma divisão exata do povo, de acordo com suas funções. É a decomposição do *demos* político para recompô-lo dentro das limitações da ordem da *politeia*. Assim, o que domina essa comunidade não é somente a lei, mas o espírito da lei: a ideia de que há uma história, uma razão ou uma alma de comunidade que estabelece essa divisão dos

a democracia só produz a aparência; suprimir essa impropriedade, essa distância de si da comunidade que o dispositivo político democrático instala no centro mesmo do espaço da pólis. Trata-se, em suma, de realizar a essência da política pela supressão da política, pela realização da filosofia 'no lugar' da política." (Id., *O desentendimento: política e filosofia*, pp. 72, 73.)

corpos e que deve ser obedecida. É a ideia da substituição do título vazio da liberdade por uma virtude, igualmente vazia, como, por exemplo, a virtude do artesão determinando seu espaço na comunidade.

A parapolítica, por sua vez, tem seu princípio em Aristóteles. Ainda que seu resultado seja o mesmo, a equiparação da política à polícia, a estratégia da parapolítica parte de um ponto diferente: ela considera a especificidade política, que é a ideia de uma interrupção em uma determinada ordem pelo princípio da igualdade, e tenta inscrever esse movimento na ordem da pólis. É a ideia da alternância de lugar entre o governante e o governado. Transformando o movimento natural da política em um movimento constitucional, a parapolítica transforma os atores e o litígio políticos em formas de distribuição da ordem policial.

A terceira figura da filosofia política é a metapolítica, identificada às ideias marxistas. Ela está no polo oposto à arquipolítica: enquanto esta afirma uma divisão única das partes em comunidade e nega o dano democrático, a metapolítica absolutiza esse dano e, ao fazer isto, proclama uma falsidade radical da política. Ao tornar o dano absoluto, a metapolítica inviabiliza o argumento igualitário do litígio político. A política passa a ser a mentira e o social a verdade. É assim que é concebida a luta de classes: a classe operária que eventualmente expõe a falsidade da política. Se para a metapolítica a distância entre as duas ideias de povo, o povo soberano e o povo operário, é a denúncia da falsidade da política, para a política essa distância é uma afirmação, a condição primária para seu exercício.

Assim, a filosofia política é o fim da política, na medida em que quer esvaziar o conflito que lhe é fundamental. Essa é a nona tese de Rancière: “Na medida em que o próprio da filosofia política é fundar o agir político num modo de ser específico, o próprio da filosofia política é apagar o litígio constitutivo da política”²³. Esse fim, para o autor, tem um nome específico: consenso.

O que está aqui sendo chamado de consenso não é um mero acordo entre partes, mas uma forma específica de configuração do sensível em que qualquer excedente é negado. O consenso não é uma decisão racional entre as partes, que decidem cessar o conflito e chegar a um acordo comum. O consenso é a negação

23. Id., *Nas margens do político*, p. 150

do litígio político porque as partes são previamente constituídas. É o momento em que o povo deixa de ocupar o lugar de sujeito do conflito, perde sua qualidade de *demos* e volta a ser o *ethnos*. Nessa perspectiva, a ordem do consenso é entendida como a pós-democracia, uma prática governamental que é reduzida unicamente aos jogos do Estado e às composições de interesses sociais, nas quais as partes já são preestabelecidas²⁴.

Na partilha do sensível da pós-democracia não existem vazios ou excedentes. A polícia precisa de nomes exatos, que mantenham os corpos conectados de acordo com suas funções e suas posições no espaço. A política é o movimento que estabelece nomes impróprios, que desarticula essa divisão e manifesta um dano. Ela perturba a disposição de corpos da partilha do sensível policial oferecendo um suplemento, inscrevendo dentro dessa ordem aqueles que antes estavam excluídos dela. Para tal, a política deve ocorrer como uma demonstração, o que significa dizer que ela só pode existir quando em confronto com o outro a quem ela se dirige, o outro da lógica consensual, ainda que esse outro recuse seu lugar.

“[A política] é uma demonstração, sendo que uma demonstração supõe sempre um outro ao qual se dirige, mesmo se este outro recusa a consequência. Ela é a constituição de um lugar comum, ainda que não seja o lugar de um diálogo ou da procura de um consenso à maneira de Habermas. Não se trata aqui de consenso, de comunicação sem falhas, de compensação de um dano. Mas sim de um lugar comum polêmico para o tratamento de um dano e a demonstração da igualdade”²⁵

É nesse sentido que a política só existe em um lugar comum polêmico: sua excepcionalidade está no fato de ser uma experiência sem um espaço próprio, que emerge do espaço da polícia. Rancière define que o trabalho essencial da política é a configuração de seu próprio espaço e que a sua essência é a manifestação de

24. “A pós-democracia é a prática governamental e a legitimação conceitual de uma democracia de *depois* do *demos*, de uma democracia que liquidou a aparência, o erro na conta e o litígio do povo, redutível, portanto, ao jogo único dos dispositivos de Estado e das composições de energias e de interesses sociais. A pós-democracia não é uma democracia que encontrou no jogo das energias sociais a verdade das formas institucionais. É um modo de identificação entre os dispositivos institucionais e a disposição das partes e das parcelas da sociedade apta a fazer desaparecer o sujeito e o agir próprio da democracia. É a prática e o pensamento de uma adequação, sem resto, entre as formas do Estado e o estado das relações sociais” (Id., *O desentendimento: política e filosofia*, p. 105)

25. Id., *Nas margens do político*, pp. 73, 74

um dissenso²⁶. Assim é que, diante de uma manifestação em um espaço público, a ação policial (e aqui polícia deve ser entendida no sentido comum, como a força repressiva estatal) é sempre no sentido de dispersar os manifestantes e nunca interpelá-los, negando a disputa por aquele espaço. É negar a rua como espaço de manifestação, negar o litígio pelo significado do espaço comum que o torna político. Negar a politicidade de um sujeito é relegar seu discurso a meros ruídos. Essa é a estratégia da repressão policial que tenta dispersar uma manifestação: não reconhecer ali a proposta de uma nova partilha do sensível que confronta a ordem preestabelecida da partilha consensual. Como será argumentado durante o presente trabalho, esta foi a estratégia utilizada não apenas pelas forças repressivas do Estado mas também pela mídia tradicional que realizava a cobertura das Jornadas de Junho. Ambas instituições são parte integral do estado de polícia e, como tal, tentaram negar o discurso dos manifestantes como forma de negar a politicidade desses eventos e desses indivíduos.

Volta-se a questão do *logos*. A disputa em torno do *logos* é sobre quem pode ser ouvido dentro de uma comunidade. Não é, portanto, uma questão de se identificar como seres capazes de fala: todos são capazes de fala e da compreensão dessa fala, este é o princípio de igualdade que viabiliza o conflito. Mas esse conflito se desdobra no questionamento sobre o porquê, na medida em que todas as partes são capazes de participar desse ato de fala, uma comanda e a outra obedece. E o objeto desse comando é, claramente, a própria partilha do sensível: quem tem o *logos* é quem estabelece as ordens dessa partilha. Sendo assim, retornando à manifestação no espaço público, pode-se dizer que a preocupação não é apenas em interromper o conflito, mas negar que ele sequer existiu. Reconhecer a palavra nos manifestantes seria admitir uma nova proposta de mundo, negar a lógica consensual que é fundamental para a manutenção da ordem da *arkhé*. A solução, então, é desqualificar o discurso dos manifestantes, não os reconhecendo como partes do comum.

Há, portanto, um movimento duplo nesse conflito: o litígio político, antes de ser um conflito de interesses e de valores, é um conflito em torno do próprio objeto do litígio, de sua existência e de seus sujeitos. O conflito só pode existir

26. “Tese 8:O trabalho essencial da política é a configuração de seu próprio espaço. Este trabalho consiste em dar a ver o mundo dos seus sujeitos e das suas operações. A essência da política é a manifestação de um dissenso, como presença de dois mundos em um só” (Ibid., p. 147)

quando é reconhecido o princípio de igualdade, porém o próprio conflito se dá em torno desse reconhecimento. Em outras palavras, a manifestação política é ao mesmo tempo a argumentação por um mundo novo e a abertura desse mundo novo no qual a argumentação pode ser recebida.

2.2

A estética da política e suas ficções

Pelo exposto acima, é possível afirmar que há uma disputa estética central à política. Diz-se que a disputa sobre a partilha do sensível é uma questão estética, porque ela versa sobre as formas de percepção e de vivenciamento do comum de uma sociedade. A partilha do sensível é a divisão do comum, que define quem pode tomar parte desse comum. Como foi dito anteriormente, é um recorte do tempo e espaço que determina a experiência sensível de uma comunidade. Nesse sentido, ela é uma estética própria da política, que estabelece as formas de visibilidade dos corpos em uma sociedade, as propriedades do espaço e os possíveis do tempo. A disputa política é, por consequência, uma disputa sobre quem determina as regras dessa partilha.

Nesse ponto, é importante fazer um desvio para delimitar o que está sendo aqui entendido por “estética”. Para Rancière, a estética “é muito mais que a filosofia ou a ciência da arte. Com efeito, a 'estética' é uma matriz de percepções e discursos que envolve um regime de pensamento, bem como uma visão da sociedade e da história”²⁷. Desta forma, a estética é uma configuração específica do domínio da arte, que marca uma transformação no pensamento desta. Para estabelecer esse entendimento, Rancière define três grandes regimes de identificação das artes: o regime ético das imagens, o regime representativo das artes e o regime estético das artes²⁸. Esses regimes de arte são a forma como cada época concebe e interpreta a produção e a lógica artísticas. Mais do que isso, esses

27. Id., *O que significa Estética*, p. 3

28. Rancière discute esses três regimes em detalhes no capítulo “Dos regimes da arte e do pouco interesse da noção de modernidade”, do livro “A partilha do sensível – estética e política”. Esse assunto também é discutido a fundo em sua obra “O inconsciente estético”, na qual o autor formula uma análise da teoria psicanalítica desenvolvida por Sigmund Freud e, em especial do seu conceito de inconsciente, explicitando em que medida esta se relaciona com sua concepção de estética.

regimes são formas de compreender a sociedade, já que essas práticas artísticas atuam e refletem dentro de uma determinada concepção do comum, do possível e dos modos de ser.

No primeiro regime, o regime ético, a arte é entendida apenas como imagem. Nesse regime estão em jogo dois pontos: o teor de verdade dessas imagens, ou seja, o quão fiéis a um modelo determinado elas são, e os efeitos que elas induzem no modo de ser e na moralidade dos observadores. São exemplos dessas imagens as representações de divindades, bem como os debates que se seguem sobre o direito ou a proibição dos usos dessas imagens. Esse regime pode ser representado pelas ideias de Platão em relação à arte, especialmente no momento em que ele propõe o banimento dos poetas e artistas em sua cidade ideal na “República”. No regime ético, a arte é julgada de acordo com seus efeitos morais e políticos e com o impacto que ela tem no espírito de uma comunidade.

O segundo é o chamado regime poético ou representativo das artes e ele pode ser identificado a partir das teses aristotélicas. Aqui, a arte é pensada a partir de um princípio mimético, quer dizer, há um deslocamento da preocupação dos usos e efeitos da imagem para uma preocupação com a maneira de fazer e de apreciar a arte. Nesse sentido, a arte não pode mais ser julgada pelo seu teor de verdade, ela é uma imitação e, como tal, entendida como pertencendo a um espaço e tempo próprios. Ela não é mais julgada moralmente como no regime ético, porque os trabalhos ficcionais passam a ter regras próprias pelas quais eles são julgados. Nesse regime, então, há uma classificação e hierarquização dos temas que são considerados representáveis ou não, e da arte de acordo com um princípio de verossimilhança e consistência interna. Se antes as artes eram ajuizadas a partir de regras morais da sociedade, no regime representativo elas passam a ser avaliadas de acordo com seu gênero e com seu tema.

O último é o regime estético das artes, que se contrapõe ao regime representativo. Este é o modo de entendimento das artes na modernidade. Há novamente um deslocamento no foco da questão: a experiência estética não se interessa pelos modos de fazer da arte, mas por um modo de ser sensível próprio das artes. O regime estético significa o colapso da hierarquia entre temas e gêneros. Mais do que isso, envolve uma separação entre as formas sensíveis da produção artística e as formas sensíveis através das quais os espectadores se apropriam dela. Fica suspensa qualquer relação entre a intenção do artista, a forma

sensível apresentada e o olhar do espectador. Como dito acima, aqui não está em jogo um modo de fazer, mas um modo de ser sensível das artes. A arte é analisada não por um modo de fazer, o que se encontra em questão é a forma experimentada por si mesma. O foco passa da representação para a expressão, ou seja, a linguagem passa a ser não um meio de representar, mas a própria forma da arte. Assim, não faz mais sentido a ideia de classificar e hierarquizar os temas e gêneros da arte, pois a arte está na possibilidade de criar novos signos e significados em qualquer aspecto da vida²⁹.

Nesse sentido, a eficácia estética é uma forma de dissenso, entendido como um conflito entre diferentes regimes de sensorialidade: a capacidade da arte de articular uma nova forma de perceber o mundo, ressignificando a linguagem para dizer o que antes não era dito e tornar visível o que antes era invisível. A transição do regime representativo para o regime estético significa não apenas uma mudança no entendimento sobre a arte, mas em uma nova forma de pensamento. É isto que Rancière chama de “revolução estética”:

“[É] preciso que seja revogado esse regime representativo que também implica uma determinada ideia de pensamento: o pensamento como ação que se impõe a uma matéria passiva. E o que chamei há pouco de revolução estética é exatamente isso: a abolição de um conjunto ordenado de relações entre o visível e o dizível, o saber e a ação, a atividade e a passividade”³⁰

E é por meio desse dissenso que a questão estética reflete na política. A questão fundamental da política é saber quais objetos e que sujeitos são contados e quais são incontados no comum, sendo a política a atividade que reconfigura a partilha do sensível, que redesenha o espaço comum. A experiência estética, por sua vez, é um modo de percepção do real que não se limita aos ditames da

29. “A esse regime representativo, contrapõe-se o regime das artes que denomino *estético*. Estético, porque a identificação da arte, nele, não se faz mais por uma distinção no interior das maneiras de fazer, mas pela distinção de um modo de ser sensível próprio aos produtos da arte. A palavra “estética” não remete a uma teoria da sensibilidade, do gosto ou do prazer dos amadores da arte. Remete, propriamente, ao modo de ser específico daquilo que pertence à arte, ao modo de ser de seus objetos. No regime estético, das artes, as coisas da arte são identificáveis por pertencerem a um regime específico do sensível. Esse sensível, subtraído a suas conexões ordinárias, é habitado por uma potência heterogênea, a potência de um pensamento que se tornou ele próprio estranho a si mesmo: produto idêntico ao não-produto, saber transformado em um não-saber, *logos* idêntico a um *pathos*, intenção do inintencional etc.” (Id., *A partilha do sensível – estética e política*, p.32)

30. Id., *O inconsciente estético*, p. 25

representação, não respeita hierarquias de temas e formas. É, assim, uma subversão da lógica policial.

Portanto, se a partilha do sensível é uma estética própria da política que se manifesta nos atos de subjetivação que redefinem o que e quais sujeitos são visíveis, há também uma política da estética, na medida em que esta apresenta novas formas de circulação da palavra, exposição do visível e distribuição dos afetos, determinando novas capacidades e rompendo com a configuração do possível. A política da estética produz ficções. Entretanto, aqui a ficção não é vista como a criação de um mundo imaginário oposto ao real, trata-se da criação de dissensos: tornar visível o que antes era invisível e mudar a significação do visível.

O real é sempre objeto de uma ficção, de uma construção do espaço que determina o visível, o dizível e o factível. Não se quer dizer com isto que tudo é ficção, mas sim que “[o] real precisa ser ficcionalizado para ser pensado”³¹. A ficção consensual é aquela que nega seu caráter de ficção e se faz passar por realidade. A ficção artística e a ação política têm como papel fraturar esse consenso, criar novos sujeitos e novos objetos. A relação da arte e da política não é uma passagem da ficção para a realidade, mas entre duas maneiras de se produzir ficções³². E se o trabalho da política e da arte é a criação de novas ficções que desafiem a ficção consensual, o trabalho da polícia é a manutenção e a preservação da lógica do consenso³³.

Ficção no contexto da atividade política é, assim, a formação de uma percepção determinada do sensível, que desafia a ordem policial, tornando visíveis os que até então eram invisíveis e dando voz aqueles que antes não conseguiam falar³⁴. Nesse sentido, será argumentado neste trabalho que as duas

31. Id., *A partilha do sensível – estética e política*, p. 58

32. “A política e a arte, tanto quanto os saberes, constroem ‘ficções’, isto é, rearranjos *materiais* dos signos e das imagens, das relações entre o que se vê e o que se diz, entre o se faz e o que se pode fazer.” (Ibid., p. 59)

33. “A palavra *consenso* significa muito mais que uma forma de governo ‘moderno’ que dê prioridade à especialidade, à arbitragem e à negociação entre os ‘parceiros sociais’ ou os diferentes tipos de comunidade. Consenso significa acordo entre sentido e sentido, ou seja, entre um modo de apresentação sensível e um regime de interpretação de seus dados. Significa que, quaisquer que sejam nossas divergências de ideias e aspirações, percebemos as mesmas coisas e lhes damos o mesmo significado” (Id., *O espectador emancipado*, p. 67).

34. “O real é sempre objeto de uma ficção. ou seja, de uma construção do espaço no qual se entrelaçam o visível, o dizível e o factível. É a ficção dominante, a ficção consensual, que nega seu caráter de ficção fazendo-se passar por realidade e traçando uma linha de divisão entre o simples domínio desse real e o das representações e aparências, opiniões e utopias. A

narrativas que surgem a partir das manifestações de 2013, a narrativa da mídia tradicional e a narrativa dos manifestantes, constituem duas ficções distintas: a primeira corresponde à ficção consensual da lógica policial; a segunda, à ficção política, que desafia as regras da primeira e fratura a ilusão do consenso.

Por esse ângulo, pode-se afirmar que o sujeito político é aquele capaz de produzir ficções. O processo de subjetivação é o movimento de criação de uma identidade a partir da negação de outra, o que pode ser descrito também como a recusa da ficção consensual e a concepção de uma nova ficção, na medida em que a afirmação da identidade política é uma afirmação de uma forma específica de visibilidade e de sensibilidade. Assim, a experiência de emancipação do sujeito político segue um caminho similar à experiência do espectador, conforme descrita em “O Espectador Emancipado”.

Nessa obra, Rancière faz uma análise do que ele chama de “paradoxo do espectador”: o entendimento de que apesar de não ser possível pensar o teatro sem espectador, o espectador é sempre passivo nesse processo, ele apenas observa, sem nunca agir ou conhecer o que está se passando por trás da aparência da peça³⁵. Se, por um lado, essa ideia levou Platão a conceber o teatro como uma coisa a ser eliminada por incentivar a passividade e criar um simulacro, a crítica moderna inverteu o problema para pensar um teatro sem espectadores, ou seja, transformá-los em participantes ativos do espetáculo. Esses reformadores do teatro querem criar uma experiência comunitária, pensar o teatro como uma revolução estética, capaz de mudar as formas sensíveis da experiência humana, e usar seu espetáculo como uma prática coletiva.

Nesse ponto, porém, pode-se retomar os ensinamentos de Jacotot em “O Mestre Ignorante”: a ideia de se fazer um teatro que tenha o objetivo de tornar o

ficção artística e a ação política sulcam, fraturam e multiplicam esse real de um modo polêmico. O trabalho da política que inventa sujeitos novos e introduz objetos novos e outra percepção dos dados comuns é também um trabalho ficcional. Por isso, a relação entre arte e política não é uma passagem da ficção para a realidade, mas uma relação entre duas maneiras de produzir ficções” (Ibid., p. 75)

35. “As numerosas críticas às quais o teatro deu ensejo ao longo de toda a sua história podem ser reduzidas a uma fórmula essencial. Eu lhe daria o nome de paradoxo do espectador, paradoxo mais fundamental talvez que o célebre paradoxo do ator. Esse paradoxo é simples de formular: não há teatro sem espectador (mesmo um espectador único e oculto, como na representação fictícia de *Fils naturel* que dá ensejo aos *Entretien* de Diderot). Ora, como dizem os acusadores, é um mal ser espectador, por duas razões. Primeiramente, olhar é o contrário de conhecer. O espectador mantém-se diante de uma aparência ignorando o processo de produção dessa aparência ou a realidade por ela encoberta. Em segundo lugar, é o contrário de agir. O espectador fica imóvel em seu lugar, passivo. Ser espectador é estar separado ao mesmo tempo da capacidade de conhecer e do poder de agir” (Ibid., p. 8)

espectador participante ativo do processo reflete a lição do mestre embrutecedor³⁶. Deve-se questionar se o que cria a distância entre espectador e artista não é exatamente a vontade de eliminar essa distância. O espectador só pode ser percebido como passivo porque previamente foi enunciada essa oposição entre ativo e passivo. Assim também foram chamados de cidadãos ativos aqueles capazes de eleger e serem eleitos em função de sua renda, e de cidadãos passivos os trabalhadores indignos dessa função.

A chave está, então, em considerar o olhar do espectador como uma forma de agir: ele compara o que está vendo, seleciona, interpreta e assim participa da performance. Não segue a lógica do dramaturgo que age como embrutecedor, querendo que ele veja ou sinta algo. No regime estético, a performance deve ser compreendida como um corpo próprio, tão distante do artista quanto do espectador: ela é autônoma no sentido em que não cabe ao artista determinar quais efeitos ela irá produzir. Esse processo de emancipação do espectador é, assim, o mesmo processo de emancipação do sujeito político: ambos têm início com o reconhecimento de uma igualdade fundamental entre duas partes distanciadas e acarretam a subversão dessa divisão, a partir da inscrição de uma nova ordem de percepção, seja a do espectador que se apropria dos signos do espetáculo, seja a do sujeito político que se apropria do *logos* de uma comunidade. Mais do que isso, um processo de emancipação a partir de um deslocamento da posição do próprio sujeito: por um lado, é o espectador que entende que seu olhar é independente da vontade do artista e que é capaz de se implicar na produção de significados da performance; por outro, é o sujeito político que se reconhece como parte sem parte no comum e que é capaz de afirmar uma nova partilha do sensível.

Reitera-se, assim, que a disputa política é estética em seu princípio, embora a política e a estética sejam dois campos distintos. A estética deve ser entendida como um modo de percepção do sensível em que é negada a lógica da representação. O que se quer dizer com isso é que a estética sobrepõe uma nova divisão do sensível ao mundo das ordens que organiza os corpos dentro de uma

36. “Na lógica da emancipação há sempre entre o mestre ignorante e o aprendiz emancipado uma terceira coisa – um livro ou qualquer outro escrito – estranha a ambos e à qual eles podem recorrer para comprovar juntos o que o aluno viu, o que disse e o que pensa a respeito. O mesmo ocorre com a performance. Ela não é a transmissão do saber ou do sopro do artista ao espectador. É essa terceira coisa de que nenhum deles é proprietário, cujo sentido nenhum deles possui, que se mantém entre eles, afastando qualquer transmissão fiel, qualquer identidade entre causa e efeito.” (Ibid., p. 19)

comunidade de acordo com as suas funções, dando a eles nomes exatos e negando qualquer excedente. A configuração estética do sensível reconhece o espaço que há entre um corpo e entre um ser que pertence ao comum. É o espaço que há entre o ser falante e o ser do *logos*. E a política, por sua vez, atua dentro desse espaço: é o movimento que reconhece essa diferença e quer subvertê-la. É o reconhecimento dos excluídos, ao mesmo tempo em que os insere no comum. A política existe na disputa pela partilha do sensível e, nessa medida, é sempre rara e ocasional. Porém, ela não se manifesta apenas nas grandes revoluções: há uma história política que aparece através de eventos, formas de subjetivação, promessas e memórias que atuam no princípio político³⁷.

Diante do exposto, chega-se às manifestações de junho de 2013. A pergunta a ser feita é, assim: houve política nesses acontecimentos? E, sendo positiva a resposta, em que medida a política ocorreu, ou seja, quais eram as lógicas em conflito durante os protestos? Como mencionado, para que exista a política é preciso que haja um conflito entre duas concepções diferentes de mundo. E mais, é preciso que neste conflito ocorra a atualização do princípio de igualdade. Por fim, cabe lembrar que a ação política é a construção de uma ficção, que reorganiza os signos da sociedade e embaralha a ordem daqueles que são vistos e daqueles que são invisíveis, daqueles que praticam o discurso e daqueles que só falam em ruídos. Nesse sentido, a análise sobre as manifestações de 2013 deve buscar identificar não só quem é o sujeito político, aquele que participa do processo através da fundação de uma nova identidade, mas que histórias estão sendo contadas e qual a significância dessas histórias para o processo político.

Com este objetivo, os próximos capítulos irão fazer uma análise das possíveis narrativas que surgiram durante os eventos de 2013. Se por um lado a cobertura midiática adotou determinado entendimento dos fatos segundo o qual apenas uma parcela dos manifestantes foi reconhecida como tal, por outro lado é possível contar a história desses manifestantes que tiveram sua identidade negada

37. "The mere enactment of the political principle rarely – if ever - appears in its purity, but there is politics in a lot of 'confused' matters and conflicts, and politics makes for a memory, a history. There is a historical dynamic of politics: a history of events, inscriptions, and forms of subjectivization, of promises, memories, repetitions, anticipations and anachronisms" (Id., *The thinking of dissensus: Politics and Aesthetics*. In: BOWMAN, Paul; STAMP, Richard. *Reading Rancière*, p. 5)

pela mídia. O conflito das manifestações é, dessa maneira, tanto um conflito dos manifestantes contra os poderes públicos, como uma disputa por reconhecimento por parte desses manifestantes que foram invisibilizados pela mídia. Nesse sentido, o conflito político não aparece apenas no ato da manifestação, ele está presente na própria disputa pelo significado do ato de protestar e da figura do manifestante. O desafio que se apresenta aqui, portanto, é apreender quais são os signos e as identidades que surgem a partir dessas narrativas e de que forma elas desafiam a ordem policial e criam uma nova partilha do sensível. Esta investigação será o propósito desse trabalho.

3

A Narrativa da Mídia Tradicional

No capítulo anterior foi argumentado que a política é a proposta por uma nova partilha do sensível que desafia a lógica da ordem policial através de um princípio de igualdade. Neste sentido, a estética da política pode ser definida como a sua capacidade de criar ficções, entendidas estas como determinadas construções do espaço e do tempo que determinam o dizível, o factível e o possível.

Nos próximos capítulos serão analisadas duas possíveis narrativas que surgiram a partir dos eventos de 2013: a narrativa da mídia tradicional e a narrativa dos manifestantes, ativistas, mídia-ativistas e acadêmicos que tomaram parte nessas manifestações. O objetivo desta análise é identificar de que forma essas narrativas representam, respectivamente, a ficção do estado de polícia e uma ficção política.

Com esse intuito, o presente capítulo irá, inicialmente, estabelecer uma linha do tempo das manifestações. Em segundo lugar, será apresentada a narrativa que surgiu a partir da cobertura da mídia tradicional. A partir da análise das primeiras páginas de dois dos maiores jornais do país, e de outros episódios midiáticos relacionados a esses eventos, será possível estabelecer uma narrativa coerente que indique de que forma as manifestações foram retratadas por esses grandes meios de comunicação.

Em um momento posterior, esta será comparada com a narrativa dos manifestantes, que será analisada no próximo capítulo. Finalmente, será identificado como a política se estabelece no confronto entre estas duas ficções.

3.1

Linha do tempo dos protestos

Pode-se dizer que o movimento que eventualmente viria a ser chamado de "Jornadas de Junho" teve início já nos primeiros meses de 2013, com as primeiras manifestações contra o aumento das passagens de ônibus que ocorreram em

idades como Porto Alegre e Goiânia. O movimento ganhou força com as manifestações organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo. Em seu site³⁸, a Carta de Princípios afirma que "[o] MPL não tem fim em si mesmo, deve ser um meio para a construção de uma outra sociedade. Da mesma forma, a luta pela Tarifa Zero não tem um fim em si mesma"³⁹. Esta afirmação contém muito do debate que iria se seguir às manifestações, iconizado pela frase "não são só vinte centavos".

A primeira manifestação ocorreu em 6 de junho de 2013, como resposta direta ao aumento das tarifas de ônibus, metrô e trem na capital paulista de R\$3,00 para R\$3,20, que foi oficializado no domingo anterior (02 de junho de 2013). A Polícia Militar de São Paulo estimou em 2 mil o número de participantes e os organizadores do evento em 5 mil⁴⁰. No dia 11 de junho, a polícia estimava que 5 mil pessoas compareceram aos protestos e os organizadores falavam entre 10 e 12 mil participantes⁴¹.

Uma semana depois, os protestos de 13 de junho passariam a ser lembrados como o ponto de virada do movimento. Antes dos protestos, a manchete do *Estado de S. Paulo* proclamava: "Chegou a hora do basta"⁴². A 4ª manifestação da série foi confrontada com uma forte repressão policial, com mais de 105 pessoas feridas e 241 detidos pela polícia⁴³, o que teve o efeito contrário ao esperado pelas forças repressoras.

A partir de então, as manifestações se espalharam para outras cidades brasileiras. No dia 17 de junho, os protestos reuniram centenas de milhares de pessoas em dezenas de cidades, incluindo Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Vitória e, claro, São Paulo. No Rio de Janeiro, a passeata que cruzou a Avenida Rio Branco reuniu cerca de 100 mil pessoas, segundo estimativa da UFRJ⁴⁴.

Em 19 de junho, Eduardo Paes e Fernando Haddad, respectivamente prefeito do Rio de Janeiro e de São Paulo, anunciaram a suspensão do aumento do preço das passagens. Nesse mesmo dia, manifestações em todo o país reuniram

38. <http://www.mpl.org.br/>

39. Disponível em: <http://www.mpl.org.br/>

40. BORBA, Maria; FELIZI, Natasha; REYS, João Paulo. *Brasil em movimento – reflexões a partir dos protestos*. posição 6489.

41. *Ibid.*, posição 6502.

42. *Ibid.*, posição 6503.

43. *Ibid.*, posição 6510.

44. *Ibid.*, posição 6525.

mais de 1 milhão de pessoas. No Rio de Janeiro, pelo menos 300 mil pessoas se reuniram na Candelária e seguiram em direção à sede da Prefeitura. Houve confronto violento com a polícia e os manifestantes que se dispersaram foram perseguidos pela Lapa.

Em 21 de junho, a presidenta Dilma Rousseff fez um pronunciamento. O MPL anunciou que não iria mais convocar manifestações. Teve início o "Ocupa Cabral", um grupo de protestantes que acamparam em frente ao prédio do governador Sérgio Cabral, no Leblon. A partir desse ponto, as manifestações começaram a ocorrer com menos frequência, reunindo um menor número de pessoas.

Uma forma possível de organizar e de entender os protestos é a classificação feita por Maria da Glória Gohn⁴⁵, que divide o mês de junho em três momentos. O primeiro é chamado "a desqualificação e o descaso". Esse momento, que teve início com o primeiro ato do MPL em 6 de junho, é caracterizado pela reprovação da mídia e um limitado apoio da população. Houve uma reação no sentido de criminalizar os movimentos e descaracterizar as reivindicações.

O segundo momento é chamado pela autora de "Violência, revolta popular e susto pelo movimento de massa". Começou com a passeata do dia 13 de junho em São Paulo, que, segundo a Polícia Militar, reuniu 5.000 participantes. A repressão policial, que sempre esteve presente nas manifestações, atingiu um novo nível: foram centenas de feridos e 192 prisões. A escalada da violência, os relatos e as imagens levaram a uma virada da opinião pública e à adesão de milhares de pessoas. Em 17 de junho, os atos se espalharam por várias capitais e envolveram centenas de milhares de pessoas. As manifestações se tornaram o principal foco de atenção da população e da mídia. Esta segunda fase teve seu ápice em 20 de junho, quando mais de um milhão de pessoas tomaram as ruas em diversas cidades do país. Este foi o momento de maior adesão da população e do ativismo digital, que ficou marcado pela atuação do Anonymous. Eventos no Facebook também tiveram uma grande importância na organização dos atos e muitos desses grupos tinham como principal bandeira o "combate à corrupção", como se pode

45. GOHN, Mária da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. posição 205.

ver por alguns de seus nomes: "Movimento Contra a Corrupção", "Quero Fim da Corrupção", "A Verdade Nua & Crua", entre outros⁴⁶.

O terceiro momento é "A vitória na demanda básica". Pela cronologia da autora, este se sobrepõe ao momento anterior, começando no dia 19 de junho com o cancelamento do aumento das tarifas em São Paulo. A Copa das Confederações passou a congregiar grande parte dos protestos e as manifestações se propagaram por todo o país. Em 21 de junho o MPL anunciou que não iria mais convocar manifestações. A partir daí o apoio da população diminuiu e o que a autora chama de "minorias radicais", caracterizadas principalmente pela tática Black Bloc, passaram a ser as protagonistas dos protestos. Houve, mais uma vez, aumento da violência policial na repressão das manifestações.

Gohn também identifica três atores que protagonizaram as diferentes fases das manifestações: o Movimento Passe Livre, os Anonymus e os Black Blocs⁴⁷. O MPL, como já foi dito, teve grande importância na fase inicial das manifestações. Apesar de existir desde 2003, seu protagonismo em 2013 foi de certa forma inédito. Os três princípios básicos do MPL são: federalismo, apartidarismo e horizontalidade. No dia 21 de junho, afastou-se das manifestações, anunciando que não mais convocaria mobilizações após a redução da tarifa em São Paulo.

O Anonymus teve presença forte no segundo momento das manifestações. Os chamados *hackertivistas* são na verdade um conjunto de centenas de coletivos ao redor do mundo. Surgiram nos Estados Unidos, na primeira década desse século, e atuaram em diversos movimentos populares, como o Occupy Wall Street e a Primavera Árabe. No Brasil, ganharam notoriedade em 2011, quando atacaram um site do governo federal. Pregam a defesa da liberdade de expressão e o acesso livre à informação.

Por fim, os Black Blocs também tiveram uma atuação importante nas manifestações. O movimento, considerado por muitos como anarquista, nasceu na Alemanha na década de 80. A sua atuação cresceu a partir do fim do mês de junho, ganhando predominância nas manifestações no segundo semestre de 2013. A tática Black Bloc foi reprovada tanto pela sociedade como pela mídia, que clamava pela criminalização dos movimentos, referindo-se aos seus participantes como "vândalos". Essa tática consiste em uma ressignificação da violência: eles

46. Ibid., posição 223.

47. Ibid., posição 480.

vão à frente nas manifestações, no intuito de proteger o resto dos manifestantes da ação policial, sendo a depredação da propriedade privada entendida como um ataque simbólico ao capitalismo.

Este sumário das manifestações, ainda que simplificado, pode servir como uma linha do tempo para se contextualizar e pensar os protestos. Eles têm início aos poucos, em cidades como Porto Alegre e Goiânia, e ganham força com o aumento da passagem em São Paulo. A repressão policial a esses atos é recebida com reprovação pela população e os protestos tomam, aos poucos, caráter nacional. O aumento do número de participantes também leva a uma expansão da pauta, que se afasta da questão do transporte e começa a ter um caráter mais amplo. Após o seu ápice, tanto em termos de participantes como de repercussão nacional, no dia 20 de junho, o movimento novamente muda de feição, voltando a reunir menos participantes e com uma pauta também reduzida.

3.2

Análise dos jornais

Chega-se, assim, à história contada pela mídia. Para os fins deste trabalho, será feita uma súmula de todas as menções às manifestações durante o mês de junho de 2013, na primeira página de dois dos jornais de maior circulação do país, Folha de São Paulo e O Globo, assim como um resumo dos editoriais publicados nesse período relativos ao tema aqui estudado. A escolha por esses jornais se dá, primeiro, pela sua influência e alcance nacional: em 2013, a Folha de São Paulo foi o segundo jornal de maior circulação no país e O Globo foi o terceiro⁴⁸. Em segundo lugar, é uma escolha geográfica: a Folha de São Paulo é um jornal paulista e O Globo um jornal carioca, sendo estas as cidades que mais foram afetadas e movimentadas pelas manifestações. Por último, o recorte temporal foi escolhido como forma de abranger o período no qual as manifestações eram reportadas com maior frequência e ocupavam a primeira página desses jornais diariamente, como irá se verificar a seguir.

48. Dados disponíveis no site da Agência Nacional de Jornalismo: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>

Com base nesses parâmetros, observa-se que a primeira menção aos protestos ocorre, em ambos os jornais, no dia 7 de junho de 2013. A primeira página do Jornal O Globo menciona protestos que tiveram lugar no dia anterior contra o aumento das tarifas de ônibus em quatro capitais, afirmando que o mais violento teve lugar em São Paulo⁴⁹. A foto que estampa a matéria mostrava manifestantes ateando fogo em cartazes e caixas de papelão. Na Folha de São Paulo, uma pequena nota na lateral da página fala que "[v]andalismo marcou o ato por transporte mais barato em São Paulo"⁵⁰. Foto de caixas de papelão sendo queimadas durante o protesto ilustra a matéria.

No dia 8 de junho, a Folha diz que as manifestações causam medo, levando o comércio a fechar mais cedo e alunos a serem liberados das escolas⁵¹. Fala em vandalismo e pichação de pontos de ônibus. O Jornal O Globo não menciona os protestos.

Não há notícias sobre as manifestações na capa de nenhum dos dois jornais entre os dias 9 e 11. No dia 12 de junho, a primeira página de O Globo é encabeçada pelas palavras "Rebeldia e Vandalismo", a abertura nomeia os protestos de "A marcha da insensatez"⁵². A matéria diz que as manifestações do dia anterior deixaram um rastro de vandalismo em imóveis históricos e aponta que dos 31 presos, nove eram menores, sem-teto e universitários, que não pagavam passagem de ônibus. Duas fotos estampam a matéria. Em uma, jovens com as caras censuradas andam em fila com as mãos amarradas uns aos outros. Na legenda lê-se: "Em fila. Menores e universitários detidos por danos ao patrimônio". Na outra foto, uma senhora de cabelos brancos, com a cara parcialmente coberta pelo que parece uma máscara de hospital, aponta um estilingue para um alvo fora da imagem. Embaixo da foto, explica-se que a senhora está na Praça Taksim, na Turquia. Na Folha de São Paulo, a manchete é: "Contra tarifa, manifestantes vandalizam centro e Paulista"⁵³. Das três fotos que ilustram a matéria, em duas manifestantes começam incêndios na rua e a terceira

49. *PROTESTOS contra passagens de ônibus em quatro capitais*. O Globo, Rio de Janeiro, 7 jun. 2013. p. 1.

50. *VANDALISMO marca ato por transporte mais barato em SP*. Folha de São Paulo, São Paulo. 7 jun. 2013. p. 1.

51. *MANIFESTANTES causam medo, param marginal e picham ônibus*. Folha de São Paulo, São Paulo. 8 jun. 2013. p. 1.

52. *A MARCHA da insensatez*. O Globo, Rio de Janeiro, 12 jun. 2013. p. 1.

53. *CONTRA tarifa, manifestantes vandalizam centro e Paulista*. Folha de São Paulo, São Paulo. 12 jun. 2013. p. 1.

mostra um policial disparando bomba de efeito moral. O corpo do texto refere que foi o protesto mais violento até o momento, informando que militantes jogaram pedras, paus e coquetéis molotov contra a PM, que, por sua vez, usou balas de borracha, bombas de efeito moral e gás de pimenta. É destacado o depoimento de um policial com a chamada: "Sangrando, PM aponta sua arma mas não dispara", e a fala de uma integrante do MPL que diz que as passeatas saíram do controle do movimento e viraram uma revolta popular.

No dia 13 de janeiro, a manchete da Folha de São Paulo diz que o governo será mais duro com o vandalismo⁵⁴. A matéria dá destaque à fala do governador Geraldo Alckmin, que chamou os manifestantes de "baderneiros" e "vândalos", e afirma que o protesto deixou um rastro de destruição pela cidade. Foto no centro da página mostra um policial com a cara sangrando, com o joelho em cima de um manifestante no chão, apontando sua arma, com a legenda: "Encurralo. Ferido, policial militar Wanderlei Vignoli agarra militante e aponta arma a manifestantes para evitar que fosse linchado no protesto de anteontem em SP". No O Globo há apenas uma breve menção aos protestos, avisando que o Movimento Passe Livre poderia voltar às ruas naquela noite e que havia risco de confronto⁵⁵.

No dia 14 de junho, pela primeira vez a notícia sobre as manifestações encabeça a primeira página do jornal carioca, que traz a manchete: "Confronto se agrava em SP, com mais presos e feridos"⁵⁶. Embaixo, diz-se que os protestos no Rio começaram pacíficos, mas terminaram violentos, com estudantes pichando muros de prédios tombados, ateando fogo em latas de lixo e quebrando vidros de agências bancárias. O corpo do texto fala sobre o aumento da repressão policial. Duas fotos ilustram a matéria: manifestantes de joelhos em São Paulo, enquanto a tropa de choque lança balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo e, no Rio, um manifestante preso sendo carregado pela tropa de choque. A Folha de São Paulo salienta a ação violenta da polícia durante os protestos da noite anterior⁵⁷. A chamada diz que dezenas de pessoas ficaram feridas e 192 foram detidas, e que o prefeito da cidade, Fernando Haddad, criticou a Polícia Militar. Na foto vê-se um

54. *GOVERNADOR de SP diz que será mais duro contra vandalismo*. Folha de São Paulo, São Paulo, 13 jun. 2013. p. 1.

55. *PASSE Livre deve voltar hoje às ruas*. O Globo, Rio de Janeiro, 13 jun. 2013. p. 1.

56. *CONFRONTO se agrava em SP, com mais prisões e feridos*. O Globo, Rio de Janeiro. 14 jun. 2013. p. 1.

57. *POLÍCIA reage com violência a protesto e SP vive noite de caos*. Folha de São Paulo, São Paulo. 14 jun. 2013. p. 1.

policial agredindo um casal que estava em um bar na Avenida Paulista. A notícia afirma que o distúrbio começou com a Tropa de Choque, que atirou bombas de gás assim que chegou. Há uma foto da repórter da Folha Giuliana Vallone, que foi ferida no olho por um PM.

No dia 15 de junho, notícias das manifestações ocupam quase toda a primeira página de O Globo. Na manchete lê-se: "Após semana de batalha, Haddad pede negociação", mencionando a proposta do prefeito de São Paulo de se reunir com o MPL⁵⁸. A matéria fala que 232 pessoas foram apreendidas em São Paulo e mais de 100 ficaram feridas, mas que o governador, Geraldo Alckmin, defende a ação da Polícia Militar. Embaixo, uma foto mostra uma parede de fumaça e chamas de pneus sendo queimados em frente ao Estádio Mané Garrincha, em Brasília, em protesto pela Copa das Confederações. Na Folha de São Paulo, Alckmin defende a ação da Polícia Militar e diz que os protestos têm viés político⁵⁹. A foto que estampa a matéria traz um jovem comemorando após deixar a delegacia.

Há uma pequena notícia sobre as manifestações na primeira página de O Globo no dia 16 de junho, mencionando que o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana quer regulamentar o uso de armas não letais pela polícia, devido ao abuso da força nas manifestações⁶⁰. Além disso, há uma chamada para uma discussão entre cientistas políticos sobre o sentido das manifestações e uma entrevista com uma integrante do Movimento Passe Livre. No jornal paulista, há uma foto, no canto esquerdo da primeira página, com a máscara usada pelos Anonymous, com o título: "A semana em que São Paulo ardeu"⁶¹. Uma das notícias veicula que, segundo a PM, o PSOL arregimentou punks para praticar vandalismo, mas o partido nega.

No dia 17 de junho, a notícia principal de O Globo é sobre a vitória da Itália na Copa das Confederações, mas há uma menção, no corpo do texto, sobre os protestos que ocorreram na porta do estádio e a repressão policial⁶². Uma nota fala sobre os protestos em São Paulo e atos de apoio que ocorreram nos EUA e na

58. *APÓS semanas de batalha, Haddad pede negociação*. O Globo, Rio de Janeiro. 15 jun. 2013. p. 1.

59. *ALCKMIN defende PM e diz que protesto tem viés político*. Folha de São Paulo, São Paulo. 15 jun. 2013. p. 1.

60. *CONSELHO quer arma não letal*. O Globo, Rio de Janeiro. 16 jun. 2013. p. 1

61. *A SEMANA em que São Paulo ardeu*. Folha de São Paulo, São Paulo. 16 jun. 2013. p. 1.

62. *MARACANÃ renasce à italiana*. O Globo, Rio de Janeiro. 17 jun. 2013. p. 1.

Europa. Na Folha de São Paulo, o destaque é para a reunião que o governo de São Paulo terá com os manifestantes e ao fato de que as manifestações que aconteceriam naquele dia deveriam ser pacíficas⁶³.

A capa de ambos os jornais, no dia 18 de junho, é completamente tomada por notícias das manifestações. A manchete de O Globo diz somente: "O Brasil nas ruas", dando destaque a uma foto da manifestação que ocupou praticamente toda a extensão da Avenida Rio Branco, no Centro do Rio⁶⁴. Fala-se que pelo menos 240 mil pessoas participaram de atos em 11 capitais, tendo como principal bandeira a redução do preço das tarifas de ônibus. É destacado como principais características do movimento a ausência de partidos na organização e a grande presença de jovens. Além disso, é mencionado um comportamento diferente da polícia, que foi menos violenta. Afirma que as manifestações foram em sua maioria pacífica, mas que atos de violência ocorreram em Porto Alegre, Maceió e Rio e que estes foram condenados pela maioria dos participantes. Fotos de um carro queimando e do teto do Congresso Nacional ocupado por manifestantes são acompanhadas pela legenda: "Um carro foi incendiado e a Alerj foi depredada no Rio por um grupo de radicais, que não teve apoio da maioria. Em Brasília, manifestantes furaram o bloqueio e subiram no teto do Congresso". Na Folha de São Paulo, a manchete é: "Milhares vão às ruas 'contra tudo'; grupos atingem palácios"⁶⁵. As imagens mostram manifestantes invadindo o teto do Legislativo em Brasília, o Largo da Batata tomado por manifestantes e dá destaque a três cartazes em que se lê: "Somos os filhos da revolução, acredite não é só por R\$0,20"; "Fifa go home"; "Fora Dilma! Fora Cabral! PT = Pilantragem e Traição"; e "Fora Alckmin". A notícia diz que na capital paulista mais de 65 mil pessoas saíram às ruas e que esta foi a maior onda de protestos pelo país desde os caras-pintadas em 1992, que pediram o impeachment do então presidente, Fernando Collor. Da mesma forma que o jornal carioca, afirma que os protestos foram pacíficos na maior parte, mas que se verificaram alguns atos de vandalismo.

No dia 19 de junho, a capa do O Globo novamente é ocupada por notícias dos protestos. A manchete anuncia que os protestos continuam, apesar de as

63. *GOVERNO de SP pede e terá reunião com manifestantes hoje*. Folha de São Paulo, São Paulo. 17 jun. 2013. p. 1.

64. *O BRASIL nas ruas*. O Globo, Rio de Janeiro. 18 jun. 2013. p. 1

65. *MILHARES vão às ruas 'contra tudo'; grupos atingem palácios*. Folha de São Paulo, São Paulo. 18 jun. 2013. p. 1.

capitais já terem baixado a tarifa dos ônibus⁶⁶. Novamente, surge a divisão entre radicais e pacifistas, na chamada que diz: "Em SP, radicais e pacifistas medem forças em tentativa de invasão da prefeitura". Uma foto com dois grupos de manifestantes em confronto é acompanhada pela legenda: "Os dois lados. Radicais são contidos por manifestantes". É ressaltada a insatisfação dos participantes com a corrupção e os políticos, estimando-se que 240 mil pessoas participaram dos atos em todo o país. Nove prefeitos anunciaram redução das tarifas e os prefeitos do Rio e de São Paulo se mostraram abertos ao reajuste. Na Folha de São Paulo, a manchete traz: "Ato em SP tem ataque à prefeitura, saque e vandalismo; PM tarda a agir"⁶⁷. A notícia fala que os protestos reuniram cerca de 50 mil pessoas e que a manifestação começou pacífica, mas que um grupo atacou a sede da prefeitura no fim da tarde e o vandalismo se ampliou. As fotos mostram o confronto dos manifestantes com a polícia, uma van sendo incendiada e uma pessoa carregando uma televisão saqueada.

Na manchete de O Globo do dia 20 de junho lê-se: "Protestos derrubam aumentos em São Paulo e no Rio de Janeiro"⁶⁸. O corpo do texto fala sobre a redução das tarifas, mas diz que ainda deveriam ocorrer protestos e que a Polícia Militar do Rio decidiu reforçar a segurança do Centro para evitar vandalismos. Refere também que manifestantes fizeram apelos nas redes sociais para desencorajarem grupos radicais. A foto mostra jovens, a maioria de cara coberta, formando uma espécie de barricada. A legenda diz que eles fazem parte de um grupo de cerca de 200 pessoas que se separou do ato em Niterói, fechou a ponte e tentou incendiar um ônibus. A manchete da Folha de São Paulo também dava destaque à redução das tarifas: "Protestos de rua derrubam tarifas"⁶⁹. A matéria diz que os prefeitos do Rio de Janeiro e São Paulo e o governador de São Paulo foram pressionados pelos protestos, pacíficos, mas com alguns episódios violentos por parte dos manifestantes e dos policiais. Um dos destaques na primeira página diz: "Com recuo, risco é alto de vandalismo virar método de negociação".

66. *CAPITAIS já baixam tarifas de ônibus; protestos continuam*. O Globo, Rio de Janeiro. 19 jun. 2013. p. 1.

67. *ATO em SP tem ataque à prefeitura, saque e vandalismo; PM tarda a agir*. Folha de São Paulo, São Paulo. 19 jun. 2013. p. 1.

68. *PROTESTOS derrubam aumentos em São Paulo e no Rio de Janeiro*. O Globo, Rio de Janeiro. 20 jun. 2013. p. 1.

69. *PROTESTOS de rua derrubam tarifa*. Folha de São Paulo, São Paulo. 20 jun. 2013. p. 1.

Em O Globo, a manchete do dia 21 enuncia simplesmente: "Sem controle"⁷⁰. A notícia fala que depois da redução das tarifas, os protestos reuniram mais de 1 milhão de pessoas em 80 cidades e que foi o dia mais violento. Informa que no Rio, passeata pacífica com mais de 300 mil pessoas foi interrompida por radicais que tentaram invadir a prefeitura, depredaram prédios públicos, saquearam e começaram incêndios. Em São Paulo, é mencionado que o MPL se retirou do ato e anunciou que não assumiria novas reivindicações diante da ação de radicais. A foto de destaque tem a legenda: "Vandalismo. Misturado aos manifestantes, grupos de radicais cercam e tentam invadir o prédio do Itamaraty". É dito também que partidos políticos foram expulsos das manifestações. Na Folha de São Paulo, a manchete proclama que protestos violentos se espalham pelo país e que a presidenta pede reunião⁷¹. Revela que cenas de violência foram registradas em 13 das 25 capitais onde houve protestos e que o governo federal está perplexo com os protestos. Deu destaque aos gritos de "fora partidos" na Avenida Paulista e à retirada dos militantes do PT. Nas imagens, manifestantes fugindo de bombas de gás, um manifestante de capacete agredindo militantes do PT e uma vítima de atropelamento que morreu em uma manifestação em Ribeirão Preto.

No dia 22, a manchete dos dois jornais tem o foco na presidenta Dilma Rousseff que, em pronunciamento na televisão, propôs pacto político e disse querer negociar com os líderes do movimento. O Globo frisa que a presidenta acredita que a manifestação pacífica fortalece a democracia, mas que a minoria violenta e autoritária não seria tolerada⁷². Um painel embaixo da notícia principal, intitulado "Procura-se", traz fotos de quatro manifestantes e afirma que os vândalos estão transformando as manifestações pacíficas em batalhas na rua. De forma similar, a Folha de São Paulo diz que a presidenta pretende ouvir a voz das ruas e coibir "arruaça"⁷³. Fotos mostram pessoas indo a pé em direção ao Aeroporto de Cumbica, depois que os protestos fecharam a rodovia de acesso e pessoas começando um incêndio, com a legenda: "Mascarados queimam entulhos

70. *SEM Controle*. O Globo, Rio de Janeiro. 21 jun. 2013. p. 1.

71. *PROTESTOS violentos se espalham pelo país e Dilma chama reunião*. Folha de São Paulo, São Paulo. 21 jun. 2013. p. 1.

72. *DILMA propõe pacto político e chama líderes de protestos*. O Globo, Rio de Janeiro. 22 jun. 2013. p. 1.

73. *DILMA promete ouvir 'voz das ruas' e coibir 'arruaça'*. Folha de São Paulo, São Paulo. 22 jun. 2013. p. 1.

em Nova Iguaçu (Baixada Fluminense); na Barra da Tijuca, no Rio, lojas foram saqueadas".

O Globo do dia 23 de junho vem com a manchete: "Juventude desiludida"⁷⁴. Em destaque, foto de uma mulher envolta na bandeira do Brasil. A legenda diz que "Em tempos de Copa das Confederações, a bandeira brasileira se espalhou além dos estádios: jovens protestaram 'contra tudo', do aumento das passagens à corrupção". A chamada ressalta que os jovens estão expressando seu descontentamento com políticos e cobrando a melhoria dos serviços públicos, mas que os vândalos desafiam o futuro das manifestações. Na Folha de São Paulo, a manchete afirma que a maioria dos paulistanos quer mais atos nas ruas, citando estudo do Datafolha que indica que 72% apoiam protestos na Avenida Paulista, 88% condenam invasões de prédios públicos e 43% acham PM muito violenta⁷⁵. Com o título "A semana em que o Brasil ardeu", uma matéria diz que "[e]stética das manifestações vai de marca de uísque ao curtir das redes"⁷⁶.

No O Globo, notícia do dia 24 fala que a presidenta discute plano de ação com os governadores e que, nas manifestações, as bandeiras se diversificam e o tema do combate à corrupção ganha força⁷⁷. São mencionadas passeatas que ocorreram na Zona Sul do Rio de Janeiro, assim como o grupo que acampou na esquina da casa do governador Sérgio Cabral. A Folha de São Paulo dá destaque ao fato de que a presidenta pretende começar pela saúde seu plano para estancar os atos⁷⁸. Diz que a presidenta vai se reunir com os 27 governadores e 26 prefeitos das capitais, e também com os líderes do Movimento Passe Livre, para traçar um pacote de saúde, educação e mobilidade urbana.

No dia 25 de junho, novamente ambos os jornais enfatizam as ações da presidenta, que propõe plebiscito para a realização de uma Constituinte específica para a reforma política. O Globo menciona que protestos continuam acontecendo e que a pauta é diversificada, desde transporte até impunidade⁷⁹. A Folha de São

74. *JUVENTUDE desiludida*. O Globo, Rio de Janeiro. 23 jun. 2013. p. 1.

75. *MAIORIA dos paulistanos defende mais atos nas ruas*. Folha de São Paulo, São Paulo. 23 jun. 2013. p. 1.

76. *A SEMANA em que o Brasil ardeu*. Folha de São Paulo, São Paulo. 23 jun. 2013. p. 1.

77. *DILMA discute plano de ação com os governadores*. O Globo, Rio de Janeiro. 24 jun. 2013. p. 1.

78. *DILMA inicia pela saúde plano para estancar atos*. Folha de São Paulo, São Paulo. 24 jun. 2013. p. 1.

79. *DILMA propõe Constituinte e cria polêmica com Congresso e STF*. O Globo, Rio de Janeiro. 25 jun. 2013. p. 1.

Paulo destaca que o plano da presidenta é criticado por ministros do STF e pela oposição⁸⁰.

No dia 26, os dois jornais reportam a derrubada da PEC 37, lembrando que esta foi uma das grandes bandeiras das manifestações. A manchete de O Globo continua falando sobre os planos para a Constituinte⁸¹, mas há uma notícia sobre a passeata em que moradores da Rocinha e do Vidigal caminharam até a casa do governador Sérgio Cabral, no Leblon⁸². Outra notícia reporta que traficantes se infiltraram em passeata na Maré e o conflito com o BOPE resultou em nove mortos, nove feridos, nove presos e um menor apreendido⁸³. A Folha de São Paulo compara com as passeatas de 68 - "Igual a 1968, mas um pouco diferente", em uma referência à Passeata dos Cem Mil, que ocupou o centro do Rio contra a ditadura militar⁸⁴.

No dia 27, as notícias são sobre o endurecimento das penas contra a corrupção, que se torna crime hediondo. Ambos os jornais apontam que a decisão do Senado foi uma reação aos protestos⁸⁵. Há menção, ainda, à passeata em Belo Horizonte que reúne 50 mil pessoas. A Folha de São Paulo destaca a morte de um jovem de 21 anos durante o protesto, que caiu de um viaduto⁸⁶.

Até o fim do mês, as manifestações ainda aparecem na capa dos jornais, embora de forma menos predominante. Os destaques são para as movimentações do Congresso e do Executivo, com a queda de popularidade da presidenta, a possibilidade de se aumentar os impostos para compensar os novos benefícios e a prisão de um parlamentar por desvio de dinheiro e formação de quadrilha. Nota na Folha de São Paulo, no dia 29 de junho, diz que oito em cada dez pessoas apoiam as manifestações⁸⁷.

80. *DILMA sugere plebiscito para reformar a política*. Folha de São Paulo, São Paulo. 25 jun. 2013. p. 1.

81. *CÂMARA derruba a PEC 37; Dilma recua de Constituinte*. O Globo, Rio de Janeiro. 26 jun. 2013. p. 1.

82. *ROCINHA e Vidigal vão ao Leblon e voltam em paz*. O Globo, Rio de Janeiro. 26 jun. 2013. p. 1.

83. *CONFLITO entre bandidos e Bope, após passeata, mata 9 na Maré*. O Globo, Rio de Janeiro. 26 jun. 2013. p. 1.

84. *IGUAL a 1968, mas um pouco diferente*. Folha de São Paulo, São Paulo. 26 jun. 2013. p. 1.

85. *STF manda prender deputado, e Senado endurece pena de corrupto*. Folha de São Paulo, São Paulo. 27 jun. 2013. p. 1.

86. *JOVEM morre após cair de viaduto em protesto em MG*. Folha de São Paulo, São Paulo. 27 jun. 2013. p. 1.

87. *OITO em cada dez pessoas apoiam as manifestações*. Folha de São Paulo, São Paulo. 29 jun. 2013. p. 1.

Durante o período analisado, a Folha de São Paulo publicou três editoriais que tratavam diretamente sobre o tema das manifestações. O primeiro destes editoriais é o do dia 13 de junho, que diz que é preciso “Retomar a Paulista”⁸⁸. O texto argumenta que a reivindicação de reverter o aumento da tarifa dos transportes é apenas um pretexto para que os manifestantes, que são caracterizados como “jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária”, cometerem atos de vandalismo. Sobre o que é descrito como o objetivo central do “grupelho” (se referindo ao MPL), o transporte público de graça, o editorial afirma que “[o] irrealismo da bandeira já trai a intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos e o que se toma pelo símbolo do poder capitalista”. Sobre a justificativa de alguns manifestantes de que a violência é resposta à brutalidade policial é dito que eles “[d]emonstram com isso, a ignorância de um preceito básico do convívio democrático”, qual seja, caber ao poder público intervir no exercício de direitos “quando há conflitos entre prerrogativas”.

O editorial do dia 19 de junho é intitulado “Incógnita nas ruas”⁸⁹. Afirma que subestimar a ressonância do MPL foi um “equivoco comum”. Argumenta também que o caráter pacífico dos últimos protestos indica que “a depredação partiu de grupos minoritários”. Sobre a reivindicação de reverter o aumento da tarifa, diz que esta “se tornou veículo de uma insatisfação profunda, ainda que difusa” e destaca algumas das bandeiras que surgiram durante os protestos: críticas com os gastos da Copa, a defesa de investigações pelo Ministério Público e vários pedidos por “mais direitos”. Mesmo assim, afirma que a demanda pela tarifa zero continua irrealista e que mesmo a redução é uma decisão política muito custosa. Defende que os atos de vandalismo são condenáveis não apenas moralmente, mas também criminalmente. Por sua vez, fala que a polícia se redimiou com seu comportamento nos protestos mais recentes. Apresenta estatísticas para dizer que a maioria dos manifestantes são jovens de classe média ou classe média alta. Descreve os protestos como espontâneos e descentralizados e que eles rejeitaram a instrumentalização por partidos políticos. Conclui afirmando que a “[a] fluidez e a desorganização dos protestos (...) é a sua força, e também a sua vulnerabilidade”.

88. *RETOMAR a paulista*. Folha de São Paulo, São Paulo. 13 jun. 2013. Opinião, p. 2.

89. *INCÓGNITA nas ruas*. Folha de São Paulo, São Paulo. 19 jun. 2013. Opinião, p. 2.

O editorial do dia 20 de junho fala sobre a “Vitória das ruas”, se referindo à reversão do aumento das tarifas em São Paulo e em outras cidades⁹⁰. Afirma que, frente à repercussão dos protestos, “ceder já se tornava imperativo do bom senso”. Pondera, contudo, que ainda é difícil prever como o episódio irá influenciar o cenário partidário e eleitoral e que “[e]ntre o excesso e a omissão policial, o comando do Estado parece oscilar, incapaz de definir-se quanto à alternativa de menor custo eleitoral”. Finaliza dizendo que “[é] mais fácil parar metrópoles, como São Paulo e Rio, do que tirar do atraso a política nacional”.

Durante o mesmo período de tempo, o jornal O Globo publicou cinco editoriais sobre as manifestações, que serão analisados a seguir. O editorial do dia 15 de junho é intitulado “A volta das manifestações de rua”⁹¹. De início, o texto afirma que esse tipo de mobilização retornava as ruas da cidade depois de mais de uma década em que organizações estudantis e sindicatos se mantiveram em silêncio. Dá como razão dessa inatividade a “distribuição generosa de dinheiro público” e destaca que não houve protestos nem ao menos em face do mensalão, “um histórico e estrondoso caso de corrupção no centro do poder”.

Descreve os participantes dessas manifestações como “uma mistura de extrema esquerda – alguns à margem dos partidos representados no Congresso - , ‘rebeldes sem causa’ da classe média, anarquistas e vândalos em geral”. Compara as manifestações com a Revolta da Vacina, deixando entender que o pleito pela redução da tarifa do transporte público é tão equivocado quanto a revolta contra a decisão do governo de vacinar todos contra a varíola, “quisessem ou não”.

Finaliza com uma crítica ao poder público, o qual, segundo o editorial, não tem conseguido “manter vias importantes abertas ao direito constitucional de ir e vir”. Explica-se o que se quer dizer com tal expressão:

“Gás lacrimogênio, bombas de efeito moral, balas de borracha e cassetetes são usuais na repressão a surtos de violência pública em qualquer país do mundo, nos mais e nos menos democráticos. A todo este aparato bélico de pouco vale se não houver uma inteligência por trás, não for acompanhado de outros instrumentos de Estado para coibir depredações de bens públicos. Deter, fichar, processar e cobrar judicialmente indenizações pelos danos são medidas padrão a serem tomadas no caso.”

90. *VITÓRIA das ruas*. Folha de São Paulo, São Paulo. 20 jun. 2013. Opinião, p. 2.

91. *A VOLTA das manifestações de rua*. O Globo, Rio de Janeiro, 15 jun. 2013. Rio, p. 18.

Segundo o título do editorial do dia 19, o objetivo do texto é “Decifrar as mensagens da rua”⁹². De início, o texto destaca a significância dos protestos, não apenas pelo número de pessoas que eles reuniram (240 mil em todo o país, segundo as estimativas do jornal), mas também pelas suas imagens e o sentido do que aconteceu. Destaca que “[a]s cenas de violência e vandalismo (...) não conseguem reduzir o peso das mensagens que as ruas têm transmitido nestes últimos dias”.

Lembra que o movimento ganhou adesão em massa em consequência da “descontrolada ação da PM paulista” e que “toda essa mobilização conseguiu atravessar fronteiras geracionais, etárias e sociais”. Afirma que qualquer tentativa de capitalização político-eleitoral das manifestações é fútil, ainda que “lá na origem de tudo tenham atuado grupos politizados, sem identificação com o estado de coisas na política brasileira.

Sobre os pleitos desses protestos, o editorial afirma que é “emergencial retomar a reforma da moralização do degradado quadro político-partidário”, sendo necessário, assim, atacar a pulverização partidária e a coligação em eleições proporcionais. Considera a Lei da Ficha Limpa “uma vitória histórica, conquistada por grande mobilização” e afirma que “[a] vigilância continua necessária.

Elogia a reação da presidenta Dilma Rousseff, já que esta se mostrou disposta a ouvir as vozes pela mudança e identificou nelas o “repúdio à corrupção e ao uso indevido do dinheiro público”. Critica, porém, o governo federal, que “não para de ampliar os gastos em custeio, sem privilegiar os investimentos”.

O editorial é finalizado com a esperança de que os políticos entendem a mensagem das ruas: “A estabilidade institucional, em alguma medida, dependerá disso”.

O editorial do dia 21 de junho analisa os “Desdobramentos da mobilização”⁹³. Começa com um aviso aos poderes públicos: é ingênuo pensar que o reajuste das tarifas é suficiente para esvaziar as ruas. Afirma que o movimento tem grandes desafios depois da primeira vitória e ressalta que o “o movimento não se esgota no custo do transporte de massa”. Segundo o editorial, as manifestações tratam de algo mais amplo, protestam contra “um estado de

92. *DECIFRAR as mensagens da rua*. O Globo, Rio de Janeiro. 19 jun. 2013. Rio, p. 22.

93. *DESDOBRAMENTOS da mobilização*. O Globo, Rio de Janeiro. 21 jun. 2013. Rio, p. 22.

coisas criado por um modelo de gestão que sacrifica o contribuinte e não dá à população retorno proporcional aos impostos que cobra”. Para o jornal, as manifestações devem focar no “deplorável padrão ético no exercício da política”. O texto destaca a PEC 37, o qual considera “sinônimo de impunidade”. Sobre o pleito pelo passe livre, considera “uma impossibilidade fiscal e aritmética”. Mas afirma que é preciso continuar a mobilização “para o encaminhamento de reformas com vistas à melhoria do quadro político e da administração pública, mas tudo sempre dentro dos marcos legais”.

O editorial do dia 22 é direto: “Ultrapassou os limites”⁹⁴. Esse é o título do texto que tem início com uma breve retrospectiva das manifestações: o que começou como a manifestação de um pequeno grupo de jovens sobre a precariedade do transporte urbano, cresceu e teve sua pauta de reivindicações ampliada e chegou a um ponto em que estão sem controle, “utilizadas por vândalos movidos a ideologias políticas ou não. Limites legais e políticos foram ultrapassados”. Destaca que ação desses indivíduos era “[v]iolência pura, sem qualquer relação com a absoluta maioria dos manifestantes”.

Destaca duas mortes durante os protestos – um rapaz atropelado em Ribeirão Preto e um gari intoxicado por gás lacrimogênio. Fala que o movimento passou a hostilizar de forma agressiva os partidos e reporta que militantes do PT foram atacados em passeata em São Paulo: “pela primeira vez na sua história o PT perdeu espaço em um ato público. Sinal dos tempos”.

Afirma que a horizontalidade e falta de liderança, que antes eram consideradas virtudes do movimento, passaram a ser um ponto negativo, que permitiu a manipulação das manifestações por outros interesses. O apartidarismo se transformou em antipartidarismo e surgiu “uma agenda ultraradical para além do passe livre, como a proposta de uma ‘reforma urbana’, fachada de um programa lunático de desapropriação de propriedades privadas nas cidades”.

Finaliza com a ponderação de que, na democracia, são necessários partidos para se atingir objetivos políticos. Fala da resistência à ditadura militar e afirma que a ação do partido de oposição MDB foi mais produtiva na luta pela redemocratização do que a luta armada, “um retumbante fracasso e causa de enormes dramas pessoais e familiares. De ambos os lados”. O texto então urge

94. *ULTRAPASSOU os limites*. O Globo, Rio de Janeiro. 22 jun. 2013. Rio, p. 26.

que se recorra aos canais institucionais para lutar pelo que considera como as principais bandeiras do movimento: “não à impunidade, à corrupção, a partidos de aluguel a um sistema partidário ineficiente etc.”.

O último editorial sobre as manifestações no período analisado é o do dia 25 de junho, que faz uma comparação entre os protestos na Turquia e no Brasil: “Protestos são uma coisa na Turquia e outra no Brasil”⁹⁵. Afirma que “[a] população turca foi para as ruas porque está farta da arrogância e do autoritarismo de Erdogan [Recep Tayyip Erdogan, primeiro-ministro do país]” e de sua campanha pela islamização do país. Por outro lado, o texto declara que as manifestações no Brasil “começaram por uma questão simples, a redução no preço das passagens do transporte público, e se ampliaram para demandas como rejeição à classe política e aos partidos”. O argumento, no fim, se resume ao seguinte ponto: enquanto Erdogan está a dez anos no poder e pretende expandir ainda mais suas prerrogativas, mas no Brasil “a democracia funciona exemplarmente” e “as autoridades brasileiras, criticadas nas manifestações, estão se esforçando para entender e atender as demandas dos manifestantes. Ao contrário de Erdogan”.

Cabem algumas considerações a partir da análise dos jornais. No início do mês, o foco parece estar nos atos de vandalismo cometidos. Até o dia 13 de junho, a ênfase tanto das manchetes quanto das fotos está nos chamados atos de vandalismo praticados pelos manifestantes, pouco se falando sobre as demandas dos protestos. No dia 14 de junho se percebe uma mudança no enquadramento do assunto, quando a atuação violenta da Polícia Militar começa a aparecer com mais frequência. É nesse momento, também, que fica claro o aumento progressivo de atenção que é dada ao movimento pela mídia: pela primeira vez as notícias das manifestações encabeçam a primeira página de jornais. Desde o início das manifestações, as notícias se tornam cada vez mais frequentes e ocupam mais espaço nos jornais, mas a partir desse ponto é inegável que os protestos passam a ser a principal pauta do país.

A partir do dia 18 de junho há uma nova mudança na forma como as manifestações são retratadas. As reportagens começam a pôr em evidência as demandas dos protestos, o que pode ser observado tanto nas manchetes e notícias,

95. *PROTESTOS são uma coisa na Turquia e outra no Brasil*. O Globo, Rio de Janeiro. 25 jun. 2013. Rio, p. 20.

que citam a insatisfação com a corrupção e a descrença com os políticos como principais bandeiras, como nas imagens ilustrativas, que passam a dar mais destaque aos cartazes dos manifestantes. Outra mudança importante é que as notícias passam a descrever o perfil dos manifestantes, identificando-os como jovens descontentes com o cenário político do país, e a estabelecer uma divisão entre os "manifestantes" e os "vândalos" ou "radicais". Diferentemente do período inicial, no qual os protestos eram descritos em sua maior parte como violentos e marcados por atos de vandalismo, nesse segundo momento os protestos passam a ser narrados como pacíficos em sua maioria, porém dando destaque a grupos que praticaram atos de vandalismo e violência. Esses indivíduos, entretanto, nunca são referidos como parte da manifestação, mas como um grupo destacado, muitas vezes antagonizados pelos manifestantes.

3.3

Reflexões sobre a cobertura da mídia tradicional

O estudo "Vozes Silenciadas – mídia e protesto: a cobertura das manifestações de junho de 2013 nos jornais O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e O Globo."⁹⁶ fez uma análise similar. Recolhendo dados dos jornais online Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo, durante o período de 1º a 19 de junho, a pesquisa fez uma análise da cobertura dos jornais sobre o processo que culminou nos grandes protestos do dia 20.

De forma didática, o estudo dividiu os protestos em cinco fases: a fase preparatória, a fase de eclosão, a fase de nacionalização, a fase de difusão e a fase de desmobilização. A fase preparatória inclui os protestos realizados em algumas cidades brasileiras contra o aumento de tarifas antes de junho de 2013, protestos estes que não tiveram repercussão nacional, mas que, ainda assim, podem ser considerados como o momento inicial para as manifestações que viriam a ocorrer.

A fase de eclosão começou na primeira semana de junho, com o ato do dia 6 na capital paulista. Já nessa fase a repressão policial foi intensa e surtiu efeito

96. Disponível em <http://intervozes.org.br/arquivos/interliv009vozmep-baixa.pdf>

oposto ao desejado, dando visibilidade aos protestos e inspirando outras cidades a organizarem protestos.

A fase de expansão teve início no dia 10 de junho. Cidades como Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Natal se uniram aos protestos, que perderam seu caráter paulista, transformando-se em um movimento nacional. A repressão policial se tornou ainda mais severa.

A quarta fase, de difusão, teve início após a passeata do dia 13, devido em grande parte à violência da repressão policial, que foi mais agressiva do que qualquer outra até aquele momento. A difusão não foi apenas geográfica, com os protestos se espalhando por todo o país, mas também de pauta. Apesar do anúncio da redução da passagem em São Paulo e outras cidades, os protestos continuaram a se intensificar e as pautas se tornaram cada vez mais amplas, com gritos contra a Copa, a corrupção etc. O dia 20 de junho assistiu ao maior número de manifestantes presentes nas passeatas, que se espalharam por todo o país, ultrapassando 1 milhão de pessoas. O que refletiu na dispersão ideológica dos protestos, que reuniram desde participantes de esquerda até grupos neonazistas.

Após o dia 20, o número de manifestantes começou a diminuir gradativamente. Essa é a quinta fase, a fase de desmobilização. Os protestos continuaram a ocorrer até o final do ano, mas com menos frequência e com menor número de participantes.

Sobre a análise feita das matérias dos jornais, o estudo chega a conclusões interessantes: não predominaram conotações negativas ou positivas para as manifestações e seus atores, mas os manifestantes foram os mais caracterizados, tanto em termos positivos como negativos; nas matérias que citam violência e acusam alguém como incitador, os manifestantes são vistos como incitadores duas vezes mais que as autoridades; há um número elevado de matérias com nenhuma ou apenas uma fonte e 47% de todas as fontes citadas são autoridades públicas ou políticos, enquanto manifestantes, organizações civis, movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores contabilizam, em conjunto, apenas 18% das fontes; apenas 23% das matérias que possuem acusações dão ao acusado o direito ao contraditório e 48% das acusações são feitas a manifestantes que não foram ouvidos. O estudo cita artigo de Venício A. Lima como uma análise da cobertura midiática das manifestações que é corroborada pelos dados encontrados:

"A primeira reação foi de condenação pura e simples. As manifestações deveriam ser reprimidas com rigor ainda maior. À medida, no entanto, que o fenômeno se alastrou, a velha mídia alterou radicalmente sua avaliação inicial. Passou então a cobrir em tempo real os acontecimentos, como se fosse apenas uma observadora imparcial que nada tivesse a ver com os fatos que desencadearam todo o processo. O que começou com veemente condenação transformou-se, da noite para o dia, não só em tentativa de cooptação, mas também de instigar e pautar as manifestações, introduzindo bandeiras aparentemente alheias à motivação original dos manifestantes"⁹⁷

Nesse sentido, é possível estabelecer a narrativa da mídia tradicional sobre as manifestações. Em um primeiro momento, a sua reação foi a de negar a legitimidade das manifestações. Assim, a condenação aos protestos foi feita dando -se destaque a atos de vandalismo e violência e não reconhecendo as demandas dos manifestantes. Porém, o aumento da repressão policial teve efeito inverso do pretendido e, com o ganho de popularidade das manifestações, os jornais passaram a utilizar uma estratégia diferente: as manifestações passam a ser reportadas de maneira positiva e cada vez é dado mais destaque ao que a mídia considera como as principais bandeiras dos protestos - a corrupção e a insatisfação com os políticos. Importante notar que, como os dados do estudo "Vozes Silenciadas" revelam, raramente os manifestantes foram ouvidos ou tiveram direito à palavra nessas notícias, mesmo na segunda fase na qual as reportagens se esforçaram por delimitar a pauta das manifestações. É nesse ponto também que foi estabelecida a cisão entre os "manifestantes" e os "vândalos". Os primeiros são descritos como jovens insatisfeitos com o cenário político nacional, que marcham pacificamente, muitas vezes envolvidos na bandeira brasileira, carregando cartazes contra a corrupção e o governo. Por outro lado, os "vândalos" ou "radicais" são aqueles que aparecem quase sempre com a cara coberta em fotos, muitas vezes queimando caixas, carros, quebrando vidraças e pichando prédios. Eles são vistos como um grupo à parte e nunca são referidos como "manifestantes".

O que é interessante observar é a separação feita pela mídia entre aqueles que têm o direito de protestar e aqueles que não têm. É uma tentativa de delimitar um determinado modo de ser que é apropriado ao protesto e um que não é. Nesse entendimento, há um jeito correto de se manifestar e um assunto correto sobre o qual se manifestar.

97. DE LIMA, Venício A.. *Mídia, rebeldia urbana e crise de representação*. In: MARICATO, Ermínia [et. al.]. *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. p. 92.

Episódio que ilustra bem essa questão ocorreu no programa "Brasil Urgente", transmitido pela Rede Bandeirantes. O apresentador José Luiz Datena abriu uma enquete para o público sobre os protestos no dia 13 de junho⁹⁸. A pergunta que aparecia na tela da televisão dizia: "Você é a favor desse tipo de protesto?" e o apresentador introduziu a questão da seguinte forma:

"Você é a favor desse tipo de protesto, que inclui aí [sic] depredação pública, o pessoal mandando nas vias públicas? Não estou perguntando sobre o aumento da passagem que eu também sou contra, mas o tipo de protesto que tem acontecido com quebra-pau [sic]".

Rapidamente, ficou claro que a audiência estava votando em maioria no "sim". Surpreso, Datena questiona se eles formularam mal a pergunta, suspeitando que talvez as pessoas não tivessem entendido ao que ele estava se referindo. Reafirma que ele apoia as manifestações contra o aumento da passagem, mas acha que elas têm que ser pacíficas. Pede que seja alterada a pergunta: "Você é a favor de protesto com baderna?". Novamente, ele é surpreendido quando o público continua votando em apoio aos "protestos com baderna". Diante do resultado, Datena conclui: "Fiz duas pesquisas, achei até que uma palavra poderia simplesmente não estar sendo bem entendida, a palavra 'protesto'". Esse é, portanto, o cerne da questão: qual é o significado dado à palavra "protesto".

Assim, a conclusão que se chega é que, em grande parte, a disputa que se delineia nas manifestações de junho de 2013 é sobre o que significa protestar, se manifestar. Por um lado, a cobertura da mídia parece querer enquadrar os protestos em um modelo predeterminado de manifestações. Elas devem ser pacíficas, o que quer dizer que não pode haver nenhuma forma de depredação do patrimônio público ou privado e o confronto com a polícia deve ser sempre evitado e visto com reprovação. Além disso, há um perfil determinado dos manifestantes: eles são jovens, a maioria com ensino superior completo ou incompleto, de classe média e insatisfeitos com o cenário político do país, o que leva ao próximo ponto. Também é definido quais são os assuntos que podem fazer parte desses protestos. A partir do momento em que os jornais começam a dar suporte às manifestações, eles também passam a pautar os temas das manifestações, sendo a corrupção do governo e a insatisfação com os governantes

98. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=7cxOK7SOI2k>

os aspectos mais destacados, com algumas menções a questões mais específicas como, por exemplo, a votação da Proposta de Emenda Constitucional 37. Por outro lado, outras demandas são totalmente ignoradas. Como ilustração dessa pauta diversa que é ignorada pela mídia, segue relato de Adriano Pilatti, que esteve presente em grande parte das manifestações no Rio de Janeiro e catalogou alguns dos vários refrãos ouvidos durante os protestos:

"vem, vem, vem pra rua vem - a rua é nossa!"; 'se a tarifa não baixar, o Rio vai parar!'; 'não tem aumento!'; 'pula sai do chão, contra o aumento do busão!'; 'não vai ter Copa!'; 'não é Turquia, não é Grécia, é o Brasil saindo da inércia!'; 'poder, poder para o povo! e o poder do povo vai fazer um mundo novo!'; 'deixa passar a revolta popular!'; 'a verdade é dura, a Rede Globo apoiou a ditadura - e ainda apoia!'; 'não adianta me reprimir, esse governo vai cair!'; 'ô, Cabral é ditador!'; 'ei, Cabral, vai tomar...'; 'de Cabral a Cabral nosso povo se dá mal!'; 'Cabral, Cabral, queria que você investisse em educação e esquecesse a UPP!'; 'auauau, cachorrinhos do Cabral!'; 'não acabou, tem que acabar, eu quero o fim da Polícia Militar!'; 'que coincidência, sem PM, não tem violência!'; 'que hipocrisia, a PM mata pobre todo dia!'; 'não adianta me revistar, é o Amarildo que você tem que achar!'; 'era só Amarildo que a estrela não brilha, ele era pedreiro e pai de família!'; 'Cabral, bandido, cadê o Amarildo?'; 'Eduardo Paes, vai pro inferno e remove Satanás!'; 'Aldeia, resiste!'; 'Maré resiste!'; 'como é que pode, eu vi o Choque correr do blackbloc!'; 'os gays, as bi, as travas, sapatão, tão tudo preparada pra fazer revolução!'; 'a nossa luta unificou, tem estudante, blackbloc e professor!'; 'sem sualismo, sem sualismo!'; 'olha eu aqui de novo!'"⁹⁹

O jornalista Arnaldo Jabor foi protagonista de um episódio que ilustra de forma exemplar essa tendência da mídia. Em 6 de junho, logo após a primeira manifestação em São Paulo, deu depoimento em que rejeitava as manifestações, comparando os manifestantes a organizações criminosas. Afirmou que a única causa possível para os protestos era a ausência de causa e que os manifestantes não passavam da "caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos cinquenta". Disse, ainda, que os protestos só podiam ser frutos de ignorância política, e que aquilo era "burrice misturada a um rancor sem rumo"¹⁰⁰. No dia 17

99. PILATTI, Adriano. *O ano das maravilhas e dos pesadelos*. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe. *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. pp. 56, 57.

100. Segue transcrito o inteiro teor do depoimento, que pode ser encontrado em <http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/13/REVOLTOSOS-DE-CLASSE-MEDIA-NAO-VALEM-20-CENTAVOS.htm>: "Mas afinal, o que provoca um ódio tão violento contra cidade? Só vimos isso quando a organização criminosa de São Paulo queimou dezenas de ônibus. Não pode ser por causa de vinte centavos. A grande maioria dos manifestantes são filhos de classe média, isso é visível. Ali não havia pobres que precisassem daqueles vinténs, não. Os mais pobres ali eram os policiais apedrejados, ameaçados com coquetéis molotov, que ganham muito mal. No fundo, tudo é uma imensa ignorância política. É burrice misturada a um rancor sem rumo. Há talvez a influência da luta da Turquia, justa e importante contra o islamismo fanático. Mas aqui, se vingam de quê? Justamente, a causa

de junho, porém, se retratou durante sua participação em programa de rádio na CBN. Abaixo, destaca-se parte da sua fala:

"Esse movimento, Passe Livre, que começou outro dia, tinha toda cara de anarquismo inútil, e critiquei-o, porque temia que tanta energia fosse gasta em bobagens quando há graves problemas a se enfrentar no Brasil. Mas a partir de quinta-feira, com a violência maior da polícia, ficou claro que o Movimento Passe Livre expressava uma inquietação que tardara muito no país, pois desde 1992 faltava o retorno de algo como os caras-pintadas, os jovens que derrubaram um presidente. (...) Tudo está parado e essa oportunidade não pode ser perdida. De um fato pequeno pode sair muita coisa, muito crime pode estar escondido atrás de uma bobagem. Os fatos concretos são valiosos. Exemplo: não basta lutar genericamente contra a corrupção, há que se deter em fatos singulares e exemplares, como por exemplo a terrível ameaça da PEC 37, que será votada daqui a uma semana na Câmara dos Deputados e que acaba na prática com o Ministério Público, que pode reverter as punições do mensalão, pode acabar até com o processo da morte de Celso Daniel. Outros alvos concretos existem, por exemplo, descobrir por que a Petrobras comprou uma refinaria por 1 bilhão de dólares em Pasadena, no Texas, se ela só vale 100 milhões. Por quê? Por que a ferrovia norte-sul, que está sendo feita há 27 anos, desde a era Sarney, ainda quer mais 100 milhões para mais um trequinho novo? Por que o PAC não andou? Por que aeroportos e ferrovias e rodovias estão podres e sem concessões resolvidas? Por que as obras do rio São Francisco estão secas? Por que as obras públicas custam o dobro dos orçamentos? Por que a inflação está voltando? Por que a infraestrutura do país está destruída? Por quê? E aí vai, amigos ouvintes, por que, por que, por quê? O Passe Livre pode nos ajudar a responder essas perguntas."¹⁰¹

Como se pode ver pelo trecho acima transcrito, o jornalista inicia o que ele afirma ser sua autocrítica por uma tentativa de definir o que é o Movimento Passe Livre. Nesse sentido, ele é rápido em dizer que seu erro estava em achar que os protestos não passavam de um "anarquismo inútil", o que seria um desperdício de energia. Porém, diz ele, que enxerga muitas semelhanças com o movimento dos caras-pintadas, movimento estudantil que tinha como principal objetivo o *impeachment* do então presidente Fernando Collor. Prossegue falando que há muito que ser resolvido e que a oportunidade não pode ser perdida, mas que os manifestantes têm que se ater a fatos concretos. A partir daí, ele começa a

deve ser a ausência de causas. Isso, ninguém sabe mais por que lutar em um país paralisado por uma disputa eleitoral para daqui a um ano e meio. O governo diz que está tudo bem, apesar dos graves perigos no horizonte, como inflação, fuga de capitais, juros e dólar em alta. Por que não lutam contra o Projeto de Emenda Constitucional 37, a PEC 37, por exemplo, que será votada no dia 26 no Congresso, para impedir o MP de investigar? Talvez eles nem saibam o que é a PEC 37, a lei da impunidade eterna. Esses caras vivem no passado de uma ilusão, eles são a caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos cinquenta que a velha esquerda ainda defende aqui. Realmente, esses revoltosos de classe média não valem nem 20 centavos."

101. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/17/AMIGOS-EU-ERREI-E-MUITO-MAIS-DO-QUE-20-CENTAVOS.htm>.

enumerar os pontos que acredita serem importantes para a discussão, entre os quais está a PEC 37, a compra de uma usina pela Petrobras e os problemas de infraestrutura do país.

O que esse episódio ilustra é, ao mesmo tempo, a dificuldade que determinada parcela da população tem de compreender o discurso que surge através das manifestações e a necessidade desse mesmo grupo de reenquadrar esses acontecimentos de forma que faça sentido para eles. Dessa maneira, portanto, a primeira reação é de rejeição e desqualificação. Mais do que a mera oposição aos pleitos dos manifestantes, o que acontece nesse momento é uma tentativa de anular o seu discurso, não dar a ele nenhuma forma de visibilidade. É nesse sentido que as manchetes de jornal, assim como Arnaldo Jabor, descrevem as manifestações como inúteis, ignorantes e mal-informadas. As manifestações são rapidamente qualificadas como "não políticas", tanto pelo seu modo de atuação, qualificado como vandalismo, como pelas suas reivindicações, o que se traduz pela fala do "não pode ser só por causa de vinte centavos".

Em um segundo momento, no entanto, à medida que os protestos persistem e ganham o apoio da maior parte da população, principalmente como forma de oposição à violência policial, essa parcela da sociedade altera a maneira de lidar com as manifestações. Uma vez que não é mais possível negar a legitimidade e a politicidade dos manifestantes, há uma tentativa de ressignificar esse processo. Porém, ainda que o discurso da mídia seja de apoio às manifestações, há uma exclusão de determinado segmento dos protestos. O discurso de apoio tenta moldar um tipo específico de ser manifestante, que engloba tanto uma maneira própria de manifestar como um discurso próprio do manifestante. É esse processo que fica aparente com a divisão forçada pela cobertura midiática entre manifestantes pacíficos e vândalos e também pela tentativa de definir as demandas apresentadas pelos manifestantes. Nesse sentido, o segundo pronunciamento de Arnaldo Jabor é exemplar: ele começa determinando o que o movimento não é ("anarquismo inútil"), enquadrando-o em um modelo preestabelecido e aceito por essa camada da sociedade (os caras-pintadas) e, finalmente, passa a citar pontualmente quais são os problemas que merecem ser abordados pelos manifestantes. A mensagem é, portanto, que desde que esses requisitos sejam alcançados, será reconhecida a legitimidade e a politicidade das manifestações.

Caso contrário, não haverá qualquer forma de reconhecimento aos manifestantes, que passam a ser considerados como meros vândalos.

No estabelecimento dessa dicotomia, reconhece-se muito do que foi dito no capítulo anterior. A tentativa da mídia de negar a legitimidade do discurso de determinada parcela da população, caracterizando-os como vândalos, reflete o posicionamento dos patrícios frente aos plebeus no episódio previamente mencionado. Antes de se posicionar em confronto com esse grupo, há uma tentativa de negar-lhes a fala. Daí, o destaque dado pela mídia à divisão entre manifestantes e vândalos. Aos primeiros, é dada uma caracterização, tanto com base em seus integrantes como pelas suas reivindicações. Já os segundos não recebem nenhum reconhecimento. Sua fala é sempre traduzida como ruídos incompreensíveis, como mera violência sem rumo. O fato de suas caras estarem quase sempre encobertas e mascaradas, nas imagens que ilustram as capas dos jornais, é simbólico da forma como eles são retratados. Há uma recusa em ver uma reivindicação política nesse grupo.

Assim, o tratamento dado a esses chamados "vândalos" os posiciona como a parcela dos sem parcela, aqueles que não têm nenhum título que lhes seja próprio na sociedade. Eles constituem a parcela dos excluídos, que não têm direito ao discurso e não têm um lugar próprio dentro da sociedade. Então, na medida em que eles desafiam a ordem das coisas, a atitude da outra parte da sociedade não é a de confronto, mas de negação. Por isto, a pergunta sobre se é apenas por causa de vinte centavos se torna tão importante, porque esse grupo não quer, ou não consegue, reconhecer que, inserido no pleito pela redução do preço da passagem, há uma proposta de uma nova sociedade, como fica claro no texto escrito pelo MPL:

"Num processo em que a população é sempre objeto em vez de sujeito, o transporte é ordenado de cima, segundo os imperativos da circulação do valor. Dessa forma, a população é excluída da organização de sua própria experiência cotidiana da metrópole, organização essa que se realiza principalmente pelo sistema de transporte, o qual restringe a mobilidade ao ir e vir do trabalho e coloca catracas em todos os caminhos da cidade. E, no momento que se fortalecem as catracas, as contradições do sistema tornam-se mais evidentes, suscitando processos de resistência"¹⁰²

102. MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. *Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo*. In: MARICATO, Ermínia [et. al.]. *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. pp. 13, 14.

Identifica-se nessa fala um grupo que é excluído da organização da cidade em que vive. A questão do transporte representa um modo de organização da sociedade que não reconhece determinados indivíduos. Quando o MPL fala em uma cidade dividida por catracas, ele está fazendo alusão a essa divisão da sociedade em que uma camada da população tem a prerrogativa de determinar as regras de organização da comunidade, restando à outra parcela tão somente a opção de seguir tais ordens. Para colocar nos termos tratados no capítulo anterior, a proposta por uma cidade sem catracas é uma proposta de uma nova partilha do sensível. Nesse sentido é que as reivindicações desse grupo se tornam tão problemáticas para a camada dominante: não são apenas interesses diferentes, mas diferentes mundos que entram em conflito. A saída é, portanto, negar a existência desse outro mundo, transformá-los em vândalos, silenciando-os ao transformar seu discurso em ruído, e tornando-os invisíveis ao esconder seus rostos.

A questão que resta, assim, é saber quem são esses vândalos que são invisibilizados pela mídia. Se for verdade que a política é a atividade que tem a capacidade de produzir ficções que desafiam a lógica policial e criam novas percepções do sensível, é importante que a história desses indivíduos também seja contada. Nessa direção, é preciso identificar quem são os sujeitos políticos que surgem a partir dessas manifestações.

Usando a definição esposada no capítulo anterior de que o sujeito político não preexiste ao ato político, mas se subjetiva através de um determinado modo de agir que desafia a ordem policial e propõe uma nova partilha do sensível, fica claro que, para determinar quem é o sujeito político que surge nas manifestações de 2013 é necessário fazer uma análise desse modo de agir.

Se a partilha do sensível é um determinado recorte do tempo e do espaço que estabelece quem é visível e quem é invisível dentro de uma sociedade, criar o dissenso político passa por uma subversão dessas ordens de visibilidade. Com esse intuito, o próximo capítulo analisa a ação desses indivíduos que são marginalizados na narrativa apresentada pela mídia. Se na história até aqui contada eles surgem apenas como os vândalos, vestidos de preto e mascarados, que não têm causa a não ser uma violência sem rumo, cabe destacar uma nova

história na qual a identidade desses indivíduos dentro do conflito político apareça como uma nova proposta de partilha do sensível.

4

A Narrativa dos Manifestantes

No capítulo anterior foi traçada uma linha de tempo dos movimentos e dos grupos envolvidos nas Jornadas de 2013, bem como fez-se uma análise da cobertura da mídia nesse período.

O que ficou claro a partir dessa pesquisa é que a cobertura midiática foi enfática na separação dos manifestantes em dois grupos distintos. Por um lado, ela demonstrou apoio à parcela dos manifestantes que protestava de forma pacífica, segundo a sua descrição, destacando o que era identificado como as principais reivindicações desse grupo - o combate à corrupção e uma insatisfação generalizada com o cenário político nacional. Por outro lado, a sua atitude alterou-se radicalmente em relação ao outro grupo presente nas manifestações, imediatamente nomeado de “vândalos” ou “radicais”. A ação desses indivíduos foi condenada tanto pela mídia como pelos poderes públicos e a repressão policial sobre esse grupo foi vista como justificada. Suas reivindicações nunca foram mencionadas e suas ações foram percebidas como meros atos de depredação e violência sem sentido.

Como foi dito anteriormente, o conflito político é uma disputa daqueles que são vistos e daqueles que são invisíveis, entre aqueles que têm direito à fala e aqueles cujo discurso é ouvido como simples ruídos. Na medida em que é negada a visibilidade a um determinado grupo dentro das manifestações, é importante distinguir quem são esses indivíduos e de que forma a sua existência e sua forma de agir desafiam a ordem policial.

Ademais, é preciso estabelecer qual a narrativa que surge a partir dos relatos desses manifestantes e de que forma ela se opõe à outra narrativa apresentada neste trabalho, já que é através do confronto entre essas duas que será possível entender em que sentido as manifestações de 2013 podem ser consideradas como um momento político.

É preciso destacar, no entanto, que as manifestações de 2013 foram um movimento plural. Por isso, quer se dizer não apenas que os significados que podem ser extraídos desses acontecimentos são múltiplos, mas também que a própria forma desses eventos foi dinâmica e heterogênea. Em seu artigo “O ano

das maravilhas e do pesadelo”¹⁰³, Adriano Pilatti destaca o fenômeno multifacetado que foi as Jornadas de Junho. Descreve assim esse momento:

“Ali muitas e diferentes formas de sentir e pensar as lutas contra o *status quo* se encontraram, amalgamaram compuseram, repeliram, fluíram e refluíram. Uma multiplicidade de organizações, coletivos, formas autônomas de cooperação em ato e movimentos reivindicatórios diversificados encontrou a oportunidade de iniciar um trabalho comum de resistência, um estar junto na atividade, um devir-multidão.”¹⁰⁴

A convivência entre diferentes formas de se manifestar foi parte fundamental desses protestos e as categorias tradicionais usadas para se falar sobre movimentos sociais não eram mais suficientes para classificar esses movimentos. Surge daí o debate sobre o que eram os Black Blocs ou mesmo os Anonymous. Ainda que a mídia tradicional insista em classifica-los como “grupos”, essa definição parece não corresponder à realidade dos indivíduos que participavam do movimento. O Black Bloc é, antes de tudo, uma tática¹⁰⁵, uma determinada forma de se organizar dentro das manifestações para, ao mesmo tempo, proteger os manifestantes e expor suas críticas ao sistema. O Anonymous, por sua vez, é um coletivo de indivíduos unidos anonimamente, através da internet, com uma ideia em comum. Em um de seus sites, eles se descrevem como “uma ideia de mudança, um desejo de renovação”¹⁰⁶. Pela própria natureza de sua aglomeração, não é possível defini-los como um “grupo”, pois não há nada intrinsecamente uniforme entre eles.

A pluralidade das manifestações também se demonstra a partir das diferentes funções assumidas pelos participantes dos movimentos. A repressão policial obrigou os manifestantes a organizarem redes de proteção formadas por mídia-ativistas, advogados e profissionais da área de saúde. Todos esses indivíduos se juntaram e, exercendo diferentes funções, prestaram colaborações imprescindíveis para os protestos

103. PILATTI, Adriano. *O ano das maravilhas e dos pesadelos*. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe. *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. p. 51.

104. *Ibid.*, p. 52.

105. Essa questão será abordada em mais profundidade posteriormente neste trabalho, no tópico “4.3. A tática Black Bloc”

106. Disponível em: www.anonymousbrasil.com

“Especialmente no Rio, a repressão policial produziu outro efeito contraditório relevante: a constituição de redes de proteção e solidariedade aos manifestantes, que acabaram por fortalecer e ampliar a diversidade do levante. A começar pelos midialivistas, que se multiplicaram exponencialmente, e cujo trabalho foi decisivo para o esclarecimento dos fatos contra as versões da polícia e da mídia (...). De outra parte, equipes de estudantes e jovens profissionais da área de saúde, os chamados ‘socorristas’, se organizaram para prestar os primeiros socorros aos manifestantes feridos (...)

“No campo jurídico, equipes de jovens advogadas e advogados voluntários, em sua esmagadora maioria jovens, os Defensores dos Direitos Humanos e o Grupo Habeas Corpus, se articularam para uma cobertura em rede das manifestações, de modo a garantir possibilidades de defesa legal dos manifestantes contra as prisões arbitrárias e a truculência policial (...)”¹⁰⁷

Dessa forma, para se contar a história das manifestações a partir do ponto de vista dos manifestantes, é preciso primeiro reconhecer que qualquer tentativa de resumir esses acontecimentos a um sentido único é fútil. Também é uma tarefa muito mais ampla do que a pretendida no presente estudo, se é que possível, representar todas as formas de participação e todos os olhares sobre as manifestações. O objetivo deste trabalho é, assim, apenas o de encontrar uma determinada narrativa que surge a partir desses eventos, uma história que é contada a partir dos textos e do documentário aqui reunidos, mas que de forma alguma tem a pretensão de resumir todas as facetas desses eventos. A partir desses relatos, será estabelecida uma segunda narrativa possível sobre esse período e, mais a frente, será explicitada de que forma esta corresponde a uma ficção política.

4.1

Um outro olhar sobre as Jornadas de Junho

Carlos Meijueiro participou das manifestações no Rio de Janeiro e escreveu um relato ficcional inspirado no que viu durante esse período, intitulado "Um Conto de Ficção Sobre Noites Drásticas"¹⁰⁸. O seu conto apresenta uma história diferente daquela apresentada nas manchetes de jornal. Para o personagem, que narra a história em primeira pessoa, as manifestações eram uma chance de deixar

107. PILATTI, Adriano. *O ano das maravilhas e dos pesadelos*. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe. *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. pp. 54, 55.

108. MEIJUEIRO, Carlos. *Um conto de ficção sobre noites drásticas*. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe. *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. pp. 65-74

a sua marca na cidade ("Imagina escrever numa das paredes mais antigas do Rio de Janeiro, era como escrever no livro do tempo da cidade, e registrar aquele dia, aquela noite, para que ninguém mais esquecesse, que aquilo de fato aconteceu"¹⁰⁹). Ele diz que antes das manifestações nunca tivera "contato com a política de fato", e que até então esta se resumia às propagandas eleitorais que passavam na sua televisão a cada dois anos. Narra que começou a se envolver com os protestos através do Facebook e que logo passou das redes sociais para as reuniões na rua.

O primeiro protesto de que participou foi o que ocorreu na frente do estádio Maracanã, durante o jogo da Copa das Confederações no dia 16 de junho. O personagem anônimo descreve que no meio do protesto ouviu umas explosões, seus olhos arderam e ele correu para a estação do metrô, onde ficou preso enquanto os policiais jogavam gás lacrimogêneo no local. Depois dessa experiência, prometeu que não voltaria mais às ruas, mas, no dia seguinte, vendo os vídeos compartilhados na internet da polícia agindo violentamente e prendendo manifestantes em São Paulo, mudou de ideia. Ele sentiu raiva e se lembrou de "vários absurdos" que viu os policiais cometerem durante sua vida. Assim, quando ouviu a convocação para uma nova manifestação grande no Rio de Janeiro decidiu participar. Era a manifestação do dia 17 de junho, que começou na Candelária e seguiu pela Avenida Rio Branco em direção à Cinelândia, até que um grupo decidiu ir para a Alerj. Relata que ouviu dizer que alguns manifestantes já estavam lá, em confronto com a polícia, e que foi para a Alerj ver o que estava acontecendo. É assim que ele descreve esse momento:

"Lembro como se fosse agora, os cocos vazios da barraquinha do vendedor de água de coco voando nos policiais, e o molotov que caiu no meio deles, como um bom lançador de futebol americano, e os fez correr para dentro da Assembleia Legislativa. Os barulhos de arma de fogo que, no primeiro disparo, não enganaram a nenhum daqueles que estavam ali, e tinham algum tipo de relação com as favelas, seja como morador ou vizinho, e fez lembrar dos anos 90 e a virada para o século 21 onde os tiros faziam parte dos ruídos naturais do cotidiano.

"Quando os policiais entraram, a gente correu pra escadaria, e ficou lá, como se tivéssemos feito o maior ato político das nossas vidas. Só de botar a polícia pra correr, e ficar ali naquela escada, daquele prédio centenário que a gente nem sabia pra que servia, já valeu a pena. Ainda não tive filhos, mas acho que isso vou contar. Foi como uma vingança social contra essa polícia maldosa que nos educou, ou nos fez perder a educação"¹¹⁰.

109.Ibid., p. 66

110.Ibid., p. 65.

Segundo ele, em casa, no trabalho e até nos transportes coletivos, "só se falava naquilo", nas manifestações. Alguns apoiando, outros reprovando, mas a sua sensação era de que muitas pessoas tinham medo do que estava acontecendo, porque tinham dificuldade de lidar com alguma coisa que "saía do lugar". "A sensação eram os Black Blocs [sic] que todo mundo tentava entender". Ele fala que nunca se considerou Black Bloc, mas que de alguma forma sempre se encontrava na frente das manifestações, no meio do confronto. Conta um episódio que ocorreu na manifestação do dia 20, que cruzou a Avenida Presidente Vargas em direção à Prefeitura:

"(...) [N]esse dia, depois que começou a confusão na Prefeitura e o Choque avançou, um grupo de manifestantes começou a arrancar com as mãos uma propaganda da Coca-Cola imensa, antes do sambódromo, e aquele tinha sido o dia onde tinha mais gente de verde e amarelo e cara pintada, gritando 'O gigante acordou', (...) e esses começaram a gritar o 'Sem vandalismo, sem vandalismo', enquanto os caras arrancavam o gigante anúncio na horizontal, quando, de uma hora para outra as bombas começaram a explodir mais perto e a galera correu, quando viu o Choque chegando. Os caras de preto e com máscaras atravessaram nas pistas aquele anúncio e começaram a atear fogo, para segurar o avanço do batalhão que vinha como sempre, sem piedade. Foi a salvação pro pessoal escapar. Depois daquele dia muita gente entendeu pra que serviam as tais táticas"¹¹¹.

E diante disso tudo, ele fala também da frustração de assistir a cobertura das manifestações na televisão. Lembra o dia que estava com a perna machucada e teve que ficar em casa com o pai, que assistia ao canal Globo News, enquanto ele procurava por vídeos na internet que cobrissem os protestos.

"Os repórteres diziam que éramos vândalos, mascarados, baderneiros, e fazia parecer que todo mundo que estava lá só estava fazendo isso, e por isso a polícia batia. Mentira! Só quebrávamos vidraças de bancos, qual é o problema? McDonald's também. Por que não? Uma vez pixaram [sic] no muro ao lado da vidraça quebrada, Bancos quebram pessoas.

"Enquanto na internet os vídeos ao longo desse longo mês mostravam a atuação da polícia. Mulher sendo agredida, prisões arbitrárias, flagrantes forçados, violência desmedida, ameaças verbais, uso de sprays fora da validade, tiros de borracha acima da cintura, sem identificação, carros sem placas e tudo de ruim que você pode imaginar. O primeiro condenado preso era um morador de rua, e foi preso por causa de uma garrafa de Pinho de Sol, que carregava consigo"¹¹².

111. Ibid., p. 70.

112. Ibid., p. 69.

O narrador é um dos indivíduos caracterizados pela cobertura da mídia como "vândalos" ou "radicais". Admite que estava entre os manifestantes que subiram as escadarias da Alerj e entraram em confronto com os policiais. Ele fala em carros queimados, paredes pichadas e vidraças de banco quebradas. E, apesar de não se considerar Black Bloc, diz que estava sempre na frente dos protestos, junto com eles. "Por quê? Pelo mesmo motivo inexplicável das atrações. Eu nem sabia, mas descobri na rua"¹¹³. Pelos relatos da mídia, portanto, ele fazia parte de um pequeno grupo, separado da grande parte dos manifestantes, ao qual nem mesmo é dado esse *status*. É assim que a terceira edição de 18 de junho do jornal O Globo se refere ao grupo que estava na escadaria da Alerj no dia anterior:

"No Rio, a manifestação que começou pacífica, terminou em confronto quando um grupo de radicais, sem apoio da maioria, tentou invadir o prédio da Assembleia Legislativa, no Centro. Eles lançaram coquetéis molotov, incendiaram um carro e depredaram três agências bancárias. A PM reagiu com tiros para o alto. O saldo do confronto foi de 29 feridos (três baleados), sendo 20 policiais"

Em certa medida, a notícia corresponde ao seu relato: um grupo subiu as escadarias, lançaram coquetéis molotov, queimaram um carro e quebraram vidros de agências bancárias. Seus relatos diferem, contudo, em relação à violência policial. O narrador fala em policiais atirando com armas de fogo, mas também se lembra de um policial que ele viu "tirar sua arma da cintura, tirar o pente, e jogar tudo no fogo, e falar em voz alta que tinha que estar do nosso lado"¹¹⁴. E, mais do que isto, a grande diferença entre essas duas histórias sobre as manifestações é a recusa do informe jornalístico de reconhecer qualquer forma de legitimidade política às ações desse grupo. Para a imprensa, tais ações não são nada além de uma violência sem sentido, mas, para os indivíduos presentes nas escadarias da Câmara naquele dia, aquele era "o maior ato político de [suas] vidas"¹¹⁵.

A sua narrativa não é a única feita sobre as manifestações de 2013 sob o ponto de vista dos "vândalos" e "radicais". O jornal "Rolling Thunder" reúne reportagens sobre as ações de movimentos anarquistas, incluindo os Black Blocs, ao redor do mundo, escrita por participantes dos movimentos. Em seu site há um

113.Ibid., p. 70.

114.Ibid., p. 66.

115.Ibid., p. 70.

relato em duas partes das ações que ocorreram no Brasil em 2013¹¹⁶. Os autores desses dois artigos se identificam como um "grupelho anônimo e rizomático, ativos nos levantes em Goiânia, Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro"¹¹⁷, fazendo a ressalva de que eles não têm o objetivo de oferecer uma análise final sobre esses eventos, mas apenas expressar suas opiniões.

Os textos falam que, desde as primeiras manifestações em São Paulo, os protestos contaram com a participação tanto dos setores mais radicais dos movimentos sociais como das classes populares que muitas vezes estão ausentes dessas manifestações. Esse radicalismo se refletiu nas ações dos manifestantes, que picharam paredes, queimaram lixo na rua e quebraram símbolos do capitalismo global. A polícia respondeu com gás lacrimogêneo, spray de pimenta e bombas de efeito moral.

A comoção que se criou acerca da violência policial atraiu um novo grupo de pessoas para as passeatas do dia 17 de junho, conforme atestam esses autores - a presença da classe média, partidos oportunistas e grupos nacionalistas trouxeram um novo desafio para as manifestações. Esses grupos assimilaram o "discurso da mídia hetero-burguesa"¹¹⁸, com chamadas ao pacifismo e expressões de nacionalismo, e protestavam contra a corrupção e pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Nessa passeata, pela primeira vez, houve menção a manifestantes pacíficos atacando os grupos radicais, e os apelos de "não violência" para a polícia se tornaram "sem vandalismo" para os que protestavam.

Um dos pontos destacados por eles é a participação de setores marginalizados da população nas manifestações, incluindo negros, moradores de favela e pessoas trans*. O envolvimento desses grupos trouxe uma série de novas questões para os protestos como, por exemplo, o contraste entre o tratamento que esses grupos recebem da polícia e o tratamento recebido pela classe média: a mesma polícia que estava sendo criticada por usar balas de borracha e gás

116. *THE JUNE 2013 uprisings in Brazil – Part I: New alliances, age-old struggles*. Disponível em <http://www.crimethinc.com/texts/atoz/brazilpt1.php>; e *THE JUNE 2013 uprisings in Brazil – Part II: Giants and monsters*. Disponível em <http://www.crimethinc.com/texts/atoz/brazilpt2.php>.

117. "These analyses reflect only the critical perspective of an anonymous, rhizomatic grupelho (faction) active in the uprisings of Goiania, Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo and Rio de Janeiro" (*THE JUNE 2013 uprisings in Brazil – Part I: New alliances, age-old struggles*. Disponível em <http://www.crimethinc.com/texts/atoz/brazilpt1.php>)

118. "The middle class had bought the hetero-bourgeois media discourse" (*THE JUNE 2013 uprisings in Brazil – Part I: New alliances, age-old struggles*. Disponível em <http://www.crimethinc.com/texts/atoz/brazilpt1.php>)

lacrimogêneo para conter os manifestantes é a polícia que mata diariamente na favela. É citado o episódio em que, logo após uma manifestação que ocorreu no Complexo da Maré, 11 pessoas foram mortas em uma operação militar realizada pela polícia¹¹⁹.

Em relação ao contexto político que fomentou as manifestações, o quadro traçado nos artigos aponta o início do governo Lula como um momento em que os programas de assistência social e a política de créditos implementados ao mesmo tempo em que tiraram muitas pessoas da linha da pobreza, também criaram uma nova cultura de pessoas endividadas. Somado a isto, o acesso de pessoas pobres e de cor às universidades, devido aos programas de inclusão, contribuiu para a politização de um setor da população que era normalmente deixado à margem dessas discussões. Dessa forma, quando, em 2013, o crescimento econômico do país entrou em um período de estagnação, delineou-se um cenário em que uma parte da população era afetada pelas consequências negativas do crescimento econômico como, por exemplo, a política de remoções de favelas que foi feita em antecipação aos megaeventos, outra sofria as consequências do fim do crescimento econômico e ainda existia essa nova camada da população que era afetada pelo endividamento que resultou de sua elevação social.

Entre algumas influências políticas internacionais para os eventos de 2013, o movimento anarquista grego é mencionado, mas a militarização da polícia brasileira era considerada um obstáculo à utilização das mesmas táticas radicais usadas por eles. Por outro lado, os movimentos “Occupy” exerceram grande influência, já que as ocupações de praças em Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo, em 2011, introduziram uma nova geração nos movimentos sociais e manifestações na rua. Além disso, o movimento de resistência na Turquia também é referido como uma grande influência, principalmente porque, como no Brasil, a Turquia era um país no qual, até aquele momento, raramente a população empregava táticas de resistência mais violentas.

Especificamente sobre o papel dos anarquistas e Black Blocs, é dito que eles estavam envolvidos em muitos dos confrontos com a polícia, mas que outros

119. Apesar de não fazer referência a uma data específica está provavelmente se referindo à operação realizada pelo BOPE na noite do dia 24 de junho na favela Nova Holanda, parte do Complexo da Maré. Segundo notícia do Observatório das Favelas (disponível em <http://of.org.br/noticias-analises/acao-violenta-da-policia-chega-a-13-mortos-na-mare/>) a operação resultou em 13 mortes em resposta a um suposto arrastão ocorrido no bairro de Bonsucesso naquele dia.

grupos marginalizados (moradores de rua, trabalhadores pobres, moradores de favelas etc.) também tomaram parte nesses confrontos, o que indica que as táticas radicais se espalharam pelos protestos. Esta face mais radical gerou uma tensão entre os manifestantes, um debate que os autores remetem ao que aconteceu em Seattle em 1999¹²⁰, com manifestantes pacifistas atacando grupos anarquistas e radicais, denunciando-os à polícia e até mesmo com alguns partidos disseminando panfletos criminalizando esses movimentos.

O uso de celulares com câmeras é mencionado como um dos fatores que modificaram as manifestações. Inspirados pela resistência turca, os manifestantes usaram seus celulares para filmar o que estava acontecendo e divulgar essas imagens pela internet em tempo real por canais de mídia alternativa, que tiveram grande influência na maneira como os protestos foram percebidos pela opinião pública. Através dessas imagens ficou claro que a polícia era quem estava iniciando a maior parte dos confrontos, atirando em pessoas que não ofereciam nenhuma resistência e violando seus protocolos. Tais imagens, de pessoas sendo feridas e presas, forçaram a mídia tradicional a alterar seu posicionamento sobre as manifestações, passando a dar mais foco às ações violentas da polícia.

Se as imagens de violência policial fizeram a mídia mudar seu posicionamento sobre as manifestações, os protestos do dia 17 também alteraram a narrativa sobre os eventos. Segundo esse relato, foi a partir daí que a mídia tradicional começou a adotar uma linguagem específica sobre os participantes dos protestos, enfatizando a existência de uma minoria que era responsável por atos de violência e destruição, em oposição à maioria pacífica. Ao longo do tempo, essa minoria radical passou a ser referida como radicais, extremistas, bandidos e criminosos perigosos.

É contado um episódio que ocorreu no dia 18 de junho, em São Paulo, quando a Polícia Militar não estava protegendo o prédio da Prefeitura. Os autores especulam que isso aconteceu porque a PM, controlada pelo governo estadual, queria que o prefeito tivesse que lidar com a pressão dos manifestantes da mesma forma como eles tiveram que lidar nas manifestações anteriores. Assim, os manifestantes cercaram a Prefeitura e obrigaram a Guarda Municipal a se refugiar

120.Referência às manifestações contra a reunião da OMC que ocorreram em Seattle em 30 de novembro de 1999. A participação dos Black Blocs nessas manifestações é considerada como um dos primeiros momentos em que suas imagens foram transmitidas pela mídia para o resto do mundo. Esse tópico será abordado mais tarde nesse capítulo.

dentro do prédio. A porta principal foi esmagada e coberta com grafites. Na manhã do dia seguinte, o prefeito Fernando Haddad anunciou que o aumento das passagens seria revogado.

Depois desse anúncio, o prefeito convocou membros e apoiadores de seu partido, o PT, para participarem da passeata do dia seguinte, o que causou uma série de conflitos. Grupos de direita aproveitaram a ocasião para atacar não apenas integrantes dos partidos, mas também membros de movimentos sociais e minorias políticas. Pela primeira vez, desde a sua fundação, o PT foi expulso de uma manifestação popular. De acordo com esses artigos, este momento foi utilizado pela direita e por partidos como o PMDB para fortalecer sua causa de recapturar a Presidência da República e aumentar a repressão aos movimentos sociais. Rumores de um golpe militar começaram a ser ouvidos.

Por fim, este relato, escrito por membros dos movimentos anarquistas que participaram das manifestações em 2013, conclui com uma lista de razões para se protestar no Brasil, tanto naquele momento como nos anos futuros. Entre as quais, eles destacam: alegações de tortura contra os manifestantes; a bancada evangélica no Congresso que estava tentando aprovar uma lei que legalizaria a chamada "cura gay" e proibiria o aborto em caso de estupro; votação de leis antiterrorismo para criminalizar manifestações que bloqueiam ruas ou causam danos à propriedade; a política de remoções visando acomodar as cidades para os megaeventos; o conflito sobre terras indígenas nas quais iriam ser construídas barragens e usinas. Sobre as metas para os próximos anos, é apontada a necessidade de encontrar um modo de se manifestar que proteja os indivíduos e grupos que participam desses movimentos, considerando a militarização da polícia, mas preservando um movimento horizontal, autônomo e liberador.

4.2

O Movimento Passe Livre

O Movimento Passe Livre foi um dos muitos atores de destaque nessas manifestações, mas para se falar desse movimento é preciso se remeter para muito antes de 2013. O manifesto intitulado “Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo”, escrito pelos integrantes do MPL, afirma que as raízes

das manifestações de 2013 estão em 2003, com a Revolta do Buzu, como ficaram conhecidas uma série de manifestações que ocorreram em Salvador contra o aumento da passagem. No texto é dito que cerca de 40 mil pessoas participaram do movimento e que, nesse período, foi constituída uma nova dinâmica de luta, que se afastava dos modelos hierarquizados previamente associados aos movimentos sociais. Em 2004, outro movimento explodiu em Florianópolis, inspirado pela Revolta do Buzu: a Revolta da Catraca. Segundo o manifesto, foi esse movimento que serviu de base para a fundação do MPL em 2005, “um movimento social de transporte autônomo, horizontal e apartidário”¹²¹.

A partir dessas experiências, as catracas passaram a ser entendidas como um obstáculo que impede determinada parcela da população de vivenciar a cidade em sua integridade. Nesse sentido, o manifesto afirma que “[a]s catracas do transporte são uma barreira física que discrimina, segundo o critério da concentração de renda, aqueles que podem circular pela cidade daqueles condenados à exclusão urbana”¹²².

Dessa forma, para o MPL, sua luta é uma luta pela reapropriação do espaço urbano. É com esse objetivo que seu pleito foi se expandindo, e o que começou como uma reivindicação pelo passe livre estudantil se tornou em reivindicação para o passe livre para todos, através da ideia de que o transporte é um direito fundamental para a efetivação de outros direitos.

O texto destaca que a reapropriação do espaço urbano não é apenas o objetivo dos protestos, mas também seu método: manifestações que ocupam as ruas e determinam seu fluxo, bloqueando seus cruzamentos e comprometendo a circulação. “A cidade é usada como arma para sua própria retomada”¹²³. E se o fim e o meio se confundem nesse processo, o manifesto afirma que a organização descentralizada da luta se reflete na proposta por uma nova sociedade. Chega-se assim nas Jornadas de Junho, que é descrita como “prática concreta da gestão popular”¹²⁴. Os manifestantes, ao obrigarem os governantes a reverter o aumento das tarifas, tomaram o poder e controlaram, ainda que momentaneamente, a sua experiência urbana. É assim que o manifesto se encerra, afirmando que “[o]

121. *MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo*. In: MARICATO, Ermínia [et. al.]. *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. p. 15.

122. *Ibid.*, p. 15.

123. *Ibid.*, p. 16.

124. *Ibid.*, p. 17.

caminho se confunde com o próprio caminhar, que não começou em Salvador, e não vai terminar em São Paulo”¹²⁵.

“Tomando as ruas, as Jornadas de Junho de 2013 rasgaram toda e qualquer perspectiva técnica acerca das tarifas e da gestão dos transportes que procurasse restringir seu entendimento aos especialistas e sua ‘racionalidade’, a serviço dos de cima. Ao reverter o aumento das passagens em mais de cem cidades do país, as pessoas deslocaram momentaneamente – e com impactos duradouros – o controle político da gestão do transporte. Forjou-se, no calor das barricadas, uma experiência de apoderamento que não se resume à ocupação física das cidades, mas estende-se à maneira como se organizam os transportes no país.”¹²⁶

4.3

A tática Black Bloc

Outro personagem que capturou a imagem da população e fez-se sempre presente na cobertura midiática foram os Black Blocs. Um livro intitulado "Black Blocs"¹²⁷, faz um estudo detalhado do movimento, sua história e suas motivações. Publicado inicialmente em 2003 na França, o autor, Francis Dupuis-Déri, vem pesquisando os Black Blocs por mais de 15 anos e esteve com os participantes desse movimento em diversas ocasiões, coletando relatos e entrevistas, para fazer um estudo completo do movimento desde suas origens até o momento atual. A edição brasileira, publicada em 2014, foi atualizada para incluir os eventos ocorridos no ano anterior. O autor usa a seguinte definição para descrevê-los:

"Os Black Blocs são compostos por agrupamentos pontuais de indivíduos ou grupos de pessoas formados durante uma marcha ou manifestação. A expressão designa uma forma específica de ação coletiva, uma tática que consiste em formar um bloco em movimento no qual as pessoas preservam seu anonimato, graças, em parte, às máscaras e roupas pretas. Embora os Black Blocs por vezes recorram à força para exprimir sua crítica radical, eles costumam se contentar em desfilar calmamente. O principal objetivo de um Black Bloc é indicar a presença de uma crítica radical ao sistema econômico e político"¹²⁸

Daí pode-se extrair algumas considerações. Dupuis-Déri inicia sua descrição afirmando que os Black Blocs são “agrupamentos pontuais de indivíduos”, o que

125.Ibid., p. 18.

126.Ibid., p. 17.

127.DUPIUIS-DÉRI, Francis. *Black Blocs*. Tradução Guilherme Miranda.

128.Ibid., p. 10.

significa dizer que, de forma geral, não há uma hierarquia ou uma organização que controle a formação desses grupos. O que os caracteriza é uma forma específica de ação coletiva e a tática por eles utilizada, qual seja: a formação de blocos compostos por indivíduos ou grupos de pessoas que se mantêm anônimos pelo uso de máscaras e roupas pretas. Conclui-se daí que, antes de tudo, o Black Bloc é uma forma de agir e de se manifestar. A descrição prossegue para afirmar que o objetivo dos Black Blocs, através desse agir que pode ou não fazer uso da força, é expressar uma crítica ao sistema econômico e político. Nesse sentido, o seu discurso se revela diretamente através da ação ("O Black Bloc não é um tratado de filosofia política, muito menos uma estratégia. É uma tática"¹²⁹). Como é evidenciado muitas vezes nesse estudo, para os Black Blocs o alvo é a mensagem.

O trabalho analisa também a reação da mídia aos Black Blocs e identifica um padrão típico que é seguido sempre que sua ação é percebida em uma manifestação: imediatamente, os jornais os distinguem como "vândalos" e arruaceiros. No dia seguinte, o tom das reportagens passa a ser mais neutro, apontando-os como anarquistas e dizendo que eles estão por trás do uso de coquetéis molotov e do uso de escudos e capacetes para a proteção. Nesse momento também costumam ser citados acadêmicos, representantes da polícia e participantes de movimentos sociais que tentam se dissociar dos "vândalos". Raramente são mencionados integrantes dos Black Blocs. Essa descrição em muito se encaixa nas considerações feitas previamente nesta pesquisa.

Segundo o autor, a mídia tradicional e os poderes estatais vinculam os Black Blocs a uma violência sem sentido e negam o caráter político do movimento, de forma semelhante ao discurso de Arnaldo Jabor, referido anteriormente. Um trecho do relatório do *Office fédéral suisse de la police* citado no estudo é marcadamente similar ao discurso do jornalista:

"É ainda mais difícil compreender o potencial de violência presente atualmente em certos jovens. Muitas vezes, essa violência se manifesta por um frenesi destruidor, sem objetivo algum, ou por uma agressividade extrema contra as pessoas. O resultado é que os eventos públicos, seja qual for a sua natureza, são os mais marcados por atos de vandalismo, desprovidos de qualquer motivação política ou ideológica"¹³⁰

129.Ibid., p. 11.

130.Ibid., p. 24.

O documento aqui destacado ressalta o caráter destruidor do movimento Black Bloc, mas vai além, afirmando que seu “potencial de violência” não tem objetivo algum e que eles demonstram uma “agressividade extrema contra as pessoas”. Assim, essa fala é não apenas uma descaracterização das ações dos Black Blocs, mas também uma tentativa de lhes retirar qualquer sentido político, o movimento é descrito apenas como uma violência sem sentido e sem motivação.

Dupuis-Déri afirma que os Black Blocs surgiram nos anos 1980 em Berlim Ocidental com o movimento autonomista, apesar de ser difícil localizar exatamente quando o termo foi usado pela primeira vez. O movimento autonomista na Alemanha, que ficou conhecido como *Automen*, teve influências teóricas variadas, como o marxismo, o anarquismo, o feminismo radical e o ambientalismo. Atuava por meio de campanhas contra o pagamento de aluguéis e pela reapropriação de edifícios que eram transformados em lares e espaços para atividades políticas. Os Black Blocs se originaram dentro desse movimento como uma unidade de choque, disposta a usar a força, ainda que muitas vezes protestem pacificamente. Ficaram caracterizados também pelo uso de máscaras e roupas pretas, assim como por equipamentos defensivos e ofensivos¹³¹.

Até hoje o maior número de Black Blocs se encontra na Alemanha, o serviço de segurança do país estima que existam 5.800 blackblockers no país¹³², mas, a partir dos anos 90, em grande parte devido ao movimento punk, a tática Black Bloc se espalhou para outros países, tendo tido grande participação nas manifestações de Seattle de 1999. Durante os protestos contra a reunião da OMC, as imagens dos Black Blocs foram transmitidas pelo mundo. A sua tática para evitar a repressão policial consistia em estilhaçar janelas de bancos e de empresas internacionais e desaparecer antes da chegada da polícia. A reação da mídia tradicional foi negativa, mas, na internet, a mídia alternativa teve uma visão mais equilibrada e fotos e vídeos dos Black Blocs em ação começaram a ser compartilhados.

Dupuis-Déri pondera que é difícil agrupar os Black Blocs em um perfil sociológico típico, tanto pelo fato de eles usarem máscaras e roupas pretas para esconder suas identidades, como pela diversidade que é intrínseca à forma de

131.Ibid., p. 40.

132.Ibid., p. 46.

organização do movimento, já que não há um grupo único de Black Blocs, mas vários grupos espalhados por diversos países. De forma geral, ele afirma que, em sua maioria, os integrantes são jovens, homens e majoritariamente de origem europeia¹³³. O grau de envolvimento com o ativismo político varia e nem todos os participantes são anarquistas autodeclarados, mas o autor assevera que a maior parte das pessoas que entrevistou eram ativistas experientes ou tinham experiência com comunidades e organizações políticas. Relatos de indivíduos que se identificam como blackblockers foram reunidos no estudo e destacam sempre a diversidade de seus integrantes, assim como um desejo de diferenciar esses indivíduos do retrato da mídia, ressaltando seu envolvimento com a comunidade, seja por meio de trabalhos voluntários, organizações políticas ou outras atividades comunitárias.

A organização interna dos Black Blocs é similar à de todos os grupos anarquistas: igualitária, libertária e sem hierarquias. As decisões são tomadas coletivamente, através de deliberações, e todos os membros podem fazer propostas e discutir as propostas de outros membros. Dentre essas decisões tomadas, está o uso ou não da violência durante uma manifestação. Como foi dito anteriormente, ainda que os Black Blocs estejam dispostos a recorrer à violência quando necessário, seus protestos podem ser pacíficos. O estudo afirma que a frustração pessoal com ações não violentas é parte da motivação para muitos dos participantes, que veem essas ações como ineficazes frente aos poderes estatais e as forças policiais¹³⁴. Assim, dependendo da aptidão desses indivíduos, grupos com ações ofensivas podem ser formados, se equipando com bastões, estilingues e coquetéis molotovs, enquanto outros podem optar por ações defensivas, se protegendo com peitorais, luvas, capacetes e máscaras de gás. Há ainda grupos que servem como corpo médico, auxiliando as vítimas de gás lacrimogêneo e spray de pimenta e administrando primeiros socorros aos feridos. Também podem ser constituídos grupos de reconhecimento e comunicação, que se encarregam de manter a moral, com músicas e canções, entre outras atividades. Um adepto à tática Black Bloc, identificado como Paul, descreve da seguinte forma a tomada de decisão sobre a recorrência ou não à violência durante um protesto e o que é levado em consideração nesta escolha:

133.Ibid., p. 54.

134.Ibid., p. 60.

"Primeiro, o objetivo da manifestação, a motivação política por trás dela. Depois, a situação geral do movimento político ou social, o tamanho da multidão, sua composição, as pessoas que você vê nela. É uma intuição. Você sabe pela experiência quando uma manifestação vai sair do controle ou, em outros casos, quando é melhor que ela não saia"¹³⁵

A escolha dos alvos também é parte fundamental da estratégia Black Bloc. Como foi dito, para a tática, o alvo é a mensagem¹³⁶. Isso significar dizer tanto que os alvos dos protestos são sempre escolhidos em razão do seu valor simbólico como que há um aspecto performático na ação dos Black Blocs que é primordial para o movimento. Dupuis-Déri assinala que os Black Blocs sempre procuram atacar símbolos de grandes corporações, como, por exemplo, bancos e redes de *fast-food*, mas que muitos críticos evidenciam pequenas empresas e lojas que são atacadas. Ele admite que esses episódios embora raros ocorrem, e, nesses casos, é importante examinar o sucedido antes de afirmar que o que aconteceu foi fruto de violência gratuita¹³⁷.

Quanto ao aspecto performático das manifestações Black Blocs, o estudo sustenta que os participantes desses protestos realizam um espetáculo que, em alguma medida, remete às rebeliões populares nos carnavais da Idade Média, quando a população se sentia protegida pelo anonimato e pelas celebrações na rua para expressar sua raiva, seja pela sátira, seja pela violência simbólica ou física. No caso dos Black Blocs, eles encarnam o personagem do "anarquista violento" como um contraespetáculo ao espetáculo das elites. Os grandes eventos internacionais, tais como a Cúpula do G20, são espetáculos oficiais que legitimam a ideia do poder e, nesse sentido, o espetáculo nas ruas criado pelos protestos dos Black Blocs tem o objetivo de contrapor esses grandes eventos. Sobre o assunto, o "Manifesto do Quadrado Negro", documento publicado por anarquistas durante a greve estudantil de 2012, em Quebec, ressalta o aspecto político e simbólico dos atos de destruição contra a propriedade pública e privada, afirmando: "Nós acreditamos que há uma gigantesca diferença qualitativa entre a violência contra

135.Ibid., pp. 67, 68.

136.Ibid., p. 97.

137.137 "Segundo minhas próprias observações, é muito raro que os blackblockers quebrem janelas de lojas pequenas. Em todo caso, é prudente investigar mais antes de concluir que houve violência meramente gratuita. Em Montreal, por exemplo, a porta de vidro de uma pizzaria foi quebrada durante uma manifestação; o que se descobriu alguns dias depois foi que diversos policiais haviam se abrigado no restaurante depois de capturar um manifestante e que o Black Bloc estava tentando libertar seu companheiro". (Ibid., p. 99)

os objetos e a violência contra os humanos. (...) nós atacamos os objetos. É um gesto político e simbólico”¹³⁸.

Um exemplo mencionado pelo estudo do caráter performático das atividades Black Blocs, e da dificuldade dos seus opositores de entenderem seu sentido, é a catapulta em tamanho real que foi levada para a Cúpula das Américas de 2001, em Quebec, como resposta ao perímetro de segurança que havia sido montado pela polícia no local. A catapulta tinha como munição ursos de pelúcia que eram arremessados através do perímetro de segurança como forma de ressaltar a arbitrariedade do poder, mas, quando as autoridades identificaram um dos envolvidos na performance como líder dos Black Blocs, este foi detido por semanas sobre acusação de porte de arma. Em sua explicação sobre o incidente, o ministro de Segurança Pública de Quebec, Serge Ménard, justificou- o afirmando que a catapulta “faz parte de um plano. Porque, na próxima manifestação que eles organizarem, onde quer que seja, alguma coisa vai estar dentro do urso de pelúcia. Pode ser ácido, coquetel Molotov, tijolos”¹³⁹.

Mas, conforme o autor, a crítica à tática Black Bloc também surge da própria esquerda. Em grande parte, essa crítica se resume ao fato de que a ação dos Black Blocs tira a atenção das manifestações não violentas e de suas reivindicações, já que a cobertura da mídia passa a ser majoritariamente sobre a ação deles. Porém, segundo os participantes dos Black Blocs suas ações chamam a atenção da mídia e das elites para as manifestações, o que subsequentemente abre uma discussão para o resto da população. Além disso, mesmo quando a mídia cobre manifestações pacíficas, sua atitude costuma ser a de reduzir esses eventos a algumas imagens simbólicas, sem se aprofundar nas reivindicações dos manifestantes¹⁴⁰.

Sobre a reação da mídia quanto à violência em protestos, Dupuis-Déri resume a questão afirmando que esta varia de acordo com quem está empregando a violência: ela é bem vista quando usada pelas forças policiais locais ou pela força militar do país, assim como quando é empregada por manifestantes considerados "respeitáveis", como, por exemplo, jovens de outros países que

138.138 Em francês, “Manifeste du Carré Noir”, disponível em <http://archives-2001-2012.cmaq.net/fr/node/45191.html>: “Nous croyons qu' il y a une gigantesque différence qualitative entre la violence envers des objets et celle envers des êtres humains. Au risque de nous répéter, nous nous attaquons à des objets. C'est un geste politique et symbolique”.

139.DUPIUIS-DÉRI, Francis. *Black Blocs*. Tradução Guilherme Miranda. p. 116.

140.Ibid., pp. 162, 163.

protestam contra um regime ditatorial (no caso brasileiro, os protestos que ocorreram na Turquia, no mesmo ano, foram muitas vezes usados como contraponto à violência dos protestos locais). Por outro lado, a violência é condenada quando é usada tanto por policiais e militares de países estrangeiros como por indivíduos em manifestações locais, como é o caso dos Black Blocs¹⁴¹.

É evidente, assim, que a cobertura da mídia tradicional sobre os Black Blocs nunca é favorável. Porém, continua o autor, seria um erro pensar que a opinião pública é homogênea ou homogeneamente afetada por essa cobertura. Também seria incorreto assumir que os Black Blocs têm a pretensão de redefinir o que se entende por violência e como ela é percebida pelo público. O que está em jogo, diz ele, é a opinião de pessoas que se sentem normalmente mal representadas, seja pela mídia, seja por grupos progressistas¹⁴². Dupuis-Déri apresenta um estudo sobre os efeitos da cobertura da mídia das ações dos Black Blocs, em Seattle, que chegou à conclusão que, apesar do destaque negativo dado pela mídia à ação dos Black Blocs, ela levou a um aumento do interesse do público pelo anarquismo¹⁴³.

Assim, a crítica de que os Black Blocs de alguma forma prejudicam ou tiram a legitimidade de outros movimentos sociais ou das manifestações da qual participem parte do pressuposto de que há uma única maneira de se manifestar e de que um movimento social deve avançar de forma unificada em uma determinada direção. Os Black Blocs rejeitam essa ideia porque o objetivo, para eles, não é encontrar um lugar nas discussões já existentes sobre o poder, mas criar uma nova discussão. É nesse sentido que eles declaram: "Não estamos buscando um lugar nas discussões entre os mestres do mundo. Queremos que os mestres do mundo deixem de existir"¹⁴⁴.

141. Ibid., p. 164, 165.

142. Ibid., p. 165.

143. "Lynn Owens e L.Kendall Palmer estudaram os efeitos consequentes da cobertura da mídia das ações do Black Bloc em Seattle e verificaram que ela aumentava o interesse do público pelo anarquismo. Eles identificaram uma dinâmica tripla: (1) os principais meios de comunicação davam grande destaque negativo aos Black Blocs, apresentando-os como a encarnação da anarquia, no sentido de caos e violência; (2) a atenção da mídia gerava um aumento significativo no número de visitas a sites anarquistas, incluindo os que apresentavam informações (como o news.infoshop.org) e os fóruns de discussão sobre Black Blocs; (3) os principais meios de comunicação mostravam, na sequência, maior interesse em outras facetas do anarquismo, como ligas de futebol e feiras de livro anarquista, entre outras - enquanto isso, matérias sobre os Black Blocs chegavam a incluir um ou dois textos (normalmente baseados em sites anarquistas) explicando seus motivos e seu pensamento político, ou tratando de temas variados". (Ibid., p. 167)

144. Ibid., p. 174.

Pelo exposto, não é surpreendente que a reação policial aos atos dos Black Blocs seja sempre severa e violenta e que a repressão a essas manifestações seja imediata e em muitos casos desproporcional. A desproporcionalidade da reação policial fica clara não apenas em termos de números (o estudo afirma que 21 policiais estavam presentes na Cúpula do G8 no Japão em 2008, 15 mil na Cúpula do G8 na Itália em 2009, 20 mil nas cúpulas do G8 e G20 em Ontário em 2010 e 10 mil na Cúpula do G8 na França em 2011, por exemplo¹⁴⁵), mas também pelos equipamentos utilizados. Os policiais muitas vezes estão equipados com capacetes, escudos, uniformes à prova de chamas, armas com balas de borracha, bombas de fumaça, gás lacrimogêneo e armas de fogo e ainda contam com o apoio de unidades caninas e montadas, viaturas blindadas, etc.¹⁴⁶. Mais do que isso, sempre é realizada a prisão de muitos manifestantes (1821 em Nova York na Convenção do Partido Republicano em 2004; 1057 na Alemanha na Cúpula do G8 em 2007, 1200 em Copenhague na Cúpula de Mudança Climática em 2009 e 1118 em Toronto na Cúpula do G20 em 2010, por exemplo¹⁴⁷). Afora isso, uma vez apreendidos, muitas vezes a polícia dá informações erradas ao público sobre o tamanho dos "arsenais" encontrados em posse dos Black Blocs. O estudo fala sobre um dos raros casos em que a mídia questionou os equipamentos apresentados pela polícia, em Toronto, depois da Cúpula do G20, quando eles foram obrigados a admitir que uma cota de malha e algumas flechas pertenciam, na verdade, a um entusiasta de imitações medievais que tinha sido preso com sua parafernália, bem como a motosserra e um arco também apreendidos¹⁴⁸.

O documentário "Ninguém é Black Bloc"¹⁴⁹ faz um retrato dos Black Blocs e do uso dessa tática durante as manifestações de 2013, no Brasil. Embora o seu foco esteja nos meses posteriores aos eventos de junho, em especial o "Ocupa Câmara" e o episódio ocorrido em 15 de outubro, ocasião em que, após uma passeata em apoio aos professores, várias pessoas foram presas nas escadarias da Câmara Municipal no Rio de Janeiro, sua relevância para a caracterização do movimento Black Bloc no Brasil justifica a sua inclusão nesse trabalho.

145.Ibid., p. 215.

146.Ibid., p. 215.

147.Ibid., p. 216.

148.Ibid., p. 217.

149.NINGUÉM é Black Bloc. Direção: Rômulo Cyríaco. Rio de Janeiro, 2015. Documentário. 53 min. Formato final: MOV H264, Full HD, 1920x1080.

O documentário intercala entrevistas com participantes das manifestações, integrantes dos Black Blocs, pesquisadores e ativistas com imagens das manifestações capturadas por mídia-ativistas, muitas vezes acompanhadas de discursos realizados por figuras políticas como o secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, o governador do Estado, Sérgio Cabral e a presidenta Dilma Roussef. As imagens mostram policiais atacando manifestantes, que na maioria das vezes não oferecem resistência, com bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e cassetetes. As cenas de violência oferecem um contraponto com a fala dessas figuras políticas, como é o caso do discurso da presidenta, que fala em ouvir a voz das ruas desde que seja respeitada a lei e a ordem (“Como Presidenta, eu tenho a obrigação tanto de ouvir a voz das ruas como de dialogar com todos os segmentos, mas tudo dentro dos primados da lei e da ordem”), enquanto as imagens exibidas na tela mostram a Tropa de Choque prendendo manifestantes reunidos pacificamente nas escadarias da Câmara.

Na primeira entrevista do documentário, dois rapazes com as caras cobertas falam sobre suas experiências com o Black Bloc. Eles dizem, que a adesão à tática nos protestos do Brasil se deu de forma espontânea e que eles nem sabiam que existia um nome para o que estavam fazendo. Reafirmam o caráter anarquista do movimento, proferindo que os Black Blocs são contra a hierarquia e a burocratização e que eles não estão interessados em tomar o poder, mas em destruir o poder. Falam, também, sobre a pluralidade do movimento, que é contra qualquer forma de opressão e tenta ser o mais inclusivo possível, citando um dos gritos cantados durante as manifestações: "Agora unificou, Black Bloc, traveco e professor", que faz referência ao apoio mútuo entre os Black Blocs, o movimento LGBT e os profissionais de educação que também estavam protestando. Sobre a violência da tática Black Bloc, eles reiteram que é uma violência questionadora e reativa e fazem a pergunta: um banco queimado vale mais do que um Amarildo?¹⁵⁰

Alguns dos entrevistados se referem ao ocorrido em 15 de outubro de 2013. Os relatos dizem que, após uma manifestação em apoio aos professores, várias

150. Referência ao caso de Amarildo Dias de Souza, ajudante de pedreiro que vivia na Rocinha e desapareceu no dia 14 de julho de 2013 após ser detido por policiais militares. Seu caso causou comoção nacional e internacional e continua não resolvido. O documentário “Eu, um Amarildo” (EU, um Amarildo. Direção: Rômulo Cyríaco. Rio de Janeiro, 2013. Documentário. 22 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kOjxaZvI9jE>), conta a história a partir de entrevistas com familiares do desaparecido.

peessoas se reuniram em frente às escadarias da Câmara, que tinham se tornado um ponto simbólico de reunião dos diferentes grupos que estavam participando das manifestações, como de grupos marginalizados pela sociedade - moradores de rua, vendedores ambulantes, estudantes, professores etc. Viaturas do BOPE cercaram o local, aproximadamente cinco policiais por manifestante, segundo uma das entrevistadas que se encontrava no local. Essa mesma entrevistada diz que eles apagaram as luzes da escadaria e "chegaram batendo o cassetete nos escudos", como "se estivessem em Esparta". Todos os presentes foram detidos, mesmo aqueles que não tinham nenhuma ligação com as manifestações, postos em ônibus, aonde permaneceram detidos até a manhã do dia seguinte.

Outro remete à dificuldade que a mídia tradicional tem de entender o movimento Black Bloc. Segundo ele, esses canais reportam a violência porque ela é mais fácil de compreender, mas que a base da tática Black Bloc é "o afeto, a preocupação com o outro e uma vontade de mudança social verdadeira e profunda". Ele afirma que é difícil etiquetar a tática, mas que ela é uma linguagem e que a "não compreensão cínica da mídia" é perversa porque impede que as pessoas que não participam do movimento entendam que existe mais do que a "violência descerebrada, pura e descontrolada", vendida por ela.

Descreve a tática Black Bloc como uma tática de tensionamento: há um equilíbrio na maneira de lidar com a polícia. Tal como uma corda que é estirada até quase romper, ou seja, até eles quase entrarem em confronto direto, e depois é relaxada. Conforme esse entrevistado, o movimento é feito em ondas.

Para um outro, os Black Blocs, naquele momento, serviam a mesma função em uma velha estratégia, que em outros tempos foi utilizada por traficantes, terroristas, subversivos, comunistas: criar um inimigo abstrato, mas que possa ser corporificado. São esses inimigos que justificam o Estado descumprir a lei em nome de um bem maior. No caso dos Black Blocs, permitiu que a polícia agisse com brutalidade na repressão. Para ele, a mesma sociedade que é rápida em categorizar como crime o ato de quebrar os vidros dos bancos parece não considerar crime quando a polícia "encheu de porrada de cassetete" o manifestante.

Esse mesmo entrevistado afirma que os Black Blocs estão inseridos em um contexto, que eles são fruto da estrutura autoritária e violenta da sociedade brasileira. Ele faz uma comparação com o funk que, na medida em que foi se

expandindo além das favelas, chegando às praias, às ruas, foi alvo de uma "demonização cultural", porque a "classe da bolha" não queria dividir o seu espaço da cidade com a juventude negra e pobre. Similarmente, grande parte dos Black Blocs são jovens de áreas marginalizadas da cidade que "estão tentando falar em um ambiente aonde não é permitido falar". O entrevistado equipara os atos de violência a um grito: "só gritam porque não têm voz".

Sobre a cobertura da mídia, o documentário ressalta que ela filma as manifestações de cima, com um helicóptero, e só depois vai filmar as ruas, para mostrar os vidros quebrados. Assim, esta cobertura não mostra o que está acontecendo de fato nos protestos.

Um manifestante com a cara coberta faz alusão ao problema dos infiltrados. Ele diz que os Black Blocs nunca iniciam os confrontos, eles têm apenas o objetivo de se defender, então, quando vê alguém tentando incitar o conflito, ele desconfia se tratar de "P2". Segundo ele, "é tudo um jogo de marketing" para criminalizar o movimento.

Outro tópico posto em relevo é a questão da lei de formação de quadrilha, que serviu de pretexto para prender muitos dos participantes das manifestações. Para uma entrevistada essa lei deveria ser usada contra facções criminosas e não contra manifestantes, e compara o uso abusivo desta com uma ditadura, no sentido em que restringe os direitos civis dos indivíduos. Ela diz que é necessário fazer com que as leis favoreçam os Black Blocs, porque atualmente elas estão contra eles.

Mais um ponto questionado é o despreparo da polícia que, para um dos entrevistados, diferente do que foi dito, não se trata de um despreparo para lidar com manifestações, mas para lidar com a democracia.

Por último, um dos entrevistados declara que o Black Bloc é apenas um primeiro passo, que o movimento vai se desdobrar em alguma outra coisa. Ele fala sobre o "Ocupa Cabral" e como esse movimento se transformou em um espaço no qual todas as minorias oprimidas estavam reunidas, "sem gueto", e se questiona: por que não é possível que essa "não regra" de convivência não se expanda para o resto da sociedade. Depois do momento de destruição existe um momento de construção, diz ele.

4.4

A presença virtual dos Black Blocs e do Anonymous

Os Black Blocs não foram os únicos que assumiram um papel de destaque durante as manifestações. Os Anonymous também foram constantemente mencionados durante esse período. Pela sua própria configuração, uma rede de indivíduos anônimos que se conectam através da internet, unidos por um ideal de mudança e revolução, é difícil entender exatamente o que é esse fenômeno e qual foi a sua participação nas manifestações. No artigo “Vandalismo e política nas redes sociais – Caso dos Anonymous e Black Bloc”, é feita um exame das postagens realizadas em duas páginas de Facebook, Anonymous Rio e Black Bloc RJ¹⁵¹, com o objetivo de identificar de que forma esses “grupos”¹⁵² se autorrepresentam, de que forma sua presença virtual se diferencia da imagem criada pela mídia e em que medida eles se diferenciam entre si.

De início, cabe destacar que o artigo observa que tanto o Anonymous como os Black Blocs assumiram em suas páginas de Facebook que os atos de vandalismo são formas de atuação legítimas, o que provocou grande repercussão pública, porém apenas os Black Blocs foram continuamente demonizados pela mídia e pelos partidos políticos, principalmente os de esquerda, e criminalizados pela polícia.

O primeiro tópico analisado pelo artigo se refere à identidade de cada um dos “grupos”. Sobre o Anonymous, é dito que seus integrantes parecem não saber quem são, mostrando desconhecimento sobre os temas defendidos pela página. Há muitas discussões sobre quem são os Anonymous e sobre os valores do “grupo”. É indicado que, nos comentários, há uma preferência por assuntos ligados ao combate à corrupção e uma resistência a ações consideradas como “vandalismo”¹⁵³.

Por outro lado, o artigo afirma que a página Black Bloc RJ apresenta uma identidade mais consolidada. A análise das postagens conclui que os seus

151. DA SILVA, R. H. A. et al. *Vandalismo e política nas redes sociais: caso dos Anonymous e Black Bloc*. In: DA SILVA, Regina Helena Alves. *Ruas e redes: dinâmicas dos protestos BR*. p. 163.

152. É assim que o artigo se refere ao Anonymus e aos Black Blocs e essa nomenclatura será mantida no presente trabalho.

153. Ibid., pp. 167-169.

membros têm uma ideia muito mais clara de quem são e do que pensam e que discussões sobre os valores defendidos pelo “grupo” são menos frequentes¹⁵⁴.

O segundo tópico analisado é a relação desses “grupos” como a mídia, a polícia e o Estado. O artigo afirma que ambas as páginas apresentam uma visão negativa da mídia tradicional e reclamam da cobertura elitizada da Rede Globo, porém diferem em relação à ação da polícia e ao Estado. Os Black Blocs se mostram completamente contra a polícia, reclamando de sua truculência e violência. Denunciam policiais infiltrados, que eles chamam de P2, a prisão de manifestantes e a corrupção dentro da corporação. Por sua vez, a página Anonymous Rio apresenta uma visão mais branda e menos unânime da polícia: alguns veem a polícia de forma negativa e criticam suas ações violentas, pedindo por uma polícia mais “humanizada”, mas outras consideram suas ações justificáveis e até defendem uma atuação mais rigorosa¹⁵⁵.

Sobre suas críticas ao Estado, o artigo afirma que as postagens da página Anonymous Rio falam principalmente sobre a corrupção, se referindo ao governador do Rio como “ladrão”, demonstrando perda de fé na política e desconfiança com o sistema eleitoral, assim como um descontentamento com o uso das verbas públicas, os quais eles acreditam estar sendo feito de forma a favorecer uma parcela da população e mascarar os problemas sociais e de infraestrutura. A análise indica que há um repúdio aos partidos políticos PSB e PMDB, mas não identifica preferência por nenhum partido, apesar de perceber uma inclinação para a esquerda. A página Black Bloc RJ, por sua vez, apresenta uma visão mais dura do Estado, segundo o artigo. Seus membros identificam o governo a uma nova ditadura e a uma ditadura disfarçada. De acordo com seu ideal anarquista, não exibem preferências partidárias¹⁵⁶.

O último tópico analisado é em relação às ações políticas desses “grupos”. Na página Anonymous Rio, o artigo identificou grande número de postagens hostis aos seguidores e ao “grupo” como um todo, e também várias postagens em torno de percepções pessoais e discussões ideológicas pessoais acerca das ações políticas. É destacada uma ausência de convergência das opiniões dos seguidores da página, com grande número de comentários ofensivos dirigidos aos próprios

154.Ibid., pp. 168-169.

155.Ibid., pp. 169-172.

156.Ibid., pp. 172-174.

seguidores. A análise identificou críticas a atos de vandalismo e violência, considerados estes como qualquer ato que quebrassem objetos, arremessa-se materiais em direção à polícia e até atos simbólicos, considerados como violência emocional¹⁵⁷.

Novamente, o artigo afirma que os Black Blocs exibem uma opinião mais uniforme sobre suas ações políticas, não havendo ataques pessoais. O artigo afirma que as postagens apontam para uma ideologia formada, que indica que eles sabem o que buscam e quais ações precisam ser realizadas para atingir seus objetivos. Suas discussões focam em ações concretas e há claramente uma defesa das ações realizadas pelos integrantes. De acordo com a análise, as postagens fazem apologia à violência e a justificam como forma de atuação política e de reação à violência policial¹⁵⁸.

Com o ressalve de que a escolha metodológica pela utilização do Facebook traz certas dificuldades à análise do perfil desses grupos que pode levar a algumas generalizações, o artigo conclui sua pesquisa afirmando que:

“No geral, é possível dizer que os Black Bloc RJ são reconhecidos como agrupamento de indivíduos com um forte sentimento de pertença e que sabem quais são seus objetivos. Já os Anonymous Rio querem ser um grupo, mas não sabem exatamente o quê – o que gera enormes discussões entre seus seguidores – e não há um sentimento de “eu sou Anonymous”. Desse modo, indefinições políticas e ideológicas convivem com ideologias políticas bem definidas, assumindo proporções conflitantes quer no âmbito das ações de rua, quer no dos debates internauticos.”¹⁵⁹

Os relatos reunidos neste capítulo contam uma determinada história sobre os eventos que ocorreram em 2013 no Brasil. Diferentemente do capítulo anterior, aqui foi dada voz aqueles manifestantes que muitas vezes são caracterizados como “vândalos” ou “radicais”. Se, na narrativa da mídia tradicional, as ações desses indivíduos são percebidas como nada mais do que uma “violência sem sentido”, é preciso destacar que existe uma narrativa outra para esses fatos, contada aqui a partir do ponto de vista daqueles que estavam diretamente envolvidos nesses acontecimentos. Como foi discutido inicialmente, o real é sempre objeto de uma

157.Ibid., pp. 175-177.

158.Ibid., pp. 178-179.

159.Ibid., pp. 181.

ficção e a atividade política é aquela que tem o potencial de criar novas ficções. Sendo assim, o objetivo desse capítulo foi destacar em que medida as atividades desses manifestantes e a coleção de seus relatos criaram uma nova ficção sobre as manifestações de junho de 2013.

No capítulo final far-se-á uma comparação entre as duas ficções que se constituíram a partir das Jornadas de Junho: a história da mídia e a história dos “vândalos”. A partir das ideias de Jaques Rancière, apresentadas no primeiro capítulo, destacar-se-á de que forma a política se manifesta no confronto dessas duas narrativas.

O Confronto Entre Duas Ficções

Ao longo dos capítulos anteriores foram apresentadas duas narrativas possíveis acerca das manifestações de 2013 no Brasil. Por um lado, a cobertura da mídia tradicional, que separou os manifestantes em dois grupos distintos: o grupo dos “manifestantes pacíficos” e o grupo dos “vândalos” ou “radicais”. Os primeiros foram identificados como jovens descrentes com a política nacional, que protestavam pelo fim da corrupção e o impeachment da presidenta. Já os “vândalos” foram descritos como indivíduos que se opunham ao primeiro grupo, que não participavam verdadeiramente das manifestações, apenas tomando parte nos protestos para intervir de forma violenta, depredando o patrimônio público e privado e maculando a legitimidade do movimento. Suas motivações nunca foram mencionadas, pelo contrário, eles foram comparados a organizações criminosas e suas ações descritas como “um anarquismo inútil”.

Entretanto, não se pode negar a esses indivíduos, que integraram esse grupo reprovado pela mídia e por grande parte da opinião pública, uma história que está por trás desses acontecimentos. Muitos fazem partes de movimentos anarquistas e empregam as táticas Black Bloc, embora não se possa atribuir-lhes um perfil homogêneo. O que os relatos reunidos no terceiro capítulo demonstraram é que, longe de serem movidos por uma violência fútil, há um significado político claro por trás de suas ações.

Para cumprir o objetivo proposto - avaliar em que medida essas manifestações podem ser entendidas como um momento político, é necessário distinguir de que forma se manifestou o dissenso entre duas diferentes concepções de mundo postas em cena, quem é o sujeito político que tomou parte nesse processo e quais as ficções produzidas a partir desses eventos.

Nessa perspectiva, o argumento aqui desenvolvido vincula a narrativa da mídia tradicional à ficção consensual característica da ordem policial, enquanto a narrativa dos manifestantes, ativistas, mídia-ativistas e pesquisadores, conforme apresentado anteriormente, seria uma ficção política, que altera a ordem de visibilidade dentro da sociedade e dá voz àqueles que não eram ouvidos. A

política ocorre no confronto entre essas duas ficções, no momento em que a lógica policial é desafiada pela lógica igualitária.

5.1

A narrativa da mídia tradicional como ficção policial

Como foi dito anteriormente, a política se constitui em oposição à ordem policial. A polícia é uma forma de partilha do sensível na qual a sociedade é organizada de forma hierarquizada, com uma divisão nítida entre aqueles que são visíveis e aqueles que são invisíveis, aqueles que têm direito ao discurso e aqueles que cuja fala não passa de mero ruído. A política seria o processo de subversão dessa ordem, uma nova partilha do sensível, uma nova ordem de visibilidades dentro da sociedade, uma vez que se baseia em um princípio de igualdade que nega a existência de qualquer título para governar ou ser governado. O conflito político, portanto, não pode ser visto como um confronto acerca de interesses diferentes, mas sim como um confronto entre duas concepções de mundo distintas.

Nesse sentido, pode-se afirmar a existência de uma disputa estética central à política, na medida em que esta põe em jogo formas diferentes de percepção e vivenciamento do comum. Para Rancière a estética é uma matriz de percepções e discursos que determinam a visão da sociedade e da história. A partilha do sensível, por sua vez, é a estética própria da política, um recorte do tempo e do espaço que determina quem é visto ou não dentro da comum, quem tem acesso à palavra, ao *logos*, e quem apenas alcança o ruído. A estética da política é, pois, aquela que determina as formas de visibilidade dos corpos, as propriedades do espaço e os possíveis do tempo.

Nesse contexto, pode-se considerar que a ação dos manifestantes dos protestos em 2013 é política porque ela tem início com a subjetivação de um dano - a tomada de consciência de uma parcela da população que se reconhece como o resto da divisão policial, aqueles que não têm a posse do *logos* e que não têm lugar dentro da partilha do sensível da lógica policial. Esta parcela, que se reconhece como parte dos incontados, é o sujeito político, aquele que contesta a lógica da polícia e inscreve dentro da partilha do sensível os chamados

excedentes. Mas é preciso destacar que este sujeito não preexiste ao agir político. No caso aqui, ele se constitui através da participação desses indivíduos nas manifestações, quando então se pode afirmar que surge um sujeito político.

A ação desse sujeito desafia a lógica policial mediante um princípio de igualdade, alterando as regras de visibilidade e dando voz aqueles que antes foram silenciados. É importante frisar que a política implica um duplo movimento: é ao mesmo tempo a argumentação por um mundo novo e a abertura desse mundo na qual essa argumentação pode ser recebida. Considerando que ela emerge sempre de um espaço comum polêmico, que é o espaço da polícia, pode-se afirmar que o trabalho essencial da política é a criação de um espaço próprio, tornando visível o mundo concebido pelo sujeito político. Concebendo a política como a atividade que redefine a partilha do sensível, a sua capacidade estética reside em seu potencial de criar ficções, entendidas como dissensos, novas formas de visibilidade e percepção do sensível. O sujeito político produz ficções na medida em que afirma uma nova identidade que desafia a divisão dos corpos e dos espaços da ordem policial.

Quando Rancière profere que “[o] real precisa ser ficcionalizado para ser pensado”¹⁶⁰, ele está dizendo que o real é o resultado de uma determinada construção do espaço e do tempo que define as possibilidades do comum. Nesse sentido, afirmar que “[a] essência da política é a manifestação de um dissenso, como presença de dois mundos em um só”¹⁶¹ significa dizer que a ficção política desafia a forma como o real é pensado pela ordem policial, criando um dissenso que aponta para novas formas de percepção do sensível e organização do comum.

Sob esse ponto de vista, é preciso destacar que a política é sempre um momento excepcional e que nenhuma coisa é em si política. Ela só ocorre enquanto houver o confronto entre esses dois mundos, que representam a lógica policial e a lógica igualitária. Sendo assim, a ação dos manifestantes só é política porque ela desafia a ordem policial e, da mesma forma, a ficção produzida por eles só pode ser considerada política enquanto confrontada com a ficção policial.

Portanto, sustentar que as manifestações de 2013 foram um momento político significa dizer que, durante esse período, essas duas lógicas estavam em disputa. As duas narrativas acerca das manifestações apontam para duas propostas

160. RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. p. 58.

161. Id., *Nas margens do político*. p. 147.

distintas da partilha do sensível. São, assim, duas ficções distintas, dois mundos que estão em conflito. Dessa forma, para estabelecer em que medida os acontecimentos de 2013 produziram uma ficção política capaz de se opor à ficção policial, há que primeiro determinar em que sentido pode-se considerar a narrativa da mídia tradicional sobre as manifestações como uma representação da ficção policial.

De início, cabe ressaltar que a ficção policial nega a existência de qualquer outra possibilidade de percepção do real. É, pois, uma ficção consensual, que não reconhece a atividade política que tenta redefinir a partilha do sensível. Se a função da política é fraturar a percepção do real e criar dissensos, a função da polícia é exatamente o oposto, manter a ilusão da existência de um consenso. Mais do que isso, o consenso que é mantido pela polícia tem uma forma específica: trata-se de uma divisão hierarquizada da sociedade, na qual os corpos estão separados de acordo com suas funções e seus títulos. Então, para confirmar se a narrativa da mídia tradicional corresponde a uma ficção policial, é preciso verificar se ela apresenta uma organização do comum que divide os corpos hierarquicamente e se ela busca conservar a ilusão de um consenso, refutando a existência de narrativas dissidentes e tentando silenciar as vozes que se opõem a sua visão específica de mundo.

Para isto, convém retomar a trajetória desta narrativa. Como ficou evidente na análise feita, a cobertura da mídia sobre as manifestações de 2013 passou por alterações de tom ao longo do mês de junho. No primeiro momento, as manchetes dos grandes jornais deram destaque aos atos de vandalismo praticados durante os protestos e denotaram reprovação ao movimento. Essa primeira fase da cobertura midiática corresponde ao início dos protestos em São Paulo, quando estes eram convocados pelo “Movimento Passe Livre” e reuniam em torno de cinco a 10.000 participantes. As manifestações começavam a ganhar relevância, mas sua expressividade no cenário nacional ainda era pequena.

Em uma segunda etapa, contudo, a atuação violenta da polícia na repressão aos protestos começou a angariar simpatia aos manifestantes por parte da população e a mídia mudou o enquadramento de sua cobertura, dando mais ênfase às ações excessivas das forças policiais e mostrando mais apoio aos manifestantes. Essa segunda fase da cobertura corresponde ao momento de maior expansão das manifestações, no qual a adesão ao movimento crescia rapidamente via redes

sociais, atraindo grupos que normalmente não se envolviam com esse tipo de ativismo.

Por fim, a mídia novamente alterou o enfoque de sua cobertura após as manifestações do dia 17 de junho, que contaram com centenas de milhares de pessoas em dezenas de cidades ao redor do país. A partir desse evento, a mídia tradicional estabeleceu uma divisão notória entre dois grupos de manifestantes: os chamados “manifestantes pacíficos” foram retratados de forma positiva, em sua maioria como jovens insatisfeitos com o cenário político nacional protestando por seus interesses de forma legítima; por outro lado, o grupo caracterizado como “vândalos” ou “radicais” foi retratado de forma negativa, na maioria das vezes nem sendo reconhecidos como parte das manifestações, vistos apenas como um grupo de indivíduos que invadem os protestos para causar tumulto e praticar atos de violência e depredação.

Na diferenciação entre “manifestantes pacíficos” e “vândalos” fica estabelecida uma divisão hierárquica da sociedade em que somente a um determinado grupo de indivíduos é dado o direito de protestar e na qual existe uma maneira correta de protestar. Nesta narrativa, cabe apenas a um dos grupos a prerrogativa de se manifestar no espaço público. A ação desses “manifestantes pacíficos” é assinalada como um discurso legítimo que produz efeitos no comum. Por sua vez, a ação dos chamados “vândalos” não é reconhecida como um discurso, configurando meros ruídos. Nesse sentido, este grupo compõe o resto da ordem policial: os incontados, invisibilizados e silenciados. Dessa forma, resta evidente que a narrativa da mídia reflete a lógica da ordem policial na medida em que ela divide os corpos de acordo com suas funções e seus títulos, sempre deixando um excedente que corresponde à falha dessa divisão. Porém, ainda há outro aspecto que deve ser analisado para determinar se ela representa a ficção da ordem policial: o estabelecimento de um consenso.

No primeiro capítulo foi mencionado que, frente a uma manifestação pública, a polícia costuma agir dispersando os manifestantes e nunca os interpelando. Esta afirmativa é duplamente válida aqui, porque explica não apenas como a polícia (entendida aqui no sentido comum, como força repressora estatal) lidou com as manifestações, mas também a narrativa ora analisada: a ordem policial nega o litígio, que dispersa os manifestantes, mas não os interpela. Reconhecer as reivindicações deste resto implica reconhecer o conflito político,

reconhecer que existe uma outra configuração de mundo possível. Por isso, a reação da ordem policial é sempre no sentido de negar a existência do conflito e preservar o consenso. Como fazer isso? Retirando o excedente da esfera pública e transferindo-o para a esfera doméstica. É disso que se trata quando esses indivíduos passam de manifestantes a vândalos: está sendo-lhes retirado o caráter público de suas ações. O ato de se manifestar é uma ação que ocorre no espaço público, que tem como objetivo provocar uma mudança no comum. Já o vândalo age no espaço privado, na medida em que suas ações não são motivadas pela vontade de alterar o espaço público, elas obedecem a interesses individuais. Caracterizar um grupo de manifestantes como vândalos significa, assim, não reconhecê-los como sujeitos políticos.

“Quando não queremos reconhecer alguém como um ser político começamos por não o ver como um portador dos signos da politicidade, por não compreender o que ele diz, por não reconhecer que o que sai da sua boca é um discurso. O mesmo se pode dizer da oposição, tão prontamente invocada, entre a obscura vida doméstica e privada e a luminosa vida pública dos iguais. Tradicionalmente, para recusar a uma determinada categoria, por exemplo, aos trabalhadores ou às mulheres, a qualidade de sujeitos políticos, bastava constatar que eles pertenciam a um espaço ‘doméstico’, a um espaço separado da vida pública do qual só podiam sair gemidos ou gritos capazes de exprimir sofrimento, fome ou cólera, mas não discursos capazes de manifestar uma *aesthesis* comum”¹⁶²

Nesse sentido, pode-se atestar que há uma disputa em torno do *logos*, ou seja, daqueles que têm o direito de expressar seu discurso no comum. Na alegação da mídia de que o que esses “radicais” estão fazendo é apenas uma violência sem sentido, há um subtexto que retira qualquer legitimidade ao discurso desses manifestantes, ou seja, nessa narrativa, esses indivíduos não têm acesso ao *logos*.

Como foi dito, a noção de política como uma disputa pelo *logos* deriva do conceito aristotélico segundo o qual o que torna o homem um animal político é a sua capacidade de se expressar em público através do discurso. No entanto, Rancière acredita que, no estado de polícia, somente uma parcela da população tem acesso ao *logos*. A política, por sua vez, é a ação que subverte a ordem policial e coloca a sua posse em disputa, dando voz aqueles que antes não podiam se expressar. Dessa forma, quando a mídia tenta designar quem são os manifestantes que têm o direito de se manifestar publicamente, de ter suas vozes

162.Ibid., p. 149.

ouvidas, e quais os manifestantes que não têm esse direito, ela está reiterando a cisão da ordem policial, dividindo a população entre os que têm e os que não têm a posse do *logos*.

O exemplo citado de Arnaldo Jabor ilustra bem o que está sendo dito aqui. Ele diz que, de início, não entendeu o que os manifestantes queriam dizer e que, para ele, aquilo não passava de um “anarquismo inútil”, caracterizando esses indivíduos como “a caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos cinquenta”. Mais tarde, afirmou que mudara de opinião e fez uma autocrítica na qual refletiu sobre o que acreditava ser o papel das manifestações. Nesse ponto, porém, o que ele fez foi sobrepor a sua voz sobre a voz daqueles manifestantes e, ao invés de tentar entender pelo e por que eles estavam protestando, enumerou uma série de tópicos que ele achava justo que se protestasse contra. Ele, de fato, não estava reconhecendo a voz dos manifestantes. O discurso deles não fazia sentido para ele e, mais do que apenas discordar do que estava sendo expresso nas manifestações, Jabor nega a existência do discurso dissidente e superpõe a sua fala a dos manifestantes. Este é o discurso repetido pela mídia: existe uma forma correta de protestar e assuntos corretos sobre os quais protestar. Qualquer coisa além é mera violência sem sentido.

5.2

A narrativa dos manifestantes como ficção política

Pelo acima exposto, pode-se ratificar que a narrativa da mídia tradicional sobre as manifestações corresponde à ficção consensual típica da ordem policial: ela rechaça a possibilidade da existência do dissenso e divide o comum em uma ordem hierarquizada na qual apenas determinada parcela da população tem a prerrogativa de se manifestar no espaço público. Mas, se resta claro que a ficção da mídia é a ficção policial, ainda é preciso delimitar de que forma a narrativa, que surge a partir do relato dos próprios manifestantes corresponde à ficção política.

O primeiro ponto a observar é que a política é uma disputa acerca da partilha do sensível. Como define Rancière, a partilha do sensível é “um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que

definem ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência”¹⁶³. Sob essa lógica, deve-se considerar em que medida a ação desses manifestantes tem o potencial de alterar as regras de visibilidade e as formas de organização da sociedade. Por exemplo, desde as primeiras manifestações organizadas pelo Movimento Passe Livre, o lema “Por uma vida sem catracas” indicava que a demanda pela revogação do aumento das tarifas abarcava um pleito mais amplo. Nesse sentido, cabe remeter-se novamente ao manifesto escrito pelos integrantes do MPL, que foi destacado no capítulo III:

"Num processo em que a população é sempre objeto em vez de sujeito, o transporte é ordenado de cima, segundo os imperativos da circulação do valor. Dessa forma, a população é excluída da organização de sua própria experiência cotidiana da metrópole, organização essa que se realiza principalmente pelo sistema de transporte, o qual restringe a mobilidade ao ir e vir do trabalho e coloca catracas em todos os caminhos da cidade"¹⁶⁴

O que se conclui da leitura desse manifesto é que, desde o início dos protestos, o que estava sendo reivindicado não era apenas a redução das tarifas do transporte público, mas uma nova forma de organização do comum. “Uma vida sem catracas” quer dizer uma sociedade que não divida seus corpos de acordo com suas funções e seus títulos. Quando o manifesto enuncia que “a população é excluída da organização de sua própria experiência cotidiana”, em outras palavras está indicando que a parcela da população que está por trás desses protestos equivale ao resto da ordem policial, aqueles que não têm nenhum título de governo, nenhuma prerrogativa a não ser a liberdade. Retorna-se à questão da posse do *logos*, ou seja, daqueles que têm o poder de determinar as regras da partilha do sensível dentro de uma sociedade. Quando no texto se lê que o transporte público “é ordenado de cima” e que “a população é sempre objeto em vez de sujeito” pode-se entender que esta parte da população não tem voz dentro da partilha do sensível da ordem policial.

A manifestação é, portanto, o momento de subjetivação do sujeito político, quando este se reconhece como a parte dos incontados e desafia a divisão dos corpos da lógica policial. Essa questão é abordada em um dos artigos retirados do

163.Id., *A partilha do sensível: estética e filosofia*, p. 16

164.MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. *Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo*. In: MARICATO, Ermínia [et. al.]. *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. p. 13.

jornal Rolling Thunder, no momento em que é analisado o contexto nacional que fomentou o início das manifestações. Fazendo uma retrospectiva até o governo Lula, o artigo argumenta que as novas políticas sociais e linhas de crédito, assim como os programas de inclusão que criaram um novo espaço dentro das universidades, resultaram na ascensão econômica da classe social mais pobre. Porém, essa ascensão veio à custa do endividamento dessa nova classe o que, combinado a exposição de um discurso mais engajado dentro do ambiente universitário, propiciou a formação de uma nova identidade para essa parcela da população, que pode se reconhecer como a parte dos incontados na divisão do comum. Esse momento de criação de uma nova identidade, a identidade do sujeito político, concomitante à rejeição de uma outra identidade, aquela associada à divisão da polícia, é o que Rancière chama de dano, o ponto de subjetivação do sujeito político.

Percebe-se, então, na narrativa desses “vândalos” e “radicais”, em oposição à narrativa midiática, um contexto e uma motivação para suas ações nas manifestações de 2013. Dessa forma, não é surpreendente que ao longo dos protestos as reivindicações desses manifestantes tenham se expandido para além das questões diretamente relacionadas ao transporte público. A violência empregada pelas forças policiais, prisões ilegais e tentativas de criminalizar as ações dos manifestantes se tornaram parte da pauta dos protestos, bem como questões ligadas aos megaeventos (Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016) e às políticas urbanas relacionadas a eles, em especial a política de remoções de favelas realizada pela Secretaria Municipal de Habitação do Rio. Cabe ressaltar que essas questões não coincidem, em sua maioria, com as questões realçadas pela cobertura da mídia, que, como foi dito, destacava o combate à corrupção e a insatisfação com os políticos como principais reivindicações das manifestações.

Sobre o uso da violência por parte dos manifestantes, novamente a história destes difere daquela contada pela mídia. Como foi visto no estudo de Dupuis-Déri, a tática Black Bloc teve origem nos anos 80, com o movimento autonomista em Berlim Ocidental, e, desde então, vem sendo utilizada por grupos de manifestantes com objetivos claros: primeiramente, como forma de proteção contra a violência policial; depois, como uma performance, um espetáculo contra

símbolos do capitalismo e do poder das elites. Além disso, é ressaltado ali que a violência dos Black Blocs dirige-se sempre a objetos, nunca contra pessoas.

No documentário “Ninguém é Black Bloc”, um dos adeptos da tática descreve a violência utilizada por eles como “questionadora e reativa”. Pode-se conjecturar que com isso ele quer dizer que essas táticas são uma forma de reagir e questionar a ordem policial. As ações desses indivíduos são uma maneira de se fazer ouvir dentro de um espaço no qual eles não têm voz e, se elas são traduzidas como uma violência sem sentido é porque determinada parcela da população se recusa a reconhecer o seu discurso. Como já foi explicitado, na ordem policial cabe a uma determinada parte da sociedade determinar quem tem direito de se expressar no comum e quem tem seu discurso percebido como mero ruído. É essa ideia que está em jogo quando outro entrevistado declara que os integrantes dos Black Blocs “só gritam porque não têm voz”. Ou seja, ele está afirmando que o ato de se manifestar é a forma que esses indivíduos têm de fazer ecoar sua voz no espaço público, desafiando a ordem policial e ocupando esse espaço com um novo tipo de discurso. Nesse sentido, é possível pensar que esse agir é um ato político, um ato que desafia o erro de cálculo da ordem policial.

Assim, é possível caracterizar a ação desses manifestantes como política uma vez que ela corresponde ao agir de um sujeito que subjetiva um dano, isto é, que se reconhece como a parte dos incontados na partilha do sensível da ordem policial e desafia as regras dessa divisão. Mas é importante lembrar que, segundo Rancière, a política tem como pressuposto um princípio de igualdade. Nessa perspectiva, cabe averiguar em que medida a ação desses manifestantes implica no confronto da lógica policial com a lógica da igualdade.

O princípio de igualdade ao qual Rancière se refere pressupõe uma igualdade radical entre todos os seres falantes. Se a lógica policial estabelece a divisão hierárquica da sociedade - entre os que ordenam e os que são ordenados - a lógica da política subverte tal divisão. O princípio de igualdade pressuposto da política, portanto, recusa a divisão arbitrária da sociedade entre aqueles que têm ou não a posse do *logos* e rejeita a existência de títulos para governar. É nesse sentido que a democracia deve ser entendida, não como um regime de governo, mas como o meio específico da política, uma partilha do sensível que nega a hierarquização das funções e dos espaços. Na democracia, o povo passa de *ethnos*, o povo dividido em função de etnia, função, religião etc., para o *demos*, o povo

que se reconhece como resto e desafia a partilha da lógica policial. Assim, a atividade que tem como objetivo subverter a posse do *logos*, dar voz aos que não têm voz e alterar as regras de visibilidade dentro do comum é uma ação política, pois implica em uma atualização do princípio de igualdade.

Por esse ângulo, mais uma vez deve-se concluir que a ação desses manifestantes é política: através do próprio ato de se manifestar, esses indivíduos estavam desafiando a divisão hierárquica da sociedade. Ainda no documentário “Ninguém é Black Bloc”, um dos entrevistados comparou a ação dos Black Blocs ao movimento funk. O que ele quis evidenciar com esta comparação é que, em ambos os casos, a existência de um grupo de indivíduos ocupando um espaço que antes não lhes era permitido, causou grande desconforto no que ele descreve como a “classe da bolha”, ou seja, a elite socioeconômica. Por essa razão, estes movimentos tiveram suas legitimidades questionadas por essa elite: o funk não foi reconhecido como expressão artística e as manifestações não foram reconhecidas como ato político.

Então, afirmar que o princípio de igualdade se manifesta através da ação desses indivíduos significa dizer que, a partir dela, está sendo expressa a possibilidade de uma nova forma de sociedade, na qual as divisões hierarquizadas do estado de polícia deixam de existir. Em outras palavras, estes manifestantes estão criando uma ficção própria que desafia a ordem policial. É essa ideia que fica clara quando, por exemplo, um dos entrevistados no documentário se refere ao “Ocupa Cabral” como um momento em que todas as minorias estavam reunidas, sem divisões de classe ou cor e se questiona sobre a possibilidade dessa forma de existência se expandir para o resto da sociedade. A capacidade de propor uma nova forma de organização do comum é típica da atividade política. De forma similar, é essa força constitutiva a que o narrador de “Um Conto de Ficção Sobre Noites Drásticas” se refere quando descreve os protestos como uma espécie de vingança social contra a polícia e como uma chance, a sua chance de deixar uma marca na história da cidade. Ela aparece também nos artigos do Rolling Thunder quando são enumerados uma série de motivos pelos quais as manifestações no Brasil deveriam continuar após os eventos de 2013, assim como no estudo de Francis Dupuis-Déri, quando ele afirma que há um caráter performático nas ações dos Black Blocs, que tem como objetivo expor os espetáculos oficiais das elites e os símbolos do capitalismo.

5.3

O confronto entre as duas ficções

Estabelecida, assim, de que forma a narrativa dos manifestantes corresponde a uma ficção política e a narrativa da mídia tradicional à ficção policial, ainda cabe averiguar como, do confronto entre elas, surge o conflito entre duas concepções de mundo. Para tanto, é interessante analisar de que maneira tais narrativas se diferenciam no relato sobre um mesmo episódio. O exemplo aqui utilizado refere-se aos protestos que ocorreram em 22 de junho na cidade de Belo Horizonte¹⁶⁵. Em reportagem realizada pelo Jornal Nacional, o principal telejornal da Rede Globo, os eventos desse dia foram descritos da seguinte forma¹⁶⁶:

“Em Belo Horizonte, mais de 65 mil pessoas fizeram um protesto pelas ruas da cidade. A manifestação reuniu pessoas de todas as idades em uma festa cívica. E transcorria em clima de absoluta tranquilidade. Até que, nas proximidades do Mineirão, onde jogavam Japão e México, um grupo de baderneiros partiu para um confronto com a polícia.

(...) Apenas uma grade separava a PM dos manifestantes. Bombas começaram a ser lançadas em direção à polícia.

‘Os policiais militares estão orientados a evitarem a todo custo o confronto, mas também estão prontos para intervir a fim de que esses baderneiros, esses bandidos não cometam nenhum ato antijurídico’, disse Alberto Luís Alves, assessor de comunicação da PM-MG.

(...) Pessoas vestidas de preto e mascaradas tentaram furar o bloqueio da polícia. Houve novo confronto. Baderneiros destruíram uma concessionária de veículos. Um homem foi preso. A polícia usou um veículo blindado para dispersar grupos que atacavam as barreiras do Batalhão de Choque. Imagens mostram que a cavalaria também foi chamada. Manifestantes colocaram fogo em frente a entrada da universidade federal. Há registro de uma tentativa de ataque a um quartel dos bombeiros. A polícia informou que 15 pessoas ficaram feridas e 22 pessoas foram presas”

Como se pode ver, a transcrição desta reportagem se encaixa perfeitamente à narrativa descrita neste trabalho: a manifestação começa pacífica, como “uma festa cívica”, até que um grupo de baderneiros inicia um confronto com a polícia, rompe o bloqueio, destrói uma concessionária de veículos e coloca fogo em frente à

165. Esse exemplo é retirado do artigo “Imagens violentas nas manifestações de 2013: multiplicidade, estética e dissenso nas narrativas em vídeo de comuns e instituições”(D’ANDREA, Carlos; ZILLER, Andrea. Imagens violentas nas manifestações de 2013: multiplicidades, estética e dissenso nas narrativas em vídeo de comuns e de instituições. In: DA SILVA, Regina Helena Alves. *Ruas e redes: dinâmicas dos portestos BR*. pp. 15-37).

166. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/manifestacao-reune-mais-de-65-mil-em-belo-horizonte.html>.

universidade. O assessor de comunicação da PM descreve esses indivíduos como “bandidos” e afirma que a polícia tinha sido instruída para não iniciar o confronto, apenas intervindo para evitar que fosse cometido qualquer “ato antijurídico”. A reportagem não nomeia especificamente os Black Blocs, mas a descrição de “pessoas vestidas de preto e mascaradas” é, claramente, uma referência à tática.

Este não é, contudo, o único registro do que ocorreu durante esse protesto. Um vídeo disponibilizado no YouTube¹⁶⁷, filmado por um indivíduo que estava na linha de frente dos protestos, mostra o incidente por outra perspectiva. A descrição que acompanha o vídeo diz o seguinte:

“Durante protestos em Belo Horizonte policial ataca com spray de pimenta manifestante que discursava para o Batalhão de Choque e pessoas que presenciam a cena se revoltam. Em resposta o Choque começa a atirar bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo nos manifestantes. Algumas pessoas ficam ilhadas, sem nenhuma proteção, em meio ao tumulto ”

Nota-se uma diferença clara entre os dois relatos: na reportagem do noticiário o grupo de baderneiros é quem inicia o confronto com a polícia; já no vídeo do YouTube, as imagens mostram um policial jogando spray de pimenta na cara de um dos manifestantes que estava apoiado na cerca que isolava a Tropa de Choque. Em nenhum momento os manifestantes agem de forma violenta e, quando a PM começa a jogar bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo, eles recuam.

Mais interessante, talvez, do que apenas comparar as mensagens que são passadas nesses dois testemunhos sobre o episódio, é analisar as diferenças na própria maneira como a mensagem foi transmitida. A reportagem do Jornal Nacional, em sua maioria, apresenta imagens aéreas das manifestações, filmadas de longe. No início da reportagem prevalecem imagens da bandeira do Brasil e de pessoas pintadas de verde e amarelo. É dado destaque a uma frase escrita em giz no asfalto que diz “Brasil muda já!”. Finalmente, quando começa a ser descrito o confronto entre “baderneiros” e a PM, a imagem corta para um jornalista que está no local da manifestação. A posição do jornalista, contudo, merece ser enfatizada: ele se encontra diretamente atrás da Tropa de Choque, e qualquer imagem do conflito só pode ser vista através dos escudos e capacetes da polícia.

167. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=eZHonpbTADo>.

O vídeo no YouTube, por sua vez, apresenta o ponto de vista exatamente oposto ao do jornalista: a pessoa que filma está na frente da Tropa de Choque, perto da cerca que divide os dois grupos, mas do lado dos manifestantes. O vídeo é filmado pelo que parece ser a câmera de um celular e é muito similar a vários outros que foram compartilhados durante esse período pela internet, tanto pelas redes sociais como nos canais de mídia alternativa. A imagem não tem a qualidade profissional das filmagens do telejornal, mas em compensação mantém uma proximidade com a manifestação que não pode ser alcançada pelas imagens aéreas transmitidas pela televisão.

Outra diferença que deve ser distinguida é, literalmente, quem fala nesses relatos. Na reportagem do Jornal Nacional, dois indivíduos são entrevistados: uma criança, que acompanha sua mãe e carrega um cartaz que diz “Criança não trabalha, criança brinca”; e o assessor de comunicação da Polícia Militar, que teve sua fala transcrita acima. De resto, só podem ser ouvidos os repórteres. Os sons capturados durante o protesto são indiscerníveis, com exceção das bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo, que emitem um ruído característico quando são arremessadas em direção aos manifestantes. Já no vídeo do YouTube, a proximidade da câmera que filma o acontecido permite que seja ouvido o que estão dizendo os manifestantes. De início, é possível ouvir um indivíduo que se dirige aos policiais, dizendo: “Até quando vocês vão ficar aí? Porra [sic], vira, vira contra quem oprime vocês”. É nesse momento que um policial atira um jato de spray de pimenta na cara desse manifestante. A partir desse ponto, o grupo reunido perto da cerca começa a xingar a Tropa de Choque, até que as bombas lançadas pela polícia os silenciam de vez.

Assim, as diferenças entre essas duas narrativas não são unicamente de conteúdo, elas são também diferenças de forma. Na reportagem do telejornal há um distanciamento entre as imagens transmitidas e o que está ocorrendo durante esse evento. Essa distância pode ser entendida tanto de forma literal (a distância entre as câmeras que filmam tudo de longe, ou o tempo que transcorre entre o momento em que as imagens são filmadas até elas serem transmitidas pela televisão) como de forma simbólica, já que entre as filmagens, a edição e a produção existe uma manipulação do conteúdo que permite um determinado enquadramento da notícia.

Por sua vez, as imagens do vídeo do YouTube não apresentam nenhuma distância em relação aos acontecimentos: elas foram filmadas por uma câmera, provavelmente de celular, por alguém que estava exatamente no meio dos acontecimentos e foram compartilhadas na internet sem corte ou edição, a não ser os que marcam o início e o fim do vídeo. O que não significa que as imagens transmitidas pela câmera do manifestante sejam imparciais: o seu posicionamento no protesto, para onde ele aponta a câmera e quando ele decide começar e finalizar as filmagens são escolhas que refletem a história que ele queria contar. O que está sendo argumentado aqui é que, ainda que haja uma intenção no olhar da câmera, há uma maior proximidade entre a visão daqueles que estavam presentes e daqueles que assistem essas imagens do que no caso da mídia.

Essa diferença na distância das duas narrativas em relação às manifestações não ocorre apenas no exemplo analisado acima. Ainda que não seja de forma tão concreta, a perspectiva da mídia sempre assume um distanciamento dos eventos. Seja na televisão, nos jornais ou em qualquer outro meio de comunicação tradicional, há uma separação entre os fatos relatados e o próprio relato, que é elaborado, editado e revisado antes de chegar ao público. Por outro lado, os relatos dos manifestantes são sempre mais próximos aos acontecimentos, porque são transmitidos diretamente por aqueles que, em algum momento, estavam presentes nas manifestações e participaram da elaboração desses acontecimentos. De certa forma, é possível estabelecer um paralelo entre o mestre explicador e o mestre ignorante das lições de Jacotot e esses dois discursos.

Como mencionado no capítulo I, a teoria pedagógica de Jacotot descreve dois tipos de mestres: o mestre explicador, que é também um mestre embrutecedor, posto que ele submete a inteligência dos alunos à sua inteligência, fazendo com que a compreensão destes seja uma consequência da sua explicação; e o mestre ignorante, que é um mestre emancipador, porque não submete a inteligência dos alunos a sua própria, mas apenas suas vontades:

“Há embrutecimento quando uma inteligência é subordinada a outra inteligência. O homem – e a criança, em particular – pode ter necessidade de um mestre, quando sua vontade não é suficientemente forte para colocá-la e mantê-la em seu caminho. Mas a sujeição é puramente de vontade a vontade. Ela se torna embrutecedora quando liga uma inteligência a uma outra inteligência. No ato de ensinar e de aprender, há duas vontades e duas inteligências. Chamar-se-á embrutecimento à sua coincidência. Na situação experimental citada por Jacotot, o aluno estava

ligado a uma vontade, a de Jacotot, e a uma inteligência, a do livro, inteiramente distintas. Chamar-se-á emancipação à diferença conhecida e mantida entre as duas relações, o ato de uma inteligência que não obedece senão a ela mesma, ainda que a vontade obedeça a uma outra vontade”¹⁶⁸

Neste sentido, é possível afirmar que a mídia tradicional atua como um mestre embrutecedor na medida em que age como mediadora entre sua audiência e os eventos que reporta, quer dizer, ela reconta o que aconteceu da maneira que considera adequada, tanto na forma como escolhe transmitir esses acontecimentos como no conteúdo relatado. Há, em sua narrativa, uma edição do ocorrido, que visa estabelecer a “verdadeira” história para o público. Assim, a mídia tal como um mestre embrutecedor, se interpõe entre sua audiência e os eventos, explicando a esta como deve entender os fatos

Por sua vez, a narrativa dos manifestantes pode ser considerada uma narrativa emancipadora porquanto ela transmite diretamente a experiência das manifestações para o público, deixando que ele chegue sozinho às suas conclusões. Essa dinâmica fica muito evidente nos canais de mídia alternativa, que divulgavam em tempo real pela internet o que estava acontecendo. Como se pode ver no vídeo sobre o protesto do dia 22, não há qualquer forma de edição e mesmo a narração da pessoa filmando não é muito mais do que a descrição do que se desenrolava frente às câmeras. Essa maneira direta de fazer as imagens chegarem ao público pode ser equiparada à lição do mestre ignorante, que não explica o livro aos alunos, mas permite-lhes, através de suas próprias inteligências, chegar ao entendimento.

Novamente, o que aparece no confronto entre essas duas narrativas é o choque da lógica policial com o princípio de igualdade. A mídia tradicional se coloca em uma posição distanciada do público ao qual ela destina sua mensagem. Reflete, pois, a divisão hierarquizada da sociedade da ordem policial, cabendo a alguns transmitir o conhecimento e aos outros aceitar sem questionar. Já a narrativa dos manifestantes é transmitida como a lição do mestre ignorante. Nos canais de mídia alternativa, onde as imagens eram compartilhadas sem edição, diretamente do meio dos protestos, a audiência retira o sentido que quiser do que estava acontecendo. Se havia qualquer forma de direcionamento da mensagem esta se dava apenas na escolha do que estava ou não sendo filmado, cabendo ao

168. RANCIÈRE, Jacques. O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual. pp. 31, 32.

público que acompanhava em tempo real as transmissões criar, junto com os manifestantes, o conteúdo dessa narrativa. E mesmo nos relatos *a posteriori* feitos pelos manifestantes, há uma proximidade dos acontecimentos que não pode ser reproduzida pela mídia tradicional: o que eles estão fazendo não é a reportagem de um evento, eles estão historiando suas experiências durante esses acontecimentos. A intenção não é enquadrar as manifestações sob um foco determinado, trata-se antes de retratar de que forma eles perceberam esses eventos e de compartilhar suas memórias, gerando uma coleção de relatos que formam uma amálgama de sentidos sobre as manifestações.

Há, assim, um aspecto emancipador em tais relatos, já que o sentido deles não está dado, ele deve ser construído. Sob essa ótica, esta coletânea passa a ser análoga à performance do artista no regime estético: assim como os artistas não têm o poder de determinar de que forma suas performances vão afetar o espectador, os manifestantes, ao contarem suas histórias, sabem que cabe àqueles que estão dispostos a ouvir, a olhar e a interpretar esses relatos extrair um significado ao que lhes está sendo apresentado. É, assim, uma experiência política porque torna a sociedade parte ativa desse processo: aqueles que retiram um significado dessas memórias diversas sobre as manifestações igualmente estão participando da construção de uma nova partilha do sensível.

“Os artistas, assim como os pesquisadores, constroem a cena em que a manifestação e o efeito de suas competências são expostos, tornados incertos nos termos do idioma novo que traduz uma nova aventura intelectual. O efeito do idioma não pode ser antecipado. Ele exige espectadores que desempenhem o papel de intérpretes ativos, que elaborem sua própria tradução para apropriar-se da ‘história’ e fazer dela sua própria história. Uma comunidade emancipada é uma comunidade de narradores e tradutores”¹⁶⁹

Este capítulo buscou delinear de que forma as duas narrativas sobre as manifestações de 2013, examinadas no curso do trabalho, representam duas concepções de mundo distintas. E mais do que isso, estabelecer como a política se manifesta no confronto entre elas.

Assim, a narrativa da mídia tradicional foi equiparada à ficção da ordem policial, enquanto uma visão de mundo hierarquizada, que tenta silenciar as vozes

169.Id.,O Espectador Emancipado. p. 25.

dissidentes e se impor como a única forma possível de concepção do real. A narrativa dos manifestantes, por sua vez, representa uma ficção política na medida em que ela se constrói a partir da ação de sujeitos que se reconhecem como os incontados da partilha do sensível da divisão policial e desafiam esta ordem.

O confronto entre essas duas ficções é o confronto entre duas lógicas distintas, a lógica policial e o princípio de igualdade. Essa faceta do conflito é percebida não apenas na diferença das mensagens oriundas dessas narrativas, mas ela é perceptível também nas suas formas de transmissão. A mídia tradicional estabeleceu uma separação entre ela própria e sua audiência, regulando de que forma o relato sobre os acontecimentos deveria ser recebido e entendido pelo público. Nessa relação mídia/ público é reiterada a existência de uma sociedade hierarquizada, na qual cabe a alguns indivíduos estabelecer como deve se dar a percepção do real e aos outros simplesmente aceitar as regras dessa divisão.

Por outro lado, os manifestantes, ao contarem suas histórias, construíram uma coleção de relatos que deixaram seus sentidos em aberto, para serem compartilhados, interpretados e ressignificados por aqueles que estão dispostos a ouvi-los. O princípio de igualdade norteia esta relação, já que cabe tanto aos que estão transmitindo seus testemunhos quanto aos receptores da mensagem construir o sentido desses eventos. Nesse aspecto, a construção de uma nova partilha do sensível passa a ser um acontecimento dinâmico e participativo, que se renova cada vez que alguém está disposto a ressignificar os acontecimentos.

Sendo assim, se é possível afirmar que a principal função da política é a configuração de um espaço próprio que surge a partir do espaço da polícia, deve-se reconhecer que é exatamente isto que está ocorrendo quando a narrativa da mídia tradicional é confrontada com a narrativa dos manifestantes. Neste confronto, é possível perceber a proposta de dois mundos distintos: no primeiro, há uma sociedade dividida segundo suas funções e títulos, na qual apenas um determinado grupo tem o poder de determinar as regras da partilha do sensível e qualquer voz dissidente deve ser silenciada; no segundo, há a proposta de uma sociedade emancipada, na qual cada indivíduo tenha o direito de se fazer ouvir e afetar o comum e na qual todos se reconheçam como iguais, capazes de participar da configuração da partilha do sensível.

Conclusão

Como foi dito na introdução, o objetivo desta pesquisa era entender de que forma a política se evidenciou nas manifestações que ocorreram durante o ano de 2013 no Brasil, usando como base para a análise algumas das ideias de Jacques Rancière. No primeiro capítulo foram apresentados os conceitos de Rancière que nortearam o estudo das Jornadas de Junho: polícia, política, partilha do sensível, *logos*, estética e ficção.

Conforme visto, a polícia é um dos processos que constitui o político. É a lei implícita que define a contagem das partes dentro de uma sociedade, que define as regras de visibilidade e as possibilidades do comum. Na lógica policial, a sociedade é dividida de acordo com seus lugares e suas funções. Há sempre um resto nessa divisão, uma parte dos corpos que são incontados, que não têm nenhum título próprio dentro deste comum. A estes corpos só resta obedecer, enquanto à outra parte da sociedade, seja por títulos de riqueza, filiação ou de outra ordem, é dada a prerrogativa de governar o comum e estabelecer as ordens dessa partilha.

A política é o outro processo que constitui o político. Ela existe em oposição à polícia, como um momento de ruptura da lógica policial. É um processo de emancipação que tem como pressuposto um princípio de igualdade: o momento em que a parcela dos incontados se reconhece como tal e tenta subverter a ordem da divisão policial. É, portanto, o momento em que a lógica igualitária se choca com a ordem policial. Nesse sentido, pode-se afirmar que a política é uma disputa entre duas concepções de mundo distintas.

A partilha do sensível é tanto a existência do comum como as divisões que se estabelecem nesse comum. Nas palavras de Rancière, a partilha do sensível é “um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído”¹⁷⁰. Sendo assim, pode-se dizer que a polícia é uma forma específica da partilha do sensível, em que todos os corpos estão divididos de forma hierarquizada no comum de acordo com suas funções. A política é a proposta por uma nova partilha do sensível, que quer inscrever o resto da divisão policial

170. RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. p. 16.

dentro do comum, tornando visíveis aqueles que antes eram invisíveis e dando voz aqueles que só alcançavam o ruído.

A posse do *logos* é o objeto da disputa política. Na concepção aristotélica, o *logos* é o que torna o homem um animal político, ou seja, é a sua capacidade de se expressar através da fala que define a natureza política humana. Porém, para Rancière, a posse do *logos* não é universal e esta é a raiz da disputa política. O que se quer dizer com isso é que, na lógica policial, apenas uma parcela da população tem a prerrogativa de expressar seu discurso no comum e é esta parcela que define as regras desta divisão. Há uma diferença, portanto, entre a mera fala e o *logos*: como explicitado anteriormente, é a diferença entre a parte da população que se expressa através do discurso e aquela que se expressa através de ruídos. A subjetivação política se dá, assim, no momento em que a parcela da população que é excluída da posse do *logos* percebe a arbitrariedade dessa divisão e subverte a ordem da lógica policial. É nesse sentido que se pode afirmar que a disputa política é uma disputa pela posse do *logos*, ou seja, pela prerrogativa de definir as regras da partilha do sensível.

A estética, para Rancière, mais do que simplesmente a arte ou a ciência da arte, é uma matriz de percepções e discursos que definem a história e a sensibilidade de uma sociedade. Desta maneira, segundo o autor, a partilha do sensível é a estética própria da política, um recorte do tempo e do espaço que determina as maneiras de ser, as formas de visibilidade e as possibilidades do comum. Sendo assim, a disputa política, na medida em que versa sobre a partilha do sensível, é também uma questão estética.

A política e a estética têm em comum o fato de serem duas maneiras de vivenciamento do sensível que têm a capacidade de alterar as formas de circulação da palavra, de exposição do visível e de distribuição dos afetos. É a esse potencial transformador que Rancière está se referindo quando afirma que tanto a política como a estética têm a capacidade de produzir ficções. Lembrando que por “ficção”, o autor está se referindo não a um mundo imaginário, oposto ao real, mas a uma determinada forma de construção e percepção do espaço e do tempo. É por isso que ele afirma que “[o] real precisa ser ficcionalizado para ser

pensado”¹⁷¹. Nessa medida, a capacidade estética da política se manifesta na criação de dissensos, de novas formas de percepção e vivenciamento do comum.

Porém, se a ficção política é aquela que cria dissensos, é preciso estabelecer a existência de uma ficção consensual, que é a ficção da ordem policial. A característica específica da ficção consensual está em negar seu caráter de ficção e se fazer passar por realidade, única forma possível de configuração do sensível. Assim, enquanto a função da política é a criação de ficções que desafiem a ficção consensual, a função da polícia é a preservação da lógica do consenso.

Chega-se, então, ao ponto central deste trabalho, as Jornadas de Junho. Para compreender de que forma a política se manifestou ao longo dessas manifestações, primeiro foi preciso destacar quais as ficções que entraram em choque durante esses eventos. Por um lado, a narrativa fornecida pela análise da cobertura da mídia tradicional foi identificada com a ficção consensual. Por outro lado, a narrativa extraída a partir dos relatos de manifestantes, pesquisadores e mídia-ativistas envolvidos foi caracterizada como uma ficção política. Como será visto a seguir, a hipótese formulada é que a política se manifestou no confronto entre essas duas narrativas.

Através da análise da mídia tradicional foi possível determinar três fases distintas na sua cobertura das manifestações de 2013. De início, estas foram recebidas com um tom de desaprovação, categorizadas como atos de vandalismo e violência sem maior sentido político. Em um segundo momento, devido a escalada da violência policial e ao maior apoio da população aos manifestantes houve uma mudança do enfoque de sua cobertura, que passou a dar mais destaque à atuação violenta da polícia e mostrar mais apoio aos manifestantes. Porém, o ponto crucial, para o presente estudo, ocorreu após os protestos do dia 17 de junho, que reuniram centenas de milhares de pessoas em todo o país. Depois desses protestos, ficou clara a divisão que a mídia estabeleceu entre dois grupos distintos de manifestantes: os chamados “manifestantes pacíficos” e os chamados “vândalos” ou “radicais”.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que a narrativa que surge a partir da cobertura da mídia tradicional se identifica à ficção consensual não apenas porque ela estabelece uma divisão hierarquizada da sociedade, determinando aqueles que

171.Ibid., p. 58.

têm ou não direito de manifestar sua voz no comum, mas também porque ela pretende se impor como a única narrativa possível acerca desses eventos.

Sobre o primeiro ponto, pode-se afirmar que, através da separação dos manifestantes em dois grupos – “manifestantes pacíficos” e “vândalos”, houve uma tentativa de estabelecer quem são aqueles que têm direito de protestar, de que forma se pode protestar e quais são os tópicos sobre os quais pode-se protestar. Como pode se constatar pelos exemplos apresentados no decorrer deste estudo, a mídia tradicional apenas considerava legítima a manifestação em espaço público do primeiro grupo, os manifestantes pacíficos. Este grupo, constituído por jovens preponderantemente de classe média, tinha como principal bandeira o “combate à corrupção”. A sua participação se tornou mais visível depois do dia 13 de junho, quando a violência da resposta policial levou a uma virada da opinião pública em relação ao movimento. As redes sociais constituíram a maior forma de organização desses indivíduos, principalmente através dos eventos organizados no Facebook. Em geral, esse grupo se manifestava pacificamente. Eles foram descritos de forma favorável, foi dado destaque as suas reivindicações e as imagens suas que apareciam, seja em fotos ou vídeos, eram sempre positivas.

Já os chamados “vândalos” ou “radicais não foram retratados de forma favorável. Para a mídia, eram baderneiros sem motivação política, que não participavam das manifestações, apenas as invadiam para provocar conflitos com a polícia e depredar a propriedade pública e privada, causando incêndios, quebrando vidraças e pichando a fachada de prédios. A cobertura da mídia quase sempre os opunha aos demais, dizendo que eles constituíam uma minoria que era antagonizada pela maioria pacífica. Suas reivindicações nunca eram reconhecidas e suas ações traduzidas como meros atos de violência sem sentido. Tanto nos textos das reportagens como nas imagens, a mídia tradicional expressava a sua desaprovação em relação às ações desse grupo, muitas vezes tentando criminalizar os indivíduos e os movimentos que tomavam parte nessas atividades.

Chega-se então ao segundo ponto que identifica a narrativa da mídia tradicional à ficção consensual do estado de polícia: a necessidade de negar a existência de vozes dissidentes para definir a sua narrativa como o único real possível. Para estabelecer a separação entre aqueles que têm e aqueles que não têm direito de se manifestar, a cobertura da mídia precisou transformar o discurso de parte dos manifestantes em ruídos, que é o que está sendo feito quando a

atuação desses indivíduos é traduzida como uma violência sem sentido. Ou seja, esta narrativa dos eventos não apenas apresenta uma sociedade dividida entre aqueles que têm e aqueles que não têm o direito de se expressar no espaço público, mas também representa uma partilha do sensível que não consegue reconhecer a existência de discursos dissidentes ao discurso que está sendo instituído. Por isso que, em sua representação das manifestações, há uma evidente preocupação em moldar a mensagem passada, categorizando quais são os tópicos que podem ser objetos das manifestações e quais são os manifestantes que se estão corretamente se referindo a esses tópicos. O outro grupo configura o resto da divisão policial: os incontados, invisíveis e silenciados. Assim, nessa lógica, discordar desses indivíduos não basta, é preciso negar a sua existência e a existência do conflito que eles trazem: esse é o papel da polícia, manter a ilusão do consenso, denegando o dissenso político.

Porém, se a ficção consensual foi representada na narrativa da mídia tradicional, uma outra emerge a partir das Jornadas de Junho, que é a narrativa dos que tiveram suas vozes silenciadas no estado de polícia. Durante as manifestações, suas histórias vieram à tona através dos canais de mídia alternativa que proliferaram pela internet, transmitindo as imagens em tempo real filmadas normalmente por câmeras de celulares e compartilhadas nas redes sociais. Os relatos desses manifestantes, espalhados em artigos, estudos, documentários, trabalhos artísticos etc. seguem expondo essa outra narrativa possível sobre as manifestações de 2013, depois dos acontecimentos.

Neste trabalho, foram examinados uma série documentos que, em conjunto, compõem uma história desses eventos, cujo destaque é dado à participação dos assim classificados pela mídia tradicional de “vândalos” e “radicais”. É impossível traçar um perfil homogêneo desse grupo, mas o que eles têm em comum é o fato de que suas ações, diferentemente do reportado pela cobertura midiática, tinha uma motivação política clara. Já no início do mês de junho, a ideia de um protesto com o lema “por uma vida sem catracas” mostrava que, por trás das reivindicações pela redução das tarifas de transporte público, existia um pleito por uma nova forma de organização do comum, por uma sociedade na qual todos os indivíduos tivessem partes iguais em sua constituição. Nesse sentido, a expansão dessas demandas para temas ligados às políticas urbanas e habitacionais, às ações violentas e arbitrarias da polícia e à inclusão de grupos marginalizados

não apenas é coerente com os ideais desse movimento, como também reforça a ideia de que esses indivíduos estavam propondo uma nova partilha do sensível. Na sua narrativa, mesmo ações que podem ser consideradas violentas ou destrutivas são justificadas como reativas, questionadoras e simbólicas: eram dirigidas a objetos que simbolizam o poder da ordem policial, ou utilizadas defensivamente, como proteção contra a agressão da polícia.

Nesse sentido, afirmar que as manifestações de 2013 no Brasil foram um momento político significa reconhecer, na demanda desse grupo, a proposta por uma nova partilha do sensível, isto é, por uma nova forma de percepção do sensível e organização do comum, na qual o princípio igualitário entra em confronto com a divisão hierárquica da lógica policial. É por aí que a narrativa desses indivíduos sobre esse período constrói uma ficção política que desafia a ficção policial representada pela narrativa da mídia tradicional: aonde esta apenas reconhece o ruído de corpos sem nome, a narrativa dos manifestantes, pesquisadores, mídia-ativistas e demais envolvidos aponta para uma nova proposta de sociedade que, como disse um dos entrevistados no documentário “Ninguém é Black Bloc”, seja uma não regra de convivência, um comum sem guetos.

Por fim, cabe destacar que não apenas o conteúdo dessas narrativas, mas também suas formas evidenciam duas concepções de mundo distintas. A cobertura da mídia tradicional apresenta sua mensagem como um mestre embrutecedor, que precisa explicar para sua audiência qual é o sentido que deve ser retirado de sua narrativa. Já os manifestantes apresentaram a sua história como uma coleção de memórias e relatos que deixam seu sentido aberto, para ser descoberto e reinterpretado por aqueles que estão dispostos a ouvir. Há, assim, um elemento emancipatório no compartilhar desta narrativa, ao permitir que todos participem do processo de construção de seu significado. É, assim, uma proposta de partilha do sensível que é constantemente atualizada por um princípio de igualdade segundo o qual todos têm acesso ao *logos*, ou seja, a prerrogativa de intervir na organização do comum.

Resta claro, portanto, que, nas manifestações de 2013, duas concepções de mundo distintas entrarem em choque. Seja pelos seus conteúdos, seja pela forma como elas foram transmitidas, as narrativas da mídia tradicional e a narrativa dos manifestantes representam duas lógicas opostas: respectivamente, a lógica da

ordem policial e a lógica igualitária. No confronto entre elas, se manifesta a política, que é o dissenso que surge a partir da inscrição de dois mundos em um.

Referências bibliográficas

BOSTEELS, Bruno. **Archipolitics, parapolitics, metapolitics**. In: DERANTY, Jean-Phillipe. *Jacques Rancière – Key concepts*.. 1. ed. Londres e Nova York: Routledge, 2014. E-book. posição 1726-1990.

BORBA, Maria; FELIZI, Natasha; REYS, João Paulo. **Brasil em movimento – reflexões a partir dos protestos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2014. E-book.

BOWMAN, Paul; STAMP, Richard. Introduction: **A critical dissensus**. In: BOWMAN, Paul; STAMP, Richard. *Reading Rancière*. 1. ed. Cidade: Continuum, 2011. E-book. posição 94-282.

CASTAÑEDA, Marcelo. **As manifestações de 2013: imbricamentos sociotécnicos e perspectivas**. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe. *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2014. 378 p. p. 107-118

CHAMBERS, Samuel A. **The politics of the police: From neoliberalism to anarchism, and back to democracy**. In: BOWMAN, Paul; STAMP, Richard. *Reading Rancière*. 1. ed. Cidade: Continuum, 2011. E-book. posição 633-1179.

CHAMBERS, Samuel A. **The lessons of Rancière**. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 2012. E-book. 242 p.

COCCO, Giuseppe. **Introdução – a dança dos vagalumes**. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe. *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. São Paulo: Annablume, 2014. 378 p. p. 11-34

COCCO, Giuseppe; NEGRI, Antonio; PILATTI, Adriano. **Levante da multidão. 2013**. Disponível em: <http://uninomade.net/tenda/levante-da-multidao/>.

COCCO, Giuseppe; PILATTI, Adriano. **Quem tem medo do poder constituinte?** 2013. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/521906-quem-tem-medo-do-poder-constituente>.

COCCO, Giuseppe; PILATTI, Adriano. **O ano que não vai acabar.** Folha de São Paulo, São Paulo. 14 jan. 2014. Opinião. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/01/1397246-giuseppe-cocco-e-adriano-pilatti-o-ano-que-nao-vai-acabar.shtml>.

D'ANDREA, Carlos; ZILLER, Andrea. **Imagens violentas nas manifestações de 2013: multiplicidades, estética e dissenso nas narrativas em vídeo de comuns e de instituições.** In: DA SILVA, Regina Helena Alves. *Ruas e redes: dinâmicas dos portestos BR*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p. 15-37

DA SILVA, R. H. A. et al. **Vandalismo e política nas redes sociais: caso dos Anonymous e Black Bloc.** In: DA SILVA, Regina Helena Alves. *Ruas e redes: dinâmicas dos protestos BR*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p. 141-185

DE LIMA, Venício A. **Mídia, rebeldia urbana e crise de representação.** In: MARICATO, Ermínia [et. al.]. *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. 112 p. p. 89-94

DERANTY, Jean-Philippe. **Regimes of the arts.** In: DERANTY, Jean-Phillipe. *Jacques Rancière – Key concepts..* 1. ed. Londres e Nova York: Routledge, 2014. E-book. posição 2410-2708.

DUPUIS-DÉRI, Francis. **Black Blocs.** Tradução Guilherme Miranda. 1. ed. São Paulo: Veneta, 2014. 284 p. Título original: *Les Black blocs: la liberte et l'égalité se manifestent*.

EU, um Amarildo. Direção: Rômulo Cyríaco. Rio de Janeiro, 2013. Documentário. 22 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kOjxaZv19jE>.

GOHN, Mária da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. E-book. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

MANIFESTE du Carré Noir, 2012. Disponível em: <http://archives-2001-2012.cmaq.net/fr/node/45191.html>.

MEIJUEIRO, Carlos. **Um conto de ficção sobre noites drásticas**. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe. *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2014. 378 p. p. 65-74

MORAES, Márcia; TIBOLA, Talita. **Saiu do cinema e foi se manifestar**. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe. *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2014. 378 p. p. 199-210

MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. **Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo**. In: MARICATO, Ermínia [et. al.]. *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. 112 p. p. 13-18

NINGUÉM é Black Bloc. Direção: Rômulo Cyríaco. Rio de Janeiro, 2015. Documentário. 53 min. Formato final: MOV H264, Full HD, 1920x1080.

OSÓRIO, Luiz Camillo. **Algumas considerações sobre estética e política**. Diálogos transicionais (Transnational Dialogues), 2014. p. 11-15. Disponível em: https://transnationaldialogues.eu/wp-content/uploads/2014/11/Transnational-Dialogues-Journal-2014_ISSUU-Edition_Light.pdf

PESCHANSKI, João Alexandre. **O transporte público gratuito, uma utopia real**. In: MARICATO, Ermínia [et. al.]. *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. 112 p. p. 59-63.

PILATTI, Adriano. **“O regime militar não acabou nas periferias. Mudou apenas a cor dos uniformes”**. Entrevista. 21 nov. 2013. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/525872-o-regime-militar-nao-acabou-nas-periferias>.

PILATTI, Adriano. **O ano das maravilhas e dos pesadelos**. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe. *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2014. 378 p. p. 51-64

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. Tradução Ângela Leite Lopes. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1996. 144 p. Título original: La méésentente – politique et philosophie.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual**. Tradução Lílian do Valle. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 192 p. Título original: Le maître ignorant.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. Tradução Mônica Costa Netto. 4. ed. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2009. 72 p. Título original: La partage du sensible.

RANCIÈRE, Jacques. **Afterword the method of equality: An answer to some questions**. In: ROCKHILL, Gabriel; WATTS, Philip. Jacques Rancière – History, politics, aesthetics. 1. ed. Durham e Londres: Duke University Press, 2009. posição 4847-5121.

RANCIÈRE, Jacques. **O inconsciente estético**. Tradução Mônica Costa Netto. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2009. 80 p. Título original: L'inconscient esthétique.

RANCIÈRE, Jacques. **Against an ebbing tide: An interview with Jacques Rancière**. Translated by Richard Stamp. In: BOWMAN, Paul; STAMP, Richard. *Reading Rancière*. 1. ed. Londres e Nova York: Continuum, 2011. E-book. posição 5101-5356.

RANCIÈRE, Jacques. **The thinking of dissensus: Politics and Aesthetics**. In: BOWMAN, Paul; STAMP, Richard. *Reading Rancière*. 1. ed. Cidade: Continuum, 2011. E-book. posição 284-632.

RANCIÈRE, Jacques. **O que significa estética**. Tradução R.P. Cabral. 2011. Disponível em: <http://cargocollective.com/ymago/Ranciere-Txt-2>

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. Tradução Ivone C. Benedetti. 1. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. 130 p. Título original: Le spectateur émancipé.

RANCIÈRE, Jacques. **The politics of aesthetics – The distribution of the sensible**. Tradução Gabriel Rockhill. Reprinted edition. Londres e Nova York: Bloomsbury Academics, 2013. 144 p.

RANCIÈRE, Jacques. **Nas margens do político**. Tradução Vanessa Brito e João Pedro Cachopo. 1. ed. Lisboa: KKYM, 2014. 158 p. Título original: Aux bords du politique.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Tradução Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. 128 p. Título original: La haine de la démocratie.

SECCO, Lincoln. **As jornadas de junho**. In: MARICATO, Ermínia [et. al.]. *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. 112 p. p. 71-78

THE JUNE 2013 uprisings in Brazil – Part I: New alliances, age-old struggles. Disponível em <http://www.crimethinc.com/texts/atoz/brazilpt1.php>.

THE JUNE 2013 uprisings in Brazil – Part II: Giants and monsters. Disponível em <http://www.crimethinc.com/texts/atoz/brazilpt2.php>.

VIANA, Silvia. **Será que formulamos mal a pergunta?** In: MARICATO, Ermínia [et. al.]. *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. 112 p. p. 53-58

Links

DATENA surpreendido em pesquisa! Passe livre 13/06/13. 3 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7cxOK7SOI2k>

JABOR, Arnaldo. **Amigos, eu errei. É muito mais do que 20 centavos.**
Disponível em: <http://cbn.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/17/AMIGOS-EU-ERREI-E-MUITO-MAIS-DO-QUE-20-CENTAVOS.htm>

JABOR, Arnaldo. **Revoltosos de classe média não valem 20 centavos.**
Disponível em: <http://cbn.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/13/REVOLTOSOS-DE-CLASSE-MEDIA-NAO-VALEM-20-CENTAVOS.htm>

VOZES Silenciadas: mídia e protesto: a cobertura das manifestações de junho de 2013 nos jornais O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e O Globo. São Paulo: Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2014.
Disponível em: <http://intervozes.org.br/arquivos/interliv009vozsmp-baixa.pdf>

Notícias de jornal

PROTESTOS contra passagens de ônibus em quatro capitais. O Globo, Rio de Janeiro, 7 jun. 2013. p. 1.

A MARCHA da insensatez. O Globo, Rio de Janeiro, 12 jun. 2013. p. 1.

PASSE Livre deve voltar hoje às ruas. O Globo, Rio de Janeiro, 13 jun. 2013. p. 1.

CONFRONTO se agrava em SP, com mais prisões e feridos. O Globo, Rio de Janeiro. 14 jun. 2013. p. 1.

APÓS semanas de batalha, Haddad pede negociação. O Globo, Rio de Janeiro. 15 jun. 2013. p. 1.

A VOLTA das manifestações de rua. O Globo, Rio de Janeiro, 15 jun. 2013. Rio, p. 18.

CONSELHO quer arma não letal. O Globo, Rio de Janeiro. 16 jun. 2013. p. 1.

MARACANÃ renasce à italiana. O Globo, Rio de Janeiro. 17 jun. 2013. p. 1.

O BRASIL nas ruas. O Globo, Rio de Janeiro. 18 jun. 2013. p. 1.

CAPITAIS já baixam tarifas de ônibus; protestos continuam. O Globo, Rio de Janeiro. 19 jun. 2013. p. 1.

DECIFRAR as mensagens da rua. O Globo, Rio de Janeiro. 19 jun. 2013. Rio, p. 22.

PROTESTOS derrubam aumentos em São Paulo e no Rio de Janeiro. O Globo, Rio de Janeiro. 20 jun. 2013. p. 1.

SEM Controle. O Globo, Rio de Janeiro. 21 jun. 2013. p. 1.

DESDOBRAMENTOS da mobilização. O Globo, Rio de Janeiro. 21 jun. 2013. Rio, p. 22.

DILMA propõe pacto político e chama líderes de protestos. O Globo, Rio de Janeiro. 22 jun. 2013. p. 1.

ULTRAPASSOU os limites. O Globo, Rio de Janeiro. 22 jun. 2013. Rio, p. 26.

JUVENTUDE desiludida. O Globo, Rio de Janeiro. 23 jun. 2013. p. 1.

DILMA discute plano de ação com os governadores. O Globo, Rio de Janeiro. 24 jun. 2013. p. 1.

DILMA propõe Constituinte e cria polêmica com Congresso e STF. O Globo, Rio de Janeiro. 25 jun. 2013. p. 1.

PROTESTOS são uma coisa na Turquia e outra no Brasil. O Globo, Rio de Janeiro. 25 jun. 2013. Rio, p. 20.

CÂMARA derruba a PEC 37; Dilma recua de Constituinte. O Globo, Rio de Janeiro. 26 jun. 2013. p. 1.

CONFLITO entre bandidos e Bope, após passeata, mata 9 na Maré. O Globo, Rio de Janeiro. 26 jun. 2013. p. 1.

ROCINHA e Vidigal vão ao Leblon e voltam em paz. O Globo, Rio de Janeiro. 26 jun. 2013. p. 1.

VANDALISMO marca ato por transporte mais barato em SP. Folha de São Paulo, São Paulo. 7 jun. 2013. p. 1.

MANIFESTANTES causam medo, param marginal e picham ônibus. Folha de São Paulo, São Paulo. 8 jun. 2013. p. 1.

CONTRA tarifa, manifestantes vandalizam centro e Paulista. Folha de São Paulo, São Paulo. 12 jun. 2013. p. 1.

GOVERNADOR de SP diz que será mais duro contra vandalismo. Folha de São Paulo, São Paulo, 13 jun. 2013. p. 1.

RETOMAR a paulista. Folha de São Paulo, São Paulo. 13 jun. 2013. Opinião, p. 2.

POLÍCIA reage com violência a protesto e SP vive noite de caos. Folha de São Paulo, São Paulo. 14 jun. 2013. p. 1.

ALCKMIN defende PM e diz que protesto tem viés político. Folha de São Paulo, São Paulo. 15 jun. 2013. p. 1.

A SEMANA em que São Paulo ardeu. Folha de São Paulo, São Paulo. 16 jun. 2013. p. 1.

GOVERNO de SP pede e terá reunião com manifestantes hoje. Folha de São Paulo, São Paulo. 17 jun. 2013. p. 1.

MILHARES vão às ruas ‘contra tudo’; grupos atingem palácios. Folha de São Paulo, São Paulo. 18 jun. 2013. p. 1.

ATO em SP tem ataque à prefeitura, saque e vandalismo; PM tarda a agir. Folha de São Paulo, São Paulo. 19 jun. 2013. p. 1.

INCÓGNITA nas ruas. Folha de São Paulo, São Paulo. 19 jun. 2013. Opinião, p. 2.

PROTESTOS de rua derrubam tarifa. Folha de São Paulo, São Paulo. 20 jun. 2013. p. 1.

VITÓRIA das ruas. Folha de São Paulo, São Paulo. 20 jun. 2013. Opinião, p. 2.

PROTESTOS violentos se espalham pelo país e Dilma chama reunião. Folha de São Paulo, São Paulo. 21 jun. 2013. p. 1.

DILMA promete ouvir ‘voz das ruas’ e coibir ‘arruaça’. Folha de São Paulo, São Paulo. 22 jun. 2013. p. 1.

MAIORIA dos paulistanos defende mais atos nas ruas. Folha de São Paulo, São Paulo. 23 jun. 2013. p. 1.

A SEMANA em que o Brasil ardeu. Folha de São Paulo, São Paulo. 23 jun. 2013. p. 1.

DILMA inicia pela saúde plano para estancar atos. Folha de São Paulo, São Paulo. 24 jun. 2013. p. 1.

DILMA sugere plebiscito para reformar a política. Folha de São Paulo, São Paulo. 25 jun. 2013. p. 1.

IGUAL a 1968, mas um pouco diferente. Folha de São Paulo, São Paulo. 26 jun. 2013. p. 1.

STF manda prender deputado, e Senado endurece pena de corrupto. Folha de São Paulo, São Paulo. 27 jun. 2013. p. 1.

JOVEM morre após cair de viaduto em protesto em MG. Folha de São Paulo, São Paulo. 27 jun. 2013. p. 1.

OITO em cada dez pessoas apoiam as manifestações. Folha de São Paulo, São Paulo. 29 jun. 2013. p. 1.